

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH**  
**Departamento de Ciências Sociais – DCSo**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS**

**Fronteiras da “Ilegalidade”:  
Migrações Não Documentadas de Governador Valadares**

Thaisa Lumie Yamaue

São Carlos – SP

2011

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**  
**Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH**  
**Departamento de Ciências Sociais – DCSo**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS**

**Fronteiras da “Ilegalidade”:  
Migrações Não Documentadas de Governador Valadares**

Thaisa Lumie Yamaue

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Antropologia Social como  
requisito para a obtenção do título  
de mestre em antropologia social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna  
Agência Financiadora: FAPESP

São Carlos  
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

Y19fi

Yamaue, Thaisa Lumie.  
Fronteiras da ilegalidade: migrações não documentadas  
de Governador Valadares / Thaisa Lumie Yamaue. -- São  
Carlos : UFSCar, 2011.  
179 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2011.

1. Migração. 2. Migração ilegal. 3. Dom. 4. Governador  
Valadares (MG). I. Título.

CDD: 304.82 (20<sup>a</sup>)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676  
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil  
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas@power.ufscar.br



---

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

*Thaís Lumie Yamaue*

23/03/2011

---

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

---

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

---

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que colaboraram para a realização deste trabalho. Primeiramente à minha família, que sempre me apoiou na pesquisa e garantiu minha formação. Aos valadarenses, que carinhosamente me deixaram entrar em suas vidas. Aos amigos da graduação, aos amigos do mestrado e a todos que viveram comigo nestes sete anos em São Carlos. Aos professores do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos por todo o apoio e trocas intelectuais que foram crucialmente importantes para esta pesquisa, com especial gratidão por meu orientador Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna. Agradecimentos especiais também aos professores Dr. Jorge Luiz Mattar Villela, pela participação como examinador da qualificação do meu mestrado, Dr. Gabriel de Santis Feltran e Dr. Igor José de Renó Machado, por suas participações como examinadores da dissertação e ao professor Igor também por ter me introduzido nas pesquisas de Governador Valadares.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo financiamento sem o qual a realização desta pesquisa não teria sido possível.

## RESUMO

A região de Governador Valadares é polo expressivo de migrações transnacionais, onde atuam redes profissionais de emigração. Grande parte de seus emigrantes são considerados “ilegais” em muitos dos países receptores por utilizarem as vias não documentadas. O objetivo deste trabalho é compreender como as “ilegalidades” são construídas, vivenciadas e interpretadas pelos valadarenses. Procurei explorar a relação da sociedade valadarense com suas “redes de tráfico” e a condição de “imigrante ilegal” dos seus emigrantes, tentando compreender as implicações desta situação no cotidiano. A pesquisa demonstra que a condição “ilegal” tanto dos emigrantes clandestinos quanto das redes de “tráfico” de emigrantes muitas vezes não implica ilicitude ou ilegitimidade entre os envolvidos. Os emigrantes muitas vezes deixam de recorrer às vias legais, pois desde o início a via da “ilegalidade” é tida como a mais efetiva opção. As redes de “tráfico” de emigrantes dependem das redes de amizade e parentesco para sua existência e é indispensável a participação da população valadarense no exercício cotidiano de suas atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governador Valadares; “indústria da migração”; “ilegalidade”; poder, migrações “não documentadas”; troca.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS.....	08
2. GOVERNADOR VALADARES.....	13
2.1 Notas sobre a história de Governador Valadares.....	20
2.2 Primeiras aproximações: as dívidas.....	27
3.MIGRAÇÕES NÃO DOCUMENTADAS.....	40
3.1 As fronteiras da “ilegalidade”.....	72
4. ESTRUTURA DO TRÁFICO DE MIGRANTES.....	86
5. OS “IMIGRANTES ILEGAIS”.....	114
6. COTIDIANO VALADARENSE.....	129
7. CONCLUSÃO.....	157
FOTOS.....	166
BIBLIOGRAFIA.....	170

## INTRODUÇÃO

Os estudos migratórios são essenciais para compreender o mundo atual que, marcado por transnacionalismos<sup>1</sup>, apresenta situações cada vez mais presentes no cotidiano dos mais variados locais do planeta. Entendo que o transnacionalismo faz referência a um fenômeno relacionado à globalização, onde não apenas pessoas, coisas e informações, mas também economias, relações de produção e consumo e políticas extrapolam os limites de um único Estado-nação. A globalização é um fenômeno cuja história coincide com a formação dos mercados capitalistas mundiais. Sua atual fase é o resultado de guerras, conquistas, colonizações, escravizações, colonialismos, pós-colonialismos<sup>2</sup>, do aparecimento de gigantescas transações, fluxos de moeda e interdependências que são capazes de desestabilizar diversas economias ao redor do planeta. O saber e a cultura ocidentais não são dissociáveis de formas de poder político características da formação do capitalismo (Foucault, 1971), e os sistemas capitalistas mundiais<sup>3</sup> existem de maneira extremamente heterogênea. Vivemos nas disparidades estruturais de riqueza e poder que os caracterizam, o que vem sendo compreendido como aquilo que impulsiona os atuais fluxos migratórios internacionais. O desejo de emigrar sempre se relaciona à ideia de enriquecimento ou ao desejo de sair da miséria. Há muita diferença entre enriquecimento e fuga da miséria, mas ambas as ideias se envolvem com os projetos e fluxos migratórios. Vivemos em um mundo onde a prosperidade e riqueza dos Estados mais ricos se espalha no imaginário de todo o mundo, onde os despossuídos se identificam a partir da posição das pessoas de posse (ao poder se associa o desejo). É sempre em relação ao lugar do Outro que o desejo é articulado. Evidentemente não existem apenas motivações financeiras nas migrações, e pretendo demonstrar neste trabalho o quanto outros desejos são tão determinantes nos

---

<sup>1</sup> O transnacionalismo é uma ideia formada por teorias diversas que aplicam diferentes critérios para o uso da palavra. As chamadas “comunidades transnacionais” dizem respeito ao compartilhamento de diversos laços culturais, familiares, identitários, sociais e simbólicos entre dois ou mais países, criando identidades nacionais que locam interpretações da cultura de uma nação fora de seu território nacional e pessoas que mantêm relações que superam os limites territoriais, dividindo suas vidas entre o lugar no qual se está e um outro lugar, que abriga o senso do que é a “terra de origem”.

<sup>2</sup> “o ‘pós-colonial’ não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra.” (Hall, 2008: 54)

<sup>3</sup> “Sistemas mundiais” referem-se a “uma zona espaço/temporal que atravessa muitas unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividade e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas” (Ribeiro, 2010). Para uma crítica antropológica a essa noção, Cf. Sahlins 1988 “Cosmologias do Capitalismo”.

projetos migratórios quanto a busca por dinheiro.

Segundo Hall (2008), os desenvolvimentos globais que ocorrem acima (e abaixo) do nível do Estado-nação minaram o alcance e o escopo de manobra dos estados nacionais, pois essa nova fase transnacional do sistema tem seu “centro” em todo lugar e em lugar nenhum. Suas formas de operação afetam a antiga estrutura dos Estados nacionais<sup>4</sup>, que estão se tornando cada vez mais subordinados às operações sistêmicas globais. Os Estados estão passando por um período de intensas modificações daquilo que por séculos foi sua existência e precisam agora se adaptar a um mundo onde cada vez mais se perdem os controles territoriais e a ideia de autossuficiência.

Como diz Anderson (1989) as nações não são apenas entidades políticas que se pretendem soberanas, mas “comunidades imaginadas”. Os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam (Hall, 2008), que tenham uma “identidade nacional” homogênea e coesa. Ocorre que as sociedades modernas são compostas de muitos povos, de origens diversas, cujo domínio de um território é historicamente traçado, inaugurado por um ato imperial marcado por expropriação e genocídio. Como afirma Bhabha (2007: 65) “nenhuma cultura jamais é unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro”. Desde bem antes do colonialismo europeu as migrações tem constituído mais a regra do que a exceção, produzindo sociedades “multiculturais”<sup>5</sup>. Segundo Hall (2008) as “culturas” transgridem os limites políticos, não se encurralando dentro de fronteiras nacionais. O autor vê na perspectiva diaspórica da “cultura” uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação (tais como uma população homogênea, que compartilha entre seus membros crenças, comportamentos e características físicas e genéticas, o pertencimento a uma nacionalidade, seu encerramento em um território e um idioma, por exemplo), pois tal como outros processos globalizantes, a globalização cultural é o que o autor denomina “desterritorializante” em seus efeitos, afrouxando laços entre a “cultura” (sempre em processo de formação) e o lugar. A cultura então pode se exercer fora daquele que seria seu local de origem, e os brasileiros, por exemplo, podem se tornam mais brasileiros quando deixam o Brasil. Por todo o planeta, as migrações (livres ou forçadas) estiveram e estão pluralizando as identidades e diversificando as sociedades das nações dominantes e do mundo

---

<sup>4</sup> Como a nacionalidade, que com a emergência dos Estados modernos, no século XV, passa a ser o elemento determinante para a submissão do indivíduo a um ordenamento jurídico, que é circunscrito a um território e dominado por um poder incontestável de um soberano. É importante lembrar que o vínculo jurídico entre o indivíduo e o Estado constitui-se em uma das dimensões possíveis da nacionalidade. A outra, conhecida como dimensão sociológica, diz respeito ao pertencimento do nacional a uma comunidade, à população que constitui o Estado.

<sup>5</sup> “Multiculturalismo” é um termo que se expandiu de forma heterogênea. Refere-se às estratégias políticas adotadas para lidar com os problemas governamentais gerados pelas sociedades “multiculturais” (Bhabha, 2007) .O “multicultural” descreve as características sociais e problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades étnicas/culturais convivem (Hall, 2008).

inteiro, realocando povos e suas práticas, culinária e idioma, levando sua cultura e inventando suas tradições nos os mais variados lugares. Os fluxos (troca) não regulados de pessoas e coisas são tão amplos e irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados e regulados do capital e da tecnologia.

Como explicitado por diversos Estados nacionais, as migrações (e destacadamente as não documentadas) tem sido consideradas graves problemas (na opinião pública e nos debates políticos), gerando séries de reações e intervenções legislativas e populares que provocam desde o fechamento de fronteiras e a renovação das estratégias de controle e patrulhamento do Estado até a escravização de imigrantes “ilegais” e o extermínio de migrantes em fronteiras, tal como ocorre em diversos países que atraem as correntes migratórias<sup>6</sup>, além das práticas cotidianas que definem o ser “imigrante ilegal”. Fatos recentes mostram como milhares de pessoas são friamente assassinadas ou deixadas à deriva para morrer de inanição em suas tentativas desesperadas para alcançar o destino de suas migrações<sup>7</sup> pelo fato de estas serem classificadas como “ilegais”. Oliveira (2004) afirma que o Estado assume papel decisivo na construção da experiência da “ilegalidade”, através de suas práticas legislativas, discursivas e policiais. As leis, através de suas categorias de diferenciação, têm o poder de constituir os indivíduos, produzindo o “imigrante ilegal” e suas condições. Como “imigrantes ilegais” a própria presença e todas as atividades cotidianas dessas pessoas são em si oficialmente ilícitas. Segundo Hall “um ‘fundamentalismo’ de impulso racial veio à tona em todas essas sociedades da Europa ocidental e da América do Norte, um novo tipo de nacionalismo

---

<sup>6</sup> Notem que este trabalho trata de um problema de circulação de pessoas, portanto, de dom. O movimento de pessoas entre as sociedades receptoras e de origem é ao mesmo tempo emigração e imigração. Pode-se tanto dar quanto receber pessoas, com maior ou menor generosidade. Quando uma pessoa migra ela se oferece e acabará sendo mais ou menos bem recebida. Dado o caráter sintético do dom, a saída de um migrante corresponde à chegada desse mesmo migrante; este sair é um chegar assim como esse dar de si é um ser recebido.

<sup>7</sup> Devemos lembrar o quanto a situação é alarmante, e não apenas na fronteira México/EUA, onde já é comum que emigrantes “clandestinos” sejam alvo de tiros de fazendeiros estado-unidenses e profissionais da “indústria da migração” e outros grupos “ilegais” que dividem a região. Fatos recentes demonstram a abrangência e atualidade destas práticas. Em 2010 houve o massacre de 72 imigrantes não documentados na região mexicana de San Fernando, atribuído pelo governo do México a um dos cartéis de drogas que dominam a área. O único sobrevivente diz que o grupo armado assassinou os imigrantes após eles se recusarem a trabalhar como matadores de aluguel para sua organização. Entrar em território mexicano exige autorização, e utilizar seu território para entrar clandestinamente nos EUA é um crime. Diversos relatos apontam para a violência e abuso da força policial mexicana quando capturados e a dos coiotes durante todo o trajeto. Muitos afirmam que estupros e mortes são coisas banais durante a travessia marcada também pelo cárcere, pela fome e pela sede, e que pode durar meses. Em agosto de 2009 cerca de 80 pessoas deixaram a costa líbia em direção à Itália e 73 delas morreram no mar por inanição. Os sobreviventes dizem que isso aconteceu porque o meio de transporte (uma embarcação de borracha de 12 metros pertencente a uma “máfia” da emigração “ilegal” do leste europeu) ficou sem combustível e dezenas de embarcações que passaram por eles não lhes prestaram ajuda. Segundo notícias veiculadas em sites de notícias “O ministro do Interior (da Itália) Roberto Maroni, disse que a versão dos imigrantes está por confirmar. O partido do ministro fez da ‘caça ao imigrante’ um macabro jogo que colocou na sua página no facebook, que é gerida pelo filho do líder Umberto Bossi. O jogo intitula-se ‘Rejeita o clandestino’ e consiste no afundamento das embarcações dos imigrantes. Os jogadores ganham pontos afundando barcos, quanto maiores forem as embarcações mais pontos ganham. Na página diz-se, cinicamente, que o objetivo do jogo ‘é manter o controle dos clandestinos que chegam à Itália’”. Ocorrem milhares de mortes anuais (números exatos são impossíveis) nas tentativas de travessia não documentada de fronteiras.

defensivo e racilizado” (Hall,2008: 45), que se manifesta violentamente no preconceito e discriminação em relação ao “Outro”. Mas é importante lembrar que a existência de um contingente de imigrantes “ilegais” constitui uma reserva de mão de obra perfeitamente adequada às necessidades e demandas da economia e do lucro.

## 1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

Vivemos uma realidade geopolítica diversa e controversa, onde as migrações continuam presentes no cotidiano de milhões de pessoas e atualmente são consideradas problemas por diversos Estados nacionais. O foco desta pesquisa é o sentido dado ao ato da circulação (migração), que envolve maior ou menor “legalidade”. Pretendo entender como as pessoas que estão envolvidas nestas tramas dão sentido a suas experiências diaspóricas, particularmente os migrantes não documentados (também chamados “imigrantes ilegais”, “clandestinos”, “irregulares”, entre outras denominações) em suas relações. Foi interesse abordar os conceitos de “ilegalidade” e como estes são compreendidos e vivenciados entre os valadarenses. Tento pensar a relação da sociedade valadarensense e seus emigrantes com os diversos conceitos de “ilegalidade” (aquilo que as pessoas envolvidas classificam como “ilegal”), tanto das redes de tráfico que atuam na região quanto com a própria condição de “ilegalidade” dos migrantes.

No curso deste trabalho irei inicialmente apresentar a cidade de Governador Valadares, o palco de minha investigação etnográfica, e posteriormente vou considerar algumas reflexões sobre as migrações, com especial atenção às não documentadas. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma pesquisa de campo na cidade de Governador Valadares e região entre abril e setembro de 2009. Durante este período aprofundei estudos acerca da influência e impacto da emigração na região, buscando reunir maiores esforços para compreender os fenômenos que me proponho analisar, mas abrindo espaço para temas correlatos que me tomaram o interesse.

No campo pude observar a dinâmica das “ilegalidades”, conhecer parte considerável do funcionamento e organização da chamada “indústria da emigração”, bem como as considerações da população sobre diversos contextos de “ilegalidade” e aprofundar conhecimentos diversos sobre o cotidiano valadarensense. O segundo capítulo, “Governador Valadares”, visa demonstrar o envolvimento desta cidade quando o assunto é emigração, e a importância da emigração para a cidade. No início será exposto um esboço da história da cidade tal como a contam seus habitantes, pois a emigração está na memória e na história. Também nesta parte tento demonstrar como os valadarenses explicam o fenômeno migratório e qual o impacto do mesmo na vida cotidiana. Etapas preliminares de pesquisa de campo na cidade de Governador Valadares haviam sido realizadas

durante iniciação científica nos anos de 2006 e 2007, na qual estudei inicialmente o impacto das dívidas contraídas pelos emigrantes e seus familiares para pagar o processo migratório (especialmente o não documentado para os EUA) no cotidiano destes atores e outras formas de dívidas-dádiva no contexto valadarense. Esta pesquisa preliminar permitiu entrar em contato com a chamada “indústria da emigração” e as relações que esta estabelece com a população local. No segundo capítulo apresento uma breve exposição desta pesquisa, que desde o princípio tinha como objetivo estudar a “indústria da migração”, quando ainda havia o receio em tê-la como elemento central.

Na pesquisa de campo procurei identificar e discutir as trocas que existem entre a sociedade valadarense e as “redes de tráfico”<sup>8</sup> (por exemplo, o aliciador muitas vezes é um potencial emigrante, ou muitas vezes tem parentes próximos e amigos emigrados, além de poder estar inserido no mercado de trabalho formal - não existem fronteiras definidas e intransponíveis entre esses atores, meus esforços foram para verificar a abrangência das redes “ilegais” de aliciamento) e o significado da condição de “imigrante ilegal” para os migrantes, procurando compreender as implicações desta situação em suas vidas, considerando suas condições de trabalho e sociabilidade.

A terceira parte do trabalho, intitulada “Migrações Não Documentadas”, destina-se a uma descrição do universo com o qual me envolvi e discorre sobre vários aspectos das migrações, discutindo os temas das “redes de tráfico” e da “ilegalidade” no contexto migratório. Este capítulo apresenta uma discussão sobre o tema a partir da literatura e também expõe as considerações nativas sobre emigração “ilegal”, “máfia da emigração” (termo local) e outros dados importantes acerca das “fronteiras da ilegalidade”. A quarta parte, “Estrutura do Tráfico de Migrantes”, destina-se a apresentar a estrutura e funcionamento das redes profissionais de emigração de Governador Valadares.

Procurei compreender, no cotidiano dos trabalhadores migrantes, como a imposição “legal” que deslegitima e “ilegaliza” milhões participa e interfere em campos simbólicos e práticos de suas vidas. Partindo de uma comparação entre as experiências de não documentados e documentados procurei verificar se existem, de fato, substanciais diferenças entre a vida permeada por cada condição. Muitos migrantes viveram sob as duas realidades (eram não documentados e em determinado momento tornaram-se documentados) e busquei explorar o que a “legalização”

---

<sup>8</sup> Que, no limite, ocorre a todo o momento, já que a existência das “redes de tráfico” pressupõe um lugar para estas na organização social; o interesse é, portanto, identificar as especificidades da interação, seus meios, substancias, tempos, espaços, etc. Compreendo que as “redes de tráfico” constituem a sociedade valadarense tanto quanto esta a constitui, portanto tratamos de trocas que constituem ambos os termos.

implicou no cotidiano destas pessoas após a regulamentação de sua condição.

A categoria “imigrante ilegal” pode ser problematizada também em sua relação com a de “cidadão nacional”. A condição “ilegal” dos trabalhadores migrantes equivale o seu trabalho com um “crime” (na legislação de diversos Estados receptores que criminalizam o trabalho de imigrantes não documentados). Os trabalhadores estrangeiros tornam-se estigmatizados com a alcunha de “imigrantes ilegais”, e passam a ser considerados nocivos à ordem pública das metrópoles nas quais se instalam. Essa criminalização da imigração não documentada implica mais discriminação por parte dos “cidadãos nacionais” dos países receptores. Como sugere Oliveira (2004), é necessário considerar a produção da “ilegalidade” na experiência cotidiana dos sujeitos, nas suas relações e práticas sociais, nas interações com o estado e nos encontros com outros atores sociais, considerados “legais”, “ilegais”, estrangeiros e nacionais. A relação dos “cidadãos nacionais” com os migrantes é fundamental para a construção das categorias “imigrante” e “ilegal”, e é também relevante que mesmo quando os trabalhadores imigrantes são “legalizados”, documentados e oficialmente não considerados criminosos, ainda são vítimas de preconceitos. Procurei compreender entre emigrantes retornados como os valadarenses se relacionavam com os cidadãos nacionais das localidades em que estavam, como é o cotidiano de um “imigrante ilegal” e a maneira como analisam estes eventos. O quinto capítulo, “Os Imigrantes Ilegais”, põe em foco o cotidiano dos migrantes não documentados de Governador Valadares e suas considerações acerca da vida “clandestina”.

Do ponto de vista da população estudada existe a possibilidade do envolvimento de autoridades locais com as chamadas “máfias da emigração”, ou no mínimo falta de interesse em se combatê-las. A presença de atividades de redes profissionais de aliciamento e transporte “ilegal” de trabalhadores na região de Governador Valadares exigiu esforços para compreender o impacto, a abrangência, inserções e intercâmbios destas redes com os valadarenses, bem como interpretações nativas sobre suas possíveis ligações com setores oficiais, autoridades e áreas de destaque público da região (dever que realizei de maneira sutil, procurando entender como meus interlocutores compreendiam este tema).

O retorno ao campo trouxe novas reflexões que deram sentido às memórias de incursões anteriores. Apenas após o retorno à cidade por um período relativamente longo foram possíveis questionamentos que extrapolaram os objetivos iniciais da pesquisa, versando sobre temas como religiosidade, família, relações de gênero e sexualidade, festividades, infância e a dinâmica familiar marcada por parentes ausentes, muitas vezes com crianças criadas por avós, tios e amigos dos pais,

e juventude, que considera a emigração muitas vezes como um devir<sup>9</sup>, memória e velhice, solidão, processos de adoecimento (principalmente os casos psicológicos/psiquiátricos), frustração, sucesso e consumo. Considerações sobre estes elementos estão espalhadas por todo o trabalho, mas foram concentradas no sexto capítulo, “Cotidiano Valadarense”, que também apresenta as interações e pontos de intersecção ente a sociedade valadarense e suas redes profissionais de emigração. Acredito que as coisas só fazem sentido quando em relação, e o interesse pela diversidade busca exatamente uma visão ampla e geral (e talvez por isso mesmo superficial), sem que isolemos os aspectos de nosso interesse de tantos outros, sempre tão relevantes para a compreensão da vida em Governador Valadares.

Tratei de escalas etnográficas diferentes, desde as redes sociais e de parentesco até as “máfias” de tráfico e as autoridades locais, que exigiram atuação, conduta e códigos de trabalho diferentes. Utilizei métodos de observação participante e entrevistas não e semi estruturadas para obter os dados utilizados nesta pesquisa. Realizar estudos (e posteriormente apresentar os resultados) acerca de temas de um universo que tende a ser velado é uma tarefa delicada. Tratar da “clandestinidade” dos emigrantes (que exige sua discrição e invisibilização) e dos aliciadores e falsificadores (cujas diversas investigações policiais exigiram o ocultamento de suas atividades) foi uma tarefa marcada pela desconfiança. Muitos questionaram minhas intenções, associando-me a investigações policiais e mesmo a investigações particulares contratadas por emigrados, que acredito serem relacionadas ao universo de fofocas. Foi ainda uma tarefa marcada pela lentidão<sup>10</sup>. Procurei por diversos meios de abordagem e obtive resultados satisfatórios após estabelecer relações de confiança com meus colaboradores, que com o convívio cotidiano e participação em atividades sociais sentiram-se dispostos a conversar sobre meu objeto de estudo. Ainda assim, por mais que estivessem abertos a relatar fatos acontecidos consigo e com amigos e parentes quanto à “ilegalidade” que envolve os migrantes e a revelar detalhes das práticas de “cônsuls”<sup>11</sup> e falsificadores de documentos, jamais foi-me permitido o conhecimento dos nomes de “cônsuls” e

---

<sup>9</sup> Muitas crianças cujos parentes são emigrantes estão apenas esperando atingir certa idade para emigrar também, e a via “clandestina” ainda é a principal opção. Muitas crianças nascidas nos EUA quando seus pais eram emigrantes, e que portanto tem cidadania americana, tem como certo um futuro de trabalho nos EUA (conheci numerosos casos de jovens e crianças nascidas nos EUA e é notável o fato de que para estes o futuro nos EUA é um desejo constante).

<sup>10</sup> Durante as pesquisas anteriores, quando não estava pesquisando exatamente este tema, ele me veio com muito mais facilidade, levantado e exposto pelos próprios envolvidos (o que também ocorreu com outros colegas que realizaram pesquisas de campo na região, que tiveram contato com a temática de minha pesquisa quando estudavam infância e família, por exemplo). O fato de eu sempre ter deixado claro os interesses de minha pesquisa a todos que perguntaram (e foram muitos) pode ter prejudicado-me, mas não poderia, por diversas razões, ocultar minhas intenções.

<sup>11</sup> “Cônsul” é uma categoria nativa que indica alta posição na hierarquia das redes de tráfico. São os padrões das redes de tráfico, aqueles que tem relações diretas com México e possuem diversos subordinados. Os valadarenses os denominam pluralmente como “cônsuls” e não “cônsules”.

falsificadores<sup>12</sup> (apenas os aliciadores e o único “cônsul” com quem tive contato revelaram-se, mas o “cônsul” não forneceu detalhes de suas atividades).

Foi certamente mais fácil explorar a “ilegalidade” dos migrantes não documentados que, em relatos diversos, especialmente pautados pela informalidade, relataram acontecimentos e sentimentos que os acometeram durante o processo migratório. Abordar integrantes hierarquicamente superiores das “redes de tráfico” e autoridades locais foi por vezes frustrante e sem muitos resultados, mas a aproximação com aliciadores menores das “redes de tráfico” foi bem sucedida.

Uma opção metodológica que adotei após algum tempo em campo foi a não utilização de gravadores durante as entrevistas. É bastante claro que o gravador dificultou o acesso a algumas pessoas, que se recusavam a gravar entrevistas, mas que as concederam quando abduquei do uso do gravador. Em alguns casos em que o utilizei percebi o quanto este recurso limita a entrevista, pois as informações mais interessantes me foram fornecidas apenas após o desligamento do aparelho. O ambiente de informalidade forneceu, sem dúvidas, muito melhor acesso às pessoas com quem convivi. Muitas informações preciosas para este trabalho foram obtidas em festas, caronas, mesas de bar, pontos de ônibus, filas de banco e supermercados, etc. Ainda assim, disponho de significativa quantidade de material gravado, e absolutamente todos os trechos de entrevistas presentes neste trabalho foram transcritos de entrevistas gravadas. Não serão utilizados nomes para a apresentação dos casos expostos.

Apesar destas dificuldades, considero que meus objetivos foram satisfatoriamente alcançados e o material recolhido em campo possibilitou questionamentos diversos que ampliaram os interesses de abordagem sobre o tema. As modificações realizadas (como o interesse em tratar da vida religiosa e dos valores e moralidades, por exemplo) são de ordem complementar e buscam uma maior compreensão da sociedade valadarense.

---

<sup>12</sup> Entretanto, descobri o nome de alguns por referências cruzadas. Por exemplo, quando me diziam que o “cônsul” era dono de determinada loja, bar, concessionárias, etc., e eu porventura, em outras ocasiões, muitas vezes sem nenhuma relação aparente com meu trabalho, me deparava com o nome do dono de tais estabelecimentos. Mas ninguém jamais disse o nome quando se referiam ao “cônsul” nem às atividades de “cônsul” quando citavam o nome.

## 2. GOVERNADOR VALADARES



Governador Valadares vista do Pico da Ibituruna

Uma das regiões do Brasil de maior expressão em emigração é a de Governador Valadares, no Leste de Minas Gerais, região do médio Vale do Rio Doce. Situa-se majoritariamente à margem esquerda do Rio Doce, a 324 quilômetros de Belo Horizonte (MG) e a 410 quilômetros de Vitória (ES). O município é servido pela ferrovia Vitória-Minas, da Companhia Vale do Rio Doce, e pelas rodovias BR 116 (Rio-Bahia) e BR 381 (que a liga à capital Belo Horizonte). A cidade de Governador Valadares é a maior do Leste mineiro<sup>13</sup>. Hoje estima-se (segundo a estimativa da população para 1º de julho de 2009 do IBGE) que a cidade tenha cerca de 260.500 mil habitantes, sendo o centro de um polo que agrega 130 municípios com uma população aproximada em mais de

---

<sup>13</sup> A microrregião de Governador Valadares compreende as cidades de Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Itambacuri, Galileia, Jampruca, Itanhomi, Marilac, Matias Lobato, Nacip Haiddan, Nova Mógica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga e Virgolândia (Siqueira, 2004).

3 milhões de habitantes.

A pesquisa de campo<sup>14</sup> foi realizada entre os dias 20 de abril a 11 de setembro de 2009, na cidade de Governador Valadares, com breves passagens em pequenas cidades do entorno (que me permitiu averiguar a importância e influência de Governador Valadares, que de fato constitui um polo urbano em meio a inúmeras cidades pequeníssimas e precárias, de alguns poucos milhares de habitantes, onde dominam atividades essencialmente rurais) e uma viagem no “Trem da Vale” (Estrada de Ferro Vitória-Minas) de Belo Horizonte até Vitória. A cidade já me era familiar, pois havia realizado dois curtos períodos de pesquisas de campo em anos anteriores. Já haviam contatos estabelecidos com diversos habitantes da região e contatos virtuais realizados por meio de sites de relacionamento e programas de mensagens instantâneas preparavam meu retorno à cidade. Uma “comunidade” virtual da cidade de Governador Valadares, por exemplo, muito me auxiliou em diversos momentos, desde o contato com diversas pessoas que se interessaram por minhas postagens apresentando a pesquisa até a compra de uma bicicleta (meio de transporte abundante na cidade) e na locação de minha moradia. Foi por um anúncio nesta “comunidade”, onde pedi ajuda para a procura por algum pensionato, quitinete, quarto ou qualquer lugar que pudesse abrigar-me por 6 meses, que conheci minha anfitriã, uma policial militar formada em direito. Fomos apresentadas virtualmente (algumas semanas antes de minha ida a campo) por um rapaz que lembrou-se de uma postagem dela oferecendo um quarto em sua casa.

Durante toda minha estadia morei em sua residência, o que possibilitou minha inserção em seu universo. Ela me inseriu em um grupo de amigos formado essencialmente por policiais militares e colegas de sua turma de direito, e também conheci algumas pessoas de sua cidade natal (uma dessas muitas pequenas cidades mineiras onde a principal atividade é a pecuária) e de cidades da região Leste de Minas Gerais (como Teófilo Otoni, Nanuque, Naque, São Vitor, Itanhomi, Novo Cruzeiro e muitas outras). Na casa em que morei também se alojaram duas estudantes recém egressas em cursos das universidades locais, vindas de Maxacalis (mais ao norte do estado), que me possibilitaram contato com diversos jovens universitários oriundos de diversas cidades da região leste de Minas Gerais<sup>15</sup>. As três mulheres com quem dividi moradia em minha estadia na cidade (e muitos de seus amigos, de cidades como Conselheiro Pena, Ipatinga, Malacacheta, Coronel Fabriciano, entre outras) eram filhas de pequenos e médios fazendeiros, criadores de gado de

---

<sup>14</sup> A dinâmica da cidade foi amplamente explorada em observação participante. A cidade possui uma vida cotidiana bastante inusitada que será melhor apresentada no capítulo 6.

<sup>15</sup> Diversos moradores de Governador Valadares me afirmaram que a cidade promete se tornar uma “cidade universitária”, pois atrai estudantes de toda a região leste de Minas Gerais, do sul da Bahia e do Espírito Santo com suas faculdades e principalmente com a Univale (Universidade Vale do Rio Doce), todas instituições privadas de ensino. A atual prefeita elegeu-se com a promessa de trazer para a cidade um campus de uma universidade federal, o que já foi confirmado.

idades da região, e me forneceram dados importantes acerca de condições que eu não havia entrado em contato anteriormente, já que as pesquisas preliminares haviam se restringido a camadas menos abastadas da população. Foi interessante notar que os pais de duas dessas amigas, fazendeiros abastados de suas cidadezinhas (um deles dono de uma fábrica de laticínios), já se “aventuraram” como emigrantes nos EUA. Eles não passavam por dificuldades econômicas, mas decidiram emigrar. O contato com estas 3 pessoas me permitiu conhecer outras dezenas de pessoas, que por sua vez me apresentaram a mais outras dezenas. Através delas conheci diversos emigrantes retornados, famílias tradicionais da cidade, policiais militares, sargentos, advogados, empresários e um universo de estudantes e jovens trabalhadores valadarenses que forneceram importantes dados para minha pesquisa.

Ter morado com uma policial militar e ter tido contato com diversos policiais possibilitou o conhecimento de diversas relações de poder e autoridade dominadas por estas figuras, além de casos de corrupção e trocas não oficiais, o valor da farda e da carteira profissional para a obtenção de benefícios que vão desde refeições até o cancelamento de multas para amigos. Como em todas as partes do Brasil, também em Governador Valadares policiais possuem diversas regalias e ganham muitos presentes da população, não pagam para entrar em eventos, festas, shows e etc., e disseminam a prática da “carteirada”, que os permite autorizar e realizar atos em situações que regularmente seriam consideradas ilegítimas e mesmo “ilegais”.

Morei em um bairro construído em uma ilha dentro do Rio Doce, localidade privilegiada por sua proximidade ao centro e a diversos bairros, além de ser um bairro tradicional e bastante agradável. Morar na “Ilha” favoreceu não apenas a locomoção, mas também o acesso a diversos casos de grande relevância para a pesquisa, já que a “Ilha” é um bairro de grande visibilidade, considerado um dos melhores da cidade, é também o “sonho” de habitação de grande número de famílias de emigrantes, bem como os bairros Grã-duquesa e Esplanada, de classe média e média alta. É fato que muitos emigrantes bem sucedidos (assim como aliciadores e “cônsuls”) se instalam nesses bairros.

– *O sonho de todo emigrante é comprar uma casa na Ilha [dos Araújo]. Um lote lá custa 200 mil, 300 mil reais.*  
(professora)

A valorização de imóveis na Ilha dos Araújo não é imediatamente lógica. A Ilha passa anualmente pelas cheias do Rio Doce, que durante meses inundam praticamente todas as

residências do bairro, às vezes cobrindo a única ponte que liga a ilha ao restante da cidade, isolando seus moradores. Apesar disso, é um dos bairros de maior *status* da cidade.

O crescimento econômico de Governador Valadares deve-se em considerável parte ao dinheiro que os emigrantes investem na cidade, que sustenta um comércio forte, mas não possui atividades industriais significativas. Assim como todos na região conhecem alguém que emigrou, todos conhecem alguém que “leva para emigrar” clandestinamente. A circulação de moeda estrangeira é celebrada, e ser emigrante ou parente de emigrante revela certo *status* (bem como o domínio do idioma inglês), decorrência de uma glamourização da emigração, que é por muitos desejada e considerada o principal meio de enriquecimento material e “cultural” (ou simbólico). É claro que o motivo óbvio que é resgatado para explicar o desejo de emigrar é a melhoria da condição financeira. Muitas pessoas afirmam não conseguirem emprego no Brasil ou preferem trabalhar no exterior, pois os salários são muito melhores, mas existem também outras motivações que diversas vezes são tão importantes na decisão de emigrar quanto o desejo de enriquecimento financeiro. Emigrar também garante ao emigrante um certo poder. No Brasil quem morou fora do país volta com *status* pelo simples fato de ter emigrado, mesmo que tenha voltado sem dinheiro. Em Governador Valadares isso é um pouco diferente: em razão da expressiva quantidade de pessoas que emigram, existe uma pressão maior para o emigrado ser bem sucedido financeiramente. É claro que só pelo fato de se ter conseguido emigrar já há celebração, mas as cobranças são grandes. Se não for bem sucedido, o emigrante corajoso e determinado, disposto a correr riscos e sacrifícios é visto como um trouxa, fracassado, incapaz de vingar onde tantos outros fizeram fortuna, e o projeto que visava um aumento do nível de vida e de estatuto social de toda uma família transforma-se no seu oposto (Oliveira, 2004). Ainda assim, lá encontrei pessoas que não queriam emigrar visando enriquecimento financeiro, mas sim “experiência de vida”, aventura, reencontro familiar, casamento, aprendizagens e etc.

– *Essa questão tá muito além de uma questão puramente econômica, até mesmo porque você vê muita gente que é bem empregado, que ganha dinheiro aqui, e que larga o emprego e vai.*

(estudante M)

Praticamente toda família tem ao menos um ente emigrado e são muitas as que dependem das remessas para sobreviver. Surgiram na cidade várias atividades voltadas para a emigração, inclusive atividades consideradas “ilegais”.

– *Eram e são feitas caravanas até o consulado dos EUA no Rio e em São Paulo buscando o visto legal. Não se conseguindo isso, pode-se recorrer à falsificação de documentos, e não é difícil, todos sabem disso. A mais corriqueira situação é a entrada pelo México. Não é difícil conseguir contato com coiotes<sup>16</sup> e falsificadores. É só sair perguntando que rapidamente você consegue.*

(estudante R)

A emigração é quase naturalizada como uma fase da vida de um valadarense e diversos jovens me relataram que decidiram emigrar pois todos os amigos estavam emigrando, e que sequer tentaram conseguir passaporte e vistos, pois todos queriam se aventurar no trajeto pelo México e alguns até mesmo relataram que o objetivo principal de suas jornadas era justamente a travessia “clandestina” da fronteira, a aventura, e não o destino propriamente dito (o que demonstra uma valoração diferente perante a emigração “ilegal”, “clandestina”, via “indústria da emigração”).

– *Eu tinha 18 anos, tava terminando o segundo grau, aí surgiu uma vontade, meus amigos, sabe, tava todo mundo indo, assim, tudo sabe, parece que era tudo muito emocionante. (...) Eu falei com meus pais que eu queria ir, no início não foram muito a favor porque eu não queria esperar e não queria tentar visto, eu falei, eu vou, meus amigos tão indo pelo México e eu vou também, se eles conseguem eu também consigo, eles não apoiaram muito mas eu acabei convencendo eles e 45 dias depois eu já estava nos EUA*

(Vendedor)

– *como foi a travessia lá?*

– *Foi ótimo, foi 10, uma puta aventura, bom demais!*

---

<sup>16</sup> “coiote” é o guia dos emigrantes não documentados na travessia da fronteira México-EUA. O termo também pode se relacionar aos agenciadores de emigrantes, que não acompanham os emigrantes na travessia.

- *Você gosta de aventura?*
  - *Toda vida eu gostei*
- (pedreiro)

O que para alguns é aventura, para outros pode se tornar um trauma. Notei que quem entende a travessia como aventura são homens (e não todos). As mulheres em geral relatam (quando relatam) histórias mais dramáticas e traumáticas.

- *Não sai da sua mente, é uma coisa que... é um filme, assim... você tem que comer capim, tem que tomar uma água que aquilo ali você não sabe quantas urinas de búfalo tem ali dentro, a fome é demais, você não tem comida, não tem cobertura, não tem nada, não tem amparo nenhum, nenhum. É horrível. É tudo de ruim, passar pelo México e ficar presa lá naquele país.*
- (cozinheira)

Emigra-se não só pela aventura, mas também por dinheiro, para ir com alguém ou para ir ver alguém, para ganhar *status* e para conhecer outros lugares e povos, às vezes para fugir, às vezes para casar<sup>17</sup>. Ao mesmo tempo que podemos distinguir diversos motivos pelos quais os valadarenses decidem emigrar devemos lembrar que todos os aspectos se sobrepõem e o importante é notar que há aquilo que Sahlins (1990, 2007) chama de “estrutura local” em que o emigrante tem um lugar. Aqueles que emigram só podem realizar a migração porque fazem parte de uma etnia, são membros de redes sociais relacionadas à emigração e utilizam um conjunto de conhecimentos sociais para realizarem seus projetos. O movimento migratório passa por questões de ordem cultural e política, e as estruturas sociais nas quais os migrantes estão inseridos fornecem os diversos caminhos de sua mobilidade socioeconômica. Em Governador Valadares a emigração não é vista apenas de maneira utilitarista, como uma saída para a crise financeira, mas também como um projeto simbólico com o qual muitos cidadãos se identificam (Siqueira, 2009).

A presença (e a ausência) da figura do emigrante faz parte do cotidiano da cidade, que criou

---

<sup>17</sup> Fui muito amiga de uma garota de 18 anos que conheceu seu noivo por intermédio de sua mãe, emigrante, que apresentou seu vizinho (também imigrante brasileiro nos EUA) para a filha. Eles namoraram por 2 anos via internet, e o sonho da garota sempre foi emigrar para casar-se com ele e ficar perto de sua mãe, ocasião que concretizou-se no ano de minha etnografia, quando ela finalmente cruzou o deserto e entrou nos EUA, casando-se na mesma semana.

um grande número de atividades em torno da emigração; há um monumento dedicado aos emigrantes, a “Associação de Parentes e Amigos de Emigrantes” (ASPAEMIG-BR) e o Centro de Informações e Assessoria Técnica (CIAAT), órgãos que tratam e auxiliam a comunidade em questões relacionadas à emigração (tanto a ASPAEMIG quanto a CIAAT são entidades criadas por vereadores, a ASPAEMIG pelo PSDB e a CIAAT pelo PT; há uma intensa disputa política pelo eleitorado transnacional na cidade), há o “dia municipal do emigrante” (04 de Julho, em homenagem ao dia da independência dos EUA), que conta com diversas festividades e eventos na Câmara Municipal, além de diversos periódicos (de circulação local e em diversas cidades norte-americanas com expressivo número de imigrantes valadarenses) e programas de rádio e televisão dedicados aos cidadãos valadarenses emigrados e seus familiares no Brasil (e especialmente propagandas de bancos e financeiras chamando por remessas e empréstimos e de igrejas, clamando pela moral e pela família transnacional); até mesmo o clube de futebol da cidade, o Democrata (Esporte Clube Democrata), tem no imaginário valadarense uma certa relação com o partido democrata estado-unidense. A cidade possui acordos de integração e cooperação com as cidades norte-americanas de Newark (Nova Jérsei), Everett e Framingham (Massachusetts) que as tornam “cidades irmãs” de Governador Valadares, dado o expressivo número de valadarenses residentes nestas cidades.

Os países de destino de grande parte dos emigrantes valadarenses em suas primeiras experiências migratórias são Estados Unidos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Canadá e Austrália, fato relacionado com a existência de redes migratórias relativamente bem estabelecidas nestes países. Segundo Wilson Fusco (2001) a decisão de migrar é em grande parte coletiva, ocorrendo de acordo com a estratégia familiar; “para que o migrante possa concretizar seus planos, ele precisa contar com uma rede de relações sociais bem desenvolvida, na origem e no destino” (pg. 435). Essas redes fornecem apoio e informações sobre as situações que o migrante enfrentará, desde a própria decisão de emigrar, o local para onde emigrar e até a melhor maneira de entrar no outro país, além de ser o meio mais fácil de contato com o mercado de trabalho local. O autor esclarece que a rede migratória internacional é um tipo específico de rede social, que agrega redes existentes e permite a formação de outras redes.

– *Praticamente de todas as famílias da minha família tinha dois ou três membros nos EUA, alguns em Portugal, até mesmo na Espanha, então através disso surgiu uma vontade de ir, de conhecer e tal.*

(estudante N)

Gláucia Assis (2003) também mostra a relevância das redes baseadas nas relações de parentesco, amizade e origem comum que “demonstram a importância das relações sociais como mantendo e articulando múltiplas relações entre as sociedades de origem e de destino dos migrantes, entre aqueles que partiram e os que ficaram no país de origem, entre aqueles que partem e os migrantes já estabelecidos nos locais de destino” (pg.11). Sem dúvida, a decisão de migrar e a existência de redes sociais que possibilitam a emigração dependem de diversos outros fatores não relacionados apenas com estratégias; podemos interpretar que no conceito de redes sociais os fluxos migratórios se organizam com base nas alianças e, assim como todas as relações sociais, estas redes se formam e se definem pela troca de dádivas, que nunca são totalmente interessadas ou estratégicas (como também jamais são desinteressadas), das quais dependem também sua manutenção e reprodução. Entre os estudantes do curso de história que conheci há também essa forte noção de rede social da migração atuando no cotidiano valadarense:

– *ele [emigrante] controla varias coisas por aqui, desde as relações sociais como as relações mais físicas, por exemplo, tem gente que manda dinheiro pra cá, pra construir, pede foto, pede vídeo da construção, pede foto da cara do pedreiro, pede que mandem o catálogo pra lá, é esse tipo de relação que mantém uma relação muito mais forte, informação vindo. Agora informação indo é o que, é um outro vizinho ou uma outra pessoa próxima, parente, irmão, que queira ir pra lá, ele entra em contato com essa pessoa que está lá e ele recebe uma série de informações, ó, quando você vier você procura tal pessoa, tal lugar, procura tal emprego, é essa troca de informações que mantém a rede social ativa.*

(estudante M)

## **2.1 Notas sobre a história de Governador Valadares**

Farei uma breve exposição da história da cidade pelo fato de muitos valadarenses a

considerarem de grande importância para explicar o fenômeno migratório da região<sup>18</sup>. A história que apresentarei é a contada por seus habitantes, minhas fontes foram histórias de vida, história oral e fontes documentais que são fruto dos esforços dos habitantes, sejam eles historiadores profissionais ou simplesmente pessoas comuns, entusiastas cujos interesses levaram a escrever sobre sua cidade. Segundo o historiador valadarense Haruf Espindola (2005), em 1573 o bandeirante Sebastião Fernandes Tourinho, vindo de Porto Seguro (BA) realizou a primeira expedição pelo Vale do Rio Doce, mas apenas após a descoberta de ouro nas proximidades do povoado de Peçanha<sup>19</sup>, onde se localizava então um dos principais depósitos minerais do país, aos 13 de maio de 1808, criaram-se divisões militares no Rio Doce, “colonizando” a região então habitada por índios botocudos<sup>20</sup>. Após o extermínio quase completo dos índios autorizado por ordem de Dom João VI (Espindola, 2005), além das explorações extrativistas iniciou-se também a atividade cafeeira. Canoeiros vindos do (atual) estado do Espírito Santo deram partida para o comércio na região, através dos rios Santo Antônio e Suaçuí Grande, dois importantes afluentes à margem esquerda do Rio Doce. Os colonizadores se fixaram na curva que o Rio Doce faz ao norte; os soldados e padres capuchinhos chegavam atraídos pela topografia local (privilegiadamente plana em uma região onde predominam os morros íngremes e altas montanhas, paisagem típica de grande parte do estado de Minas Gerais) e pelo pico da Ibituruna, serra que domina o relevo, permitindo uma vista estratégica de toda a região.

Em 1903, quando era ainda uma vila habitada por aproximadamente 200 pessoas, a presença de estado-unidenses começa a trazer a “civilização” para o vilarejo, até então um ponto de parada de canoeiros, bandeirantes e outros “desbravadores”. Os estrangeiros chegaram e se estabeleceram em um “acampamento” (hoje um bairro da cidade, que tem algumas casas da época que conservam as características originais) para a construção da “Estrada de Ferro Vitória-Minas” pela empresa de Percival Farquhar (que construiu estradas de ferro por todo o Brasil), que consolidou o extermínio dos povos indígenas nativos, a devastação dos recursos naturais, possibilitou a construção de cidades e é ainda hoje uma importante via para a exportação brasileira, sendo responsável pelo transporte de 37% de toda carga ferroviária nacional (segundo dados da

---

<sup>18</sup> Como diz Sahlins (1990): “A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque, por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural. Nesses termos, a cultura é historicamente reproduzida na ação.” (pg. 13)

<sup>19</sup> Sendo Figueira (atual Governador Valadares) subordinada a este povoado.

<sup>20</sup> Povos Krenak, Aimorés, Boruns e Guerens. O termo “botocudos” é a denominação dada pelos portugueses aos indígenas pertencentes a grupos de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, independentemente do ramo etnolinguístico a que pertenciam, uma vez que usavam botoques labiais e auriculares.

Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF).

Em 15 de agosto de 1919, foi consolidada a ocupação da região com a inauguração da Estação Ferroviária. A partir de então as atividades comerciais se intensificaram, tropeiros transportavam riquezas para todo o interior de Minas Gerais e surgiram diversos ramos de atividades, como madeireiras e mineradoras para extração de mica, ouro e pedras preciosas (abundantes em toda a região). Tempos depois, com a exaustão dos recursos naturais<sup>21</sup>, surgiram as pastagens para a criação de gado (onde antes havia mata atlântica virgem) que hoje dominam todo o estado de Minas Gerais (durante o voo de São Paulo para Belo Horizonte, ao longo da rodovia BR 381 e no trajeto completo da Estrada de Ferro Vitória-Minas percebi que o território apresentava principalmente pastagens, plantações de árvores coníferas para a produção de celulose e alguns breves pontos de cerrado e mata atlântica), . A construção civil cresceu com a implantação da rodovia Rio Bahia. Em 1938 houve a emancipação política do povoado cedida pelo então presidente Getúlio Vargas, graças à ação do Partido Emancipador de Figueira, criado em 1936, e a cidade recebeu o nome de Governador Valadares<sup>22</sup> em homenagem ao então governador do estado, Benedito Valadares, que jamais pisou em solo valadarense.

A entrada dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial deu origem ao Acordo de Washington, que associou em 1942 Getúlio Vargas com Franklin Roosevelt (EUA) e Winston Churchill (Inglaterra), dando origem ao decreto-lei 4.352, que mandou os pracinhas brasileiros para as frentes de batalha, aumentou a presença de estado-unidenses na região do vale do Rio Doce para a exploração de minério de ferro, mica e escória de berilo (matérias primas essenciais para a indústria bélica norte-americana, cujas imensas reservas foram encontradas durante a construção da estrada de ferro), trazendo também melhorias na infraestrutura regional colaborando com programas especiais de saneamento para a erradicação de doenças endêmicas, especialmente a malária, que resultaram na criação do Serviço Especial de Saúde Pública e no Sistema de Tratamento de Água, e o desenvolvimento de estruturas urbanas, bem como empréstimos de centenas de milhões de dólares para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico. Esse acordo foi decisivo para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, hoje uma das maiores empresas do mundo (privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso) e permitiram a apropriação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, após mais de 20 anos sob a propriedade privada estrangeira, a instalação de bases militares estado-unidenses no

---

<sup>21</sup> Um idoso de 85 anos relatou que em sua juventude via toras de 5 metros de diâmetro e dezenas de metros de altura abrirem verdadeiras estradas quando transportadas nos carros de bois. Segundo seus relatos, quando era criança não havia nada além de mata onde hoje é a cidade, o que demonstra a acelerada urbanização que a cidade recebeu.

<sup>22</sup> Antes disso havia tido outros seis nomes: Arraial do Porto de Dom Manuel (1734); Porto das Canoas (1808); Santo Antônio da Figueira (1888); Distrito de Santo Antônio do Bonsucesso (1889); Figueira (1923) e Figueira do Rio Doce (1937)

norte e nordeste brasileiros e também a exploração da borracha nos seringais da Amazônia.

A presença de estrangeiros e o contato destes com a população (que, como vimos, ocorre desde o início do povoamento da região) contribuíram para a formação de uma noção coletiva sobre a “América” enquanto terra das oportunidades e do sucesso econômico. Pessoas idosas com quem tive contato e que viveram na cidade naquela época dizem que os “americanos” pagavam por serviços em dólares, o que na época era considerado uma fortuna se comparado à moeda nacional. Os diferentes ciclos econômicos (em sua maioria extrativistas), a construção da estrada de ferro e a urbanização do povoamento atraíram trabalhadores de todo o Brasil para a região, e em pouco mais de meio século o pequeno povoado de 200 pessoas grassou e tornou-se a maior cidade do leste mineiro.

A emigração está presente na vida de cidades da região de Governador Valadares e em diversas cidades do Leste mineiro.

– *Tem muita zona rural aí em Pontal, Derribadinha, Brejaubinha, a maioria das pessoas ali, as fazendas, as roças, são cuidadas por idosos, os filhos estão nos EUA, e eles não querem cuidar da terra, aí ficam os pais lá, igual os que eu conheço (nome X), (nome Y), (nome Z), ficam lá, não voltam, a mãe doente, não podendo pegar na enxada, pressão arterial lá nas alturas, e aquele monte de terra, casarão bom, casa toda com varanda, chuveiro quente, sabe... manda dinheiro pra comprar uma casa, como se não desse pra morar na roça, e ele lá nos EUA.*  
(estagiária)

Nas cidades da região Leste de Minas Gerais não apenas a emigração está presente, mas também as “máfias” da emigração

- *Tinha filiais né. Tinha um [“cônsul”] em Valadares, e numa outra cidade aqui perto, em Sardoá, tinha outro lá, que era coligado com esse, que fazia isso. Era uma empresa né.*  
(advogado)

Dados do CIAAT (Centro de Informações e Assessoria Técnica de Governador Valadares, órgão ligado à prefeitura municipal) estimam que cerca de 15% de sua população esteja residindo no exterior. É curioso que uma cidade de porte médio do interior do Brasil tenha tanta relevância em termos de emigração (especialmente para os EUA). O momento de crise econômica, social e política que o Brasil enfrentou nos anos de 1980 não parece ser o único motivo do expressivo número de migrações internacionais de valadarenses, especialmente entre 1987 a 1989 (época que os habitantes da cidade caracterizam como a explosão da onda de migrações). A emigração valadarense é histórica, tanto pelas dimensões que atingiu como pela longa data de sua origem. Como vimos, desde o início da ocupação da região a presença de estado-unidenses foi marcante. O contato com esses estrangeiros conferia a quem se relacionasse com eles um certo *status*.

Zenólia Almeida (2003) conta que havia em Governador Valadares uma espécie de condomínio chamado de acampamento onde moravam os “americanos” e técnicos que trabalhavam para a companhia Vale do Rio Doce. A área era cercada e o acesso era proibido aos valadarenses comuns. Para estes, atravessar a cerca era como entrar em um outro mundo. O conforto que tinham os estado-unidenses, seus aparelhos domésticos e o tipo de suas casas geravam muitos interesses. O mesmo fascínio pelos estrangeiros ocorre em diversas outras partes do Brasil (se não em todo o país). Conheci pessoas que nasceram na cidade no início do século XX que afirmam veementemente que a cidade se construiu graças aos “americanos” e posteriormente cresceu graças aos dólares que os emigrantes mandavam para a cidade, considerando que até hoje não existem atividades industriais relevantes e que a maioria dos recursos naturais da região foi explorada por estrangeiros. A cidade nasceu e cresceu graças a estes estrangeiros, e por eles foi explorada até a exaustão; é um território marcadamente transnacional desde o princípio, e talvez possamos dizer que foi tal relação com os “americanos” por determinado período que possibilitou as primeiras investidas migratórias de valadarenses.

Essa região é marcada historicamente por ciclos econômicos extrativistas, e a exploração predatória dos recursos naturais resultou em crises econômicas severas a cada esgotamento dos recursos. Com o fim do ciclo da mica e de outras atividades extrativas que marcaram a prosperidade da região dos anos 1940 e 1950, nos anos de 1960 Governador Valadares entrou em um período de estagnação econômica. O setor terciário (o mais desenvolvido) já não conseguia responder à demanda por empregos e os valadarenses experimentavam uma queda do “nível de vida” que destoou do “progresso” associado ao investimento e padrão de gasto proporcionado pelos estrangeiros, dado que estes retornaram aos EUA assim que as atividades comerciais e extrativas estabelecidas na região perderam o dinamismo (Scudeler, 1999). Muitos estrangeiros retornaram a

seu país levando consigo seus empregados valadarenses para atuar em trabalhos domésticos<sup>23</sup>. Este fluxo, que foi iniciado na década de 1960, intensificou-se nas décadas seguintes. Uma professora de história relata o que acredita ser a origem da “febre” migratória valadarense:

– *Então assim, essa ideia, de que a pessoa vai e se aventura, traz uma conotação que se não tiver uma leitura histórica por traz dela, dos processos anteriores, pra explicar porque que no imaginário das pessoas a única solução é esta para os problemas de pouco emprego, pouco desenvolvimento, pouca oportunidade, quer dizer, você pode resolver isso de diversas formas, e porque que tem que ser nessa linha? Porque que tem que ser indo pra algum lugar? Porque que não pode se resolver o problema aqui dentro? então assim, aí a gente entra numa lógica, numa perspectiva, que se ela n tiver um lastro histórico, você fica com a interrogação. Ora, essa cidade foi formada num processo desses, foi formada num processo que iniciou com as divisões militares, com a extinção dos botocudos que nós vimos, trazendo gente a todo custo pra ocupar isso, num processo tenso de ocupação desse território, numa perspectiva sempre extrativista. É realmente aproveitar o que tem de bom, ganhar muito dinheiro e sair daqui. Então quer dizer, e os pioneiros chegam aqui numa perspectiva muito semelhante, eles vem, se instalam, se desenvolvem, ganham muito dinheiro, (...) sempre com a perspectiva da extração, e é o que o pessoal aqui, sai daqui pra fazer lá. Já que não tem muito o que extrair aqui, então qual é a ideia? (...) É como se se formasse aqui uma espécie, um imaginário onde você segue determinadas matrizes que vem desde o momento de formação. No fundo o que as pessoas estão fazendo aqui é a mesma coisa que se fazia*

---

<sup>23</sup> Esta interpretação dos fatos me foi também apresentada por diversas pessoas em Governador Valadares, parece ser a explicação nativa mais aceita para o vigor migratório da região.

*desde o momento de formação.*

Os primeiros emigrantes valadarenses eram jovens da elite local, que formaram os primeiros pontos da rede migratória, que nas décadas seguintes cresceu e passou a configurar tanto o local de origem como os locais de destino dos emigrantes. Criou-se para os valadarenses um certo “encanto” com a ideia de migrar, inclusive pelo fato dos primeiros emigrados retornarem com boas reservas de dólares. As primeiras migrações para os EUA eram encaradas por seus agentes como uma “aventura” (como até hoje muitos classificam suas experiências migratórias) que se transforma em uma opção de vida e trabalho, sendo também notável a força da ideia de “pioneirismo” que é, segundo a mitologia local, origem da cidade e característica do valadarense.

– [na cidade] *tem o mito do pioneirismo, o mito do pioneiro aqui em Valadares, e aí assim, as pessoas que vem de fora né, apesar de chegarem por volta da década de 30 por aí, 40, se estabelecem na cidade, investiam no centro da cidade né, uma cidade pequena, mas essas pessoas em função do impacto que elas causam em função do investimento, passam então a ser consideradas as pioneiras. Em relação ao fenômeno da emigração aqui, a sensação que se tem é que essa imagem do pioneiro ela entra no imaginário das pessoas e já que as pessoas de uma classe social menos favorecida não conseguem ingressar, digamos assim, no loco dos pioneiros, eles se tornam pioneiros de uma outra forma. Então a gente vê que nos casos, nos relatos e no interesse na imigração é em função de se tornar um ícone também, mesmo que não seja um ícone pra toda cidade, mas quem vai e retorna com dinheiro, ele é um pioneiro na família, ele é um pioneiro na rua, ele é um pioneiro no bairro, ele investe no bairro, ele muda a casa, e em Valadares isso é muito típico, em qualquer bairro que você anda, mesmo sendo um bairro de uma classe social menos favorecida, você percebe nitidamente quem tem parente nos EUA, você percebe pelos muros, você percebe pela reforma na casa,*

*então você percebe isso, o vizinho que foi e o vizinho que não foi, você percebe nitidamente, até os próprios bairros que foram surgindo ao longo desse processo de emigração, você tem bairros aqui que são de casas geminadas, que é a expressão da emigração na própria arquitetura, as pessoas compram lotes, dividem e constroem casas geminadas, cada um fica com um pedaço, constroem casas de dois andares, quer dizer, tem toda essa noção, essa percepção do que o dinheiro de fora é capaz de trazer pra cá.*

(Professora de história)

O sucesso financeiro dessas “aventuras” e os relatos de prosperidade na vida no exterior, bem como os convites que emigrados fizeram (e ainda fazem) aos amigos e familiares emigrarem, estimularam novas iniciativas. Assim aumentaram as redes migratórias, dando a dimensão que a cidade apresenta hoje nos fluxos migratórios internacionais.

## **2.2 Primeiras aproximações: as dívidas**

Etapas preliminares de pesquisa de campo na cidade de Governador Valadares haviam sido realizadas durante iniciação científica nos anos de 2006 e 2007, na qual estudei inicialmente o impacto das dívidas contraídas pelos emigrantes e seus familiares para pagar o processo migratório (especialmente para os EUA) no cotidiano destes atores e outras formas de dívidas-dádiva no contexto valadarense. Estas pesquisas preliminares permitiram entrar em contato e conhecer parcialmente a dinâmica e organização da chamada “indústria da emigração” e as relações que esta estabelece com a população local.

A maneira mais efetiva para um valadarense conseguir emigrar para os Estados Unidos (um dos destinos mais almejados) é a travessia pela fronteira do México, e os altos valores cobrados pela chamada “indústria da migração” para realizar-se a emigração “clandestinamente” exigem dos migrantes que se dispõem a realizar esta travessia contrair dívidas monetárias, preferencialmente com parentes e amigos, mas frequentemente com agiotas. Outras dívidas (não monetárias, mas “morais”, no sentido maussiano) se mostraram também imensamente significativas para

compreender a dinâmica da vida social valadarense, vou agora realizar uma breve exposição destas pesquisas preliminares, que abriram caminho e forneceram inspiração para a atual pesquisa.

A “Dívida” se relaciona tanto com a “indústria da migração”, que cobra altos valores, obrigando o emigrante a realizar empréstimos, como com as questões familiares, já que o pagamento das dívidas pode afetar a vida familiar e representar riscos a esta, tanto por desconfiguração do sentimento familiar como por ameaça de agiotas. É frequente que apenas parte da família migre, o que exige séries de prestações entre quem emigrou e quem ficou para que se mantenha algum sentimento de “união familiar” quando não há co-substancialidade. Uma etnografia permitiu estudar Governador Valadares sob a perspectiva da “Dívida”, analisando a organização da “indústria da migração” e seu impacto na região e como a migração afeta a vida social das famílias, em termos de dom e reciprocidade.

Realizei breves estudos de campo em Governador Valadares, onde obtive relatos sobre diversos estabelecimentos "de fachada" que a cidade abriga para “lavagem” (branqueamento) do dinheiro oriundo das redes de tráfico de emigrantes, da agiotagem que ocorre na região e detalhes sobre as práticas de tais redes (já bastante conhecidas na região). Procurei estudar a emigração valadarense sob a temática da dívida, uma vez que dívidas financeiras são constante preocupação dos emigrantes e seus familiares (especialmente de emigrantes recentes), que as contraem para conseguir pagar o projeto de emigração.

Sabe-se que uma grande parte dos emigrantes, especialmente os recentes, destina uma parte significativa de suas remessas para o pagamento de dívidas, o que adia em alguns meses (e em certos casos indefinidamente) os projetos originais de reunir recursos para a aquisição de uma casa e outros bens ou investir. Isto pode abalar a estrutura familiar e gera incertezas; planos precisam ser reformulados constantemente e desgastam a relação (já delicada) entre quem partiu e quem ficou. As remessas, os presentes, as cartas e telefonemas tornam-se o meio de se produzir a família na distância, e qualquer abalo destes meios pode significar um abalo da manutenção da família. Os presentes não são apenas bens de consumo. Neles está intrinsecamente associada a figura de quem os enviou. Se for, por exemplo, um presente de um pai para um filho, entre cônjuges, entre grandes amigos ou parentes em geral (os presentes, de qualquer modo, somente são trocados entre pessoas que compartilham grande apreço emocional) o valor que o bem possui é incalculável (e inalienável). Uma simples camiseta é um bem cheio de significado simbólico.

A ideia inicial do projeto surgiu da pesquisa de campo realizada na cidade de governador Valadares em julho de 2006 (ainda sob orientação de Igor Machado), quando tive contato com familiares de emigrantes e percebi o quanto o pagamento de dívidas é importante e prioritário e o quanto elas estão presentes no cotidiano destas famílias, que precisam conter gastos e viver com o

mínimo possível para o pagamento das dívidas. Foi lá que percebi também que a esta questão se relacionam redes de tráfico e agências que auxiliam os emigrantes, já que as dívidas são adquiridas para pagar a viagem e estas agências (e os credores, agiotas).

– *olha, a questão da emigração é o grande risco e o grande gasto, você sai da sua casa, deixa sua família pra viver uma vida, as pessoas sonham muito, mas antes de você chegar a alcançar esse sonho tem todo um processo que você vai atravessar, você vai enfrentar os coiotes, você vai enfrentar o medo, você vai enfrentar a sede, mas não para só por aí, porque assim que você chega você vai enfrentar a dívida, uma dívida enorme que você fez, e tem um povo que chantageia você a pagar juros, não aquilo que você pagou, se não pagar eles te ameaçam de morte, uns sim, outros não, outros começam a pegar seus bens, começam a penhorar seu carro, sua casa, seus imóveis, até chegar ao ponto de pagar a dívida.*

(advogado)

A maioria das pessoas que migra, sendo de classe baixa e média baixa, correntemente não dispõe da quantia necessária para pagar a viagem e recorre a empréstimos. As dívidas contraídas para conseguir concretizar os projetos migratórios permitiram o estudo inicial da organização da "indústria da emigração" (desde agências de turismo de fachada, produtores de documentos e passaportes falsos, e redes de tráfico) que pode incluir, como mostra o discurso nativo sobre os "esquemas" de tráfico bem conhecidos na região, agiotagem e "lavagem de dinheiro" via estabelecimentos comerciais de fachada, que podem caracterizar uma "economia informal" da migração (por vezes "ilegal") na região. As mesmas dívidas permitiram também análises das situações que as famílias transnacionais enfrentam no processo migratório, que compreendem os sacrifícios familiares, trabalho intenso do emigrado, contenções de gastos (e às vezes venda de bens) para que se pague a dívida. As dívidas podem colocar a família em risco quando são contraídas com agiotas e pessoas ligadas ao universo de "ilegalidades" presente na região de Governador Valadares.

– *o cara ia todo dia cobrar "eu quero meu dinheiro" e*

*tal, “senão vou matar todo mundo, não vou ter dó, mando matar seu filho lá nos EUA” e tudo, até que ele conseguiu negociar com o agenciador e beleza, pagou tudo certinho, conseguiu pagar*  
(estudante D)

Muitas pessoas perderam bens materiais (casas e automóveis, na maioria dos casos) ou precisaram fugir para cidades distantes da região devido às ameaças de agiotas. Foram-me relatados também casos de assassinatos originados por não pagamento de dívidas com agiotas, mas esta é uma medida extrema, que parece ser realizada apenas quando outros meios de coerção não surtem efeitos. Creio que estas situações não sejam muito frequentes, já que o interesse maior dos agiotas é que a dívida seja paga.

– *não é a ideia do agenciador querer matar, querer tomar... não é questão de ser só mais um crime, é questão de que é um dinheiro que ele não vai receber... a ideia dele é receber, ele quer receber o dinheiro... se a pessoa fez um compromisso, o emigrante fez um compromisso, ele tem que pagar pelo compromisso, entendeu, então a ideia deles é receber, eles ameaçam mais pra receber, amedrontar e receber o seu dinheiro de qualquer forma... então eles não querem matar, porque se matar eles não recebem*  
(advogado)

A agiotagem, assim como o aliciamento de emigrantes, eram atividades realizadas tanto por pessoas muito ricas e influentes quanto por pessoas simples.

– *Agiota aqui, pra você ter ideia, o próprio pessoal de casa de câmbio era agiota, tudo quanto era turismo, esse negócio de agência, tudo, era tudo agiota, todo mundo aqui, até os pobres, era agiota, quando chegava dinheiro dos EUA eles faziam agiotagem também com o dinheiro*  
(professor de informática)

– *tem agenciador que é agiota também, tá tudo ligado, aqui tem quem é de tudo, agenciador, agiota, doleiro...*

(estudante D)

Como observei, a atuação da “indústria da migração” obriga os migrantes que se utilizam delas a pagar altos valores para a realização de seus projetos. Mesmo a simples compra de uma passagem aérea para a Europa exige, na maioria dos casos, que se peça um empréstimo ou se venda algum bem. Quando há empréstimos, estes são feitos preferencialmente com parentes ou amigos, o que poucas vezes é possível. A maioria dos empréstimos é realizada com agências de financiamento ou agiotas (que exigem garantias, como a penhora de um bem ou, no mínimo, que haja alguém no Brasil responsável pela dívida, alguém a quem se possa cobrá-la). Como demonstra o relato do professor de informática, um fato interessante é que emigrantes também “investem” seu dinheiro na forma de empréstimos para conhecidos, se tornando credores. Quando já detêm um patrimônio eles emprestam dinheiro para outros emigrarem, cobrando juros menores que os de financeiras e agenciadores.

– *hoje ele já tem apartamento comprado aqui, ele já tem carro zero quilômetros comprado, tá com a carta pra retirar o carro, tem uma boa quantia, já saldou bastante dívidas que tinha; tem muito, bastante dinheiro também emprestado a pessoas...*

(estudante R)

As dívidas contraídas para que se realizem os planos migratórios permitiram um estudo inicial da “indústria da migração” e também permitiram análises das situações que as famílias transnacionais enfrentam no processo. Existem, como poderemos observar, duas dívidas distintas. A com aliados (parentes e amigos) e a com agiotas. Estas duas dívidas se relacionam em diversos momentos, especialmente quando a dívida com o agiota (que, como já foi demonstrado, pode ser o agenciador) põe em dívida (e em risco) toda a família, que fica responsável pela dívida do migrante, este estando em situação de dívida tanto com o agiota como com a família, que por vezes é alvo de ameaças caso a dívida monetária não seja regularmente justificada.

– *Essas dívidas às vezes não são pagas de imediato,*

*eles chegam a dar o equivalente a metade do valor e pagar a outra metade no momento em que chega lá, outros já fazem acordos diferentes, pagam a metade e a outra em forma de prestação, certo, conforme vai trabalhando. Há casos em que onde a pessoa descumpra esse acordo então surgem ameaças aqui, ou até mesmo ameaças de entregar a pessoa lá, porque mesmo a rede funcionando aqui, eles não funcionam sozinhos, eles tem [integrantes] tanto na fronteira que liga o México aos EUA quanto dentro do próprio país, lá dentro dos EUA.*  
(policial)

Na maior parte dos casos, leva-se um tempo de aproximadamente dois anos (no caso da migração via “coiotes” para os EUA) para que a dívida seja totalmente paga, e durante este tempo, sendo prioritário o pagamento das dívidas (já que estas colocam a família sob situação de risco e tensão), encontramos relatos de sacrifícios familiares, como contenção de gastos, trabalho árduo, venda de bens e até mesmo falta de suprimentos básicos, como alimentos e roupas. Nas situações estudadas, raramente a dívida com o agiota é vista como o principal problema, pois uma vez restituído o valor (acrescido de juros) as ameaças geralmente cessam e se o pagamento das parcelas é regular, praticamente não existem riscos à família ou a quem tenha sido incumbida a responsabilidade pela dívida, e foi este fato que explicitou a importância da segunda dívida, com os aliados.

As pressões morais para não deixar a família em situação de risco (e para manter certo sentimento de unidade familiar), o pagamento de dívidas adquiridas com amigos, o sustento e manutenção da vida familiar, os presentes, as remessas, a concretização de planos, todas essas coisas parecem ser muito mais importantes para uma família transnacional, já que delas dependem a manutenção de laços de parentesco e amizade, e podem ser analisadas em termos de dádiva.

Em *Ensaio Sobre a Dádiva* Marcel Mauss [1925] (2003) fundamenta a constituição da vida social no constante dar e receber<sup>24</sup>. Mauss encontrou na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir

---

<sup>24</sup> O autor realiza estudos do concreto, utilizando uma versão particular, por vezes evolucionista, do método comparativo para identificar a dádiva enquanto o operador das relações sociais em diferentes tempos e espaços. Demonstra que a dádiva está sempre estabelecendo e organizando relações: “As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações, dar, receber e, enfim, retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clãs a clãs, mas de tribos a tribos, de nações a nações e – sobretudo – de indivíduos a indivíduos. Só então as pessoas souberam criar e satisfazer interesses mútuos, e, finalmente, defendê-los sem precisar recorrer às armas. Foi assim que o clã, a tribo, os povos souberam – e é assim que amanhã, em nosso mundo dito civilizado,

o que considera ser a regra social primordial e diz que “uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam” [1925](2003):294. Mauss agrega sob a categoria “dádiva” diferentes tipos de trocas: políticas, sacrifícios, rituais de casamento, iniciação, nascimento, etc.,

“Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso o *sistema das prestações totais*”

(Mauss, [1925] 2003:190)

Objetiva investigar a origem da obrigatoriedade moral que envolve o circuito da tríplice

---

as classes e as nações e também os indivíduos deverão saber – se opor sem se massacrar, dando-se uns aos outros sem se sacrificar.” (Mauss, [1925]2003:313); mas considera que nas sociedades “arcaicas” a dádiva tenha mais força, e diz que nas “nossas” sociedades a dádiva “sobrevive” nas tradições e é englobada pelas trocas mercantis (Lanna, 2000).

obrigação de: dar, receber e retribuir, prática que envolve relações entre pessoas e grupos, homens e deuses, e que é simultaneamente espontânea e obrigatória. O autor sugere que sob a aparência do dom e da dádiva, se escondem regras de reciprocidade obrigatórias que norteiam moral e economicamente as transações entre os homens, e diz que estas regras são coletivas; sendo definidas e cumpridas socialmente. Coube a Lévi-Strauss propor uma explicação do conjunto dos fatos sociais que fazem da vida uma combinação de formas de troca.

Segundo Lanna (2000, 2006), Mauss buscava desvendar o "fundamento moral" da nossa e de qualquer outra sociedade, e lidava primariamente com princípios morais que ele sentia serem em alguma medida incorporados tanto na prática como na alta teoria de todas as sociedades. O autor afirma que "dar e receber" implica não só uma troca material (ou imaterial), mas também uma troca espiritual (no sentido de instituírem linguagem e comunicação), e que à centralização das trocas materiais se relaciona a centralização de valores espirituais. Lanna baseia-se nesta constatação para afirmar que podemos e devemos considerar a presença da dádiva na sociedade ocidental moderna, por mais que esta se caracterize por um desenvolvimento sem precedentes das relações mercantis, pois não é apenas o hábito de presentear, oferecer hospitalidade ou dar festas que permanece entre nós, mas toda uma moral, derivada da intersubjetividade que estas relações implicam. A estrutura ou o sistema da dádiva não se opõe ao Estado nem ao mercado.

Todo dom é dívida. A necessidade de retribuir relaciona-se também com a ideia de merecimento, de poder (e precisar) receber, o que implica a obrigação de retribuir. Podemos observar este tipo de relação de dívida operando em certa "ética" ou moral do trabalho em Governador Valadares. Noto que há sacrifício em torno do complexo de dons que envolve a migração, e relacionado a ele há também uma moral. A quem emigra, sendo a possibilidade de emigrar uma dádiva, um privilégio a altos custos e riscos alcançado, espera-se que retribua com trabalho intenso e vida moderada. Muitos esperam que sejam feitos investimentos na cidade (inclusive órgãos oficiais, como a prefeitura, a ASPAEMIG, o CIAAT e bancos), além de manter com a família, principalmente, todos aqueles vínculos que se tornam a base da relação entre quem foi e quem ficou, como as remessas e os presentes, que mais do que uma transação monetária ou artigos importados, correspondem a uma responsabilidade sendo mantida, o elo que, no limite, mantém a família, sendo parte operante do ente migrado atuando sobre a vida familiar, assim como os telefonemas e contatos virtuais, situações onde transmitem-se ensinamentos, conselhos e projetos de vida que mantêm certa estabilidade, tentativas de manter uma relação à distancia. Estar disponível para estes contatos também é uma obrigação e, em muitos casos, as mulheres mantêm-se em casa para responder a qualquer chamado telefônico de seus maridos, alguns chegam a ligar várias vezes por dia, tanto por saudade quanto pelo controle de suas esposas. Na zona rural um

relato mostra o quanto é sacrificante para as esposas estarem disponíveis para as chamadas telefônicas:

*– Muitos deles [emigrantes], eles tem uma namoradinha né, aí o que é que eles fazem, eles casam antes de ir, pra segurar a criatura, coitadas, meninas lindas, novinhas, param de estudar, e param a vida delas literalmente, normalmente não ficam nem grávidas, e deixam elas novinhas, e aí somem pros EUA. E a dificuldade pra comunicação, na hora de falar, tem um determinado horário lá, que elas sobem uma montanha, um morro lá, tem que subir na mata fechada, e ficam lá em cima, porque o celular só pega lá em cima, o celular rural, talvez hoje já melhorou também, porque já faz uns três ou quatro anos que eu não vou pra lá, e elas sobem lá e ficam até de noite esperando uma ligação...*

(professora)

Existem assim séries de obrigações também para aqueles que permanecem em Governador Valadares, na maior parte dos casos analisados, esposas e filhos de emigrantes. A estes, os parentes emigrados cobram disciplina, tanto em aspectos financeiros como comportamentais. Filhos de pais emigrados (um ou ambos) relatam que os pais (ou pai, ou mãe) cobram-lhes bom exemplo para a sociedade, para que não digam que são “largados”<sup>25</sup>. Estas crianças e jovens precisam manter certa descrição em aspectos como namoro, passeios, etc., bem como boas notas na escola, geralmente não podem ser consumistas (não esbanjar a moeda estrangeira) e devem ter boa conduta. Duas jovens amigas de 14 anos contam como os vizinhos e amigos (que não possuem pais emigrados) nunca estão satisfeitos com suas condutas: se não se vestem com roupas novas e de marcas estrangeiras, ou não possuem algum aparato tecnológico, dizem que deveriam ter, pois suas mães trabalham nos EUA, e então questionam o sucesso dos pais, mas se elas usam algo novo ou presentes dos pais emigrados, todos dizem que estão esbanjando, que não deveriam ser “metidas” só por terem pais emigrados.

---

<sup>25</sup> A expressão “largada” foi muitas vezes mencionada para classificar os filhos de migrantes. Há um certo consenso, entre não transnacionais, de que uma criança cujos pais (ou pai, ou mãe) estão migrados não será como as outras; casos de delinquência juvenil, uso de drogas, déficit no rendimento escolar e falta de cuidados são alguns dos pontos mais citados por pessoas que falam sobre o tema, como professoras.

Muitas mulheres casadas com emigrados sofrem com fofocas, que as obriga a viver quase em confinamento. Muitas relatam que precisam estar em casa quase todo o tempo para o caso de um eventual telefonema do marido ou parentes, que querem saber todos os seus passos e seus contatos com outras pessoas. Em alguns casos analisados, mulheres entraram em processo de adoecimento após a migração do marido, geralmente casos de depressão. Estes casos de depressão são muito comuns entre essas mulheres e mesmo entre potenciais emigrantes quando estes não conseguem concretizar seus planos migratórios. Acompanhei um centro de terapia ocupacional da prefeitura que tratava especialmente de mulheres, a maioria com quadros de depressão relacionados à emigração de familiares, maridos e filhos, especialmente. Neste lugar, e também em um grupo de artesãs apoiado pelo CIAAT, o artesanato é usado para “curar feridas” emocionais e oferecer oportunidades econômicas (o dinheiro arrecadado com a venda dos artesanatos é inteiramente destinado às artesãs), e nestes locais foram comuns os relatos de abandono por parte dos esposos (e filhos) emigrados, que pararam de responder a cartas, e-mails e telefonemas, assim como pararam de enviar remessas, sinais claros de que a família não se mantém e de que, provavelmente, o emigrado já está com outra companheira (o que frequentemente é confirmado por outros emigrantes).

Os filhos ocasionalmente também adoecem, e geralmente são tidos (na cidade) como mais frágeis emocionalmente ou mais bagunceiros que o convencional. Ao contrário do que é por vezes associado a famílias transnacionais (DeBiaggi e Assis 2003), percebi que em Governador Valadares as relações de gênero não são substancialmente modificadas no curso da experiência migratória; há, ao contrário, uma radicalização do patriarcado tradicional. Existe uma aparente ideia de modernidade relacionada com os EUA e Europa e com seus valores mais igualitários em relação às questões de gênero, mas no cotidiano de famílias transnacionais (em Governador Valadares) as fofocas e prestações exigidas no seio familiar colocam as mulheres (filhas e esposas de migrantes) em posição por vezes mais submissa e vigiada do que em famílias ditas “completas”. Apenas quando ambos os cônjuges emigram há maiores modificações nas relações de gênero, apoiadas principalmente no fato de as mulheres se tornarem também importantes provedoras da família em solo estrangeiro.

O sucesso ou fracasso de todo o projeto migratório depende especialmente de como as dívidas serão pagas, ou sobre como as dádivas serão retribuídas. Se alguma das obrigações com a família e com a sociedade não for prestada, corre-se o risco não apenas de se fracassar no projeto migratório, mas de transformar a relação familiar. Fofocas, filhos “malcriados”, falta de remessas, todas estas coisas podem evidenciar o fim de uma relação já abalada pela distancia.

A dívida com familiares e amigos é uma dívida que nunca se extingue, não se anula com o

pagamento da dívida monetária, pois não existe nesses casos apenas uma lógica mercantil ou capitalista; a inexistência do fim da dívida, nestes casos, pode ser interpretada de maneira positiva. Por exemplo, no caso de empréstimo com pais e cuidado dos filhos (entendendo-os enquanto dádivas) a prestação de um contra-dom equivalente seria impossível, pois os valores envolvidos na relação não são apenas materiais - dizem respeito a um contexto particular de aliança e se confundem com a linguagem do parentesco. Estes talvez possam ser interpretados como casos de dons não agonísticos, que criam dívidas que um contra-dom não pode superar. A dívida obriga a dar de volta, mas dar de volta não é restituir, é dar, por sua vez. Dons e contra-dons criam um estado de endividamento e de dependência mútuos que oferece vantagens para cada uma das partes (mas pode também oferecer desvantagens, o que importa é que estabelecem uma quase-linguagem que os dons comunicam). Dar é, portanto, partilhar endividando, ou endividar partilhando. O dom não agonístico endivida e obriga aquele que o recebe, muitas vezes o recebedor sentindo-se jamais capaz de sanar a dívida. O dom agonístico também endivida e obriga, mas mais do que isso, o objetivo é tornar muito difícil, se não impossível, o retorno de um bem equivalente.

Uma das grandes preocupações entre as famílias transnacionais de Governador Valadares é a manutenção do vínculo familiar. É claro e compreendido por todos o risco de desconfiguração familiar imposto pelos projetos migratórios. A vida em família passa por uma reorganização, e se o processo não se dá harmoniosamente existem riscos de quebra do laço afetivo. Creio que maior ou menor grau de sucesso na manutenção desse vínculo dependa especialmente da existência de dívidas positivas entre os cônjuges. Godbout e Caillé (2002) demonstram a força do desejo de dar nas sociedades modernas e sua irredutibilidade ao cálculo e à instrumentalidade, a troca se universaliza e o Dom é a origem e condição para toda relação social. Os autores discorrem sobre a existência daquilo que consideram uma lei fundamental de organização de todas as sociedades, segundo eles, tal lei opera de acordo com a ideia de reciprocidade, sem sentido mercantil (não que a reciprocidade não possa ter sentido mercantil, ela pode), mas como troca generalizada que envolve seres sociais: quando alguém recebe, contrai-se imediatamente uma dívida de relação social com o outro. Por isso, em sua abordagem, o mundo moderno não pôde materializar tudo, pois há sempre um campo de significação onde o motor da vida social é justamente estar-se em relação. Esse campo é o reduto da dádiva, porém, como demonstram os autores, a ideia moderna de obrigação<sup>26</sup> se vê amplamente contaminada por uma ideia de "liberdade" equivocada ou inconveniente.

A concepção moderna de "liberdade" coloca em xeque a sociabilidade e a trama das relações sociais em nome da capacidade ilimitada de autodeterminação dos indivíduos. Sendo assim, ela

---

<sup>26</sup> Sendo esta ideia fundamental para uma teoria da dádiva, os autores mostram como a manutenção do vínculo social, ou uma espécie de "papel social", na modernidade, é vista como uma obrigação negativa, que limita os desejos individuais.

agiria como negação do sistema social da dádiva e o problema moderno da liberdade pode implicar a todo momento risco de abandono. Segundo creem os autores, a liberdade que interessa é a liberdade de estabelecer relações, de dar, receber e retribuir, que continua a operar mesmo em sociedades onde aparentemente o vínculo social poderia ser substituído por um bem ou serviço (mas é importante lembrar que a dádiva existe em todas as relações humanas, mesmo as comerciais). Já Mauss ([1925] 2003) demonstra que a liberdade de dar é sempre relativa, ilusória. Em toda parte a liberdade se define a partir de regras, coerções e obrigações.

Godbout (1999) estuda a vida familiar e casais modernos e põe em cena o ritual e a dívida enquanto operadores do laço afetivo e da vida familiar. Como mostra o autor, cada cônjuge, entre os casais que “dão certo”, se sente mais endividado em relação ao outro. Mas esta dívida é uma dívida mútua. Vemos que nestes casos a existência de dívidas ajudou a manutenção ou retomada da relação, pois cada cônjuge sentia-se mais endividado em relação ao outro, quando as exigências e obrigações são regularmente seguidas, ou, em outros casos, surgiu uma dívida negativa que foi apaziguada com outras prestações. Os casais criam (pelo dom) obrigações, que se relacionam e que operam como dádiva. Cada um dos comportamentos ou ações exigidos mutuamente são dons, que endividam mas não são exatamente retribuíveis, sendo cada prestação uma dádiva, que precisa ser retribuída, mas cuja retribuição não é a anulação da dívida criada pela dádiva inicial, é uma outra dádiva por sua vez, e dessa maneira o casal se endivida cada vez mais, positivamente quando estes dons auxiliam na manutenção da aliança, negativamente quando levam ao rompimento da relação marital e mesmo na rivalidade entre os cônjuges.

Muitos outros casais não são tão bem sucedidos e o projeto migratório frequentemente termina com o rompimento da relação (creio que em pelo menos a metade dos casos que acompanhei este tenha sido o desfecho). Casos muito comuns narram histórias onde inicialmente um dos cônjuges (geralmente o esposo) emigra para melhorar as condições financeiras da família, mas após certo tempo diversos fatores como fofocas, falta de remessas, filhos problemáticos, casos extraconjugais, exageradas cobranças comportamentais, etc. (vejo tudo como dádivas) levam a uma fragilização do casamento. Nestes casos, cada cônjuge se sente mais prejudicado e não retribuído, e então começa a responder a essa “ingratidão” com atos que transformam o casamento em inimizade.

Procurei estudar os arranjos familiares que os emigrantes precisam realizar para o pagamento de dívidas adquiridas para emigrar e as consequências destes arranjos para as famílias. Para isso foi necessário realizar um estudo sobre a noção de dívida e o que elas significam para as famílias em questão. Daí meu interesse em estudar a reciprocidade entre as famílias de emigrantes da região e as pessoas que os auxiliam de alguma maneira neste projeto (envolvendo emigrantes,

credores, “redes de tráfico” e autoridades e políticos locais). Outro objetivo foi o estudo das “redes de tráfico” e seu papel na região, procurando saber que tipo de pessoas estão envolvidas nestas redes, seu papel na emigração valadarense e como os emigrantes e a população encaram o assunto, bem como o papel e a reputação destas redes na sociedade valadarense. Este objetivo, que complementa o anterior, rendeu muitos questionamentos e resultou no desenvolvimento da atual pesquisa.

### 3. MIGRAÇÕES NÃO DOCUMENTADAS

Até meados do século XX o Brasil era um país que recebia imigrantes de diversas nacionalidades e que posteriormente (mais expressivamente a partir da segunda metade do século XX) passa pelo movimento reverso. Atualmente, significativa parcela da população deixa o Brasil emigrando para diversos países do mundo, procurando não apenas as “melhores condições de trabalho e renda” (que continua sendo a motivação comumente associada à diáspora brasileira), mas também experiências diversas da cultura anfitriã que, para muitos emigrantes, significam um enriquecimento ou prestígio de ordem imaterial<sup>27</sup>. Segundo a socióloga Teresa Sales, as origens da migração transnacional estão situadas no período pós-Segunda Guerra, com a crescente internacionalização das economias e o aumento da divisão do mundo entre países ricos e pobres, entre outros fatores (como o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte). No caso do Brasil no século XX o processo de industrialização e urbanização disponibilizou a possibilidade de ascensão social em atividades urbano-industriais, formando fluxos migratórios internos de trabalhadores para as cidades; mas a migração internacional de trabalhadores só passa a ocorrer nas últimas duas a três décadas daquele século, quando migrantes procuram possibilidades de ascensão social fora do país devido à saturação do contexto interno, recessões econômicas e crises, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990 (Sales 1992). Este movimento não foi exclusivo dos brasileiros. Povos de diversas nacionalidades passaram pelo mesmo processo, devido às instabilidades e desigualdades cada vez mais profundas que caracterizam a globalização atual.

Entre os destinos mais procurados pelos brasileiros que saíram do país destacam-se Estados Unidos<sup>28</sup>, Japão, Portugal, Itália, Paraguai e outros países da América Latina, mas especialmente os dois primeiros, que atualmente são foco de maior número de imigrantes; os brasileiros começam a emigrar mais intensamente também para a Austrália, Irlanda, Espanha, Emirados Árabes, Holanda e diversos outros. Dados do Ministério das Relações Exteriores afirmam que 38% dos brasileiros que emigraram foram para os Estados Unidos da América, 30 % para o Paraguai<sup>29</sup>, 13% para o Japão e

---

<sup>27</sup> Durante algumas passagens deste texto tento demonstrar o quanto motivações que não se relacionam ao dinheiro são frequentemente determinantes do desejo de emigrar. Este “enriquecimento” ou prestígio imaterial de que falo é algo que se relaciona à moral, uma coisa como que herdada da experiência de viver em outra cultura; é aquilo que garante o *status* do emigrado entre aqueles que ficam, mesmo que ele retorne sem ganhos financeiros.

<sup>28</sup> E neste a população de migrantes brasileiros concentra-se expressivamente nas cercanias das cidades de Nova Iorque (NY), Boston (MA), Miami (FL) e San Juan (CA)

<sup>29</sup> Pode parecer curioso que o Paraguai tenha recebido tantos brasileiros (estimados entre 300/500 mil) sendo hoje um

11% para países da Europa (os 8% restantes dividem-se entre diversas localidades). Nestes países, onde já existem consideráveis concentrações de brasileiros, ocorrem formações de signos que criam e afirmam certa “identidade brasileira”<sup>30</sup>. Por exemplo, nos Estados Unidos, segundo Teresa Sales, a afirmação de nacionalidade brasileira busca a não associação com os “hispanicos”, que são vítimas de preconceitos e vistos como não-brancos (apesar de os brasileiros também serem considerados não-brancos pelos norte-americanos). “A comunidade brasileira tende a se fechar em si mesma. Além disso, os brasileiros utilizam um estereótipo previamente existente na sociedade americana em relação aos latinos (de que eles não gostam de trabalhar, utilizam-se com frequência do seguro desemprego e ainda fazem tráfico de drogas) para, deles se distanciando, afirmarem-se como trabalhadores” (Sales 2005).

Essa associação é indesejada por imigrantes brasileiros pois estes não sentem maior identificação com os imigrantes do restante da América Latina, mesmo compartilhando a mesma posição no mercado de trabalho (e no imaginário estadunidense), considerada desqualificada, com os mais baixos salários e menor possibilidade de mobilidade social (Sales 1992, Martes 2003). O processo é (ou era) diferente em Portugal, onde a representação do brasileiro produzia um mercado específico de trabalho (em bares, restaurantes, etc.), o que Machado chamou de “mercado da alegria”. O imaginário luso via o brasileiro como naturalmente dotado de simpatia e qualificações que o indicam para o relacionamento com o público (Machado 2004); além disso, os brasileiros em Portugal pareciam estar melhor situados na hierarquia entre os imigrantes, que lá são também africanos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) e europeus do Leste (Machado, 2005), embora estas situações certamente já tenham modificado-se.

A identidade do imigrante brasileiro é tanto uma escolha de posição dentro do grupo ao qual se deseja associar quanto uma formação coletiva, fundada sobre uma exclusão que é efeito das relações de poder no interior das quais se constituem as identidades. Todos os termos da identidade

---

país consideravelmente mais pobre que o Brasil, mas a emigração de brasileiros para o Paraguai foi particularmente diferenciada (em relação à emigração brasileira para outros países) e intensa, atraindo especialmente agricultores (além daqueles que se instalaram em cidades da fronteira com o Brasil e que atuam no comércio). Os agricultores brasileiros receberam incentivo da ditadura Stroessner a partir da década de 1970 e prosperaram com o cultivo de soja. Posteriormente uma segunda onda migratória de brasileiros para o Paraguai acompanhou a expansão do agronegócio, com especialistas que se instalaram para administrar as operações multinacionais do agronegócio no Paraguai. Os brasileiros no Paraguai formam uma comunidade heterogênea, com relações bastante variadas com os cidadãos paraguaios; os conflitos misturam economia (já que os brasileiros controlam a parte mais rica da economia paraguaia), controle dos recursos naturais e meio ambiente (caso de Itaipú) e ressentimentos históricos, como a vitória brasileira da Guerra do Paraguai e o apoio brasileiro à ditadura Stroessner (Santoro, 2008; Sprandel, 2006).

<sup>30</sup> “Ao estabelecerem relações determinadas pelas obrigações que contraem quando se aliam e ao se darem uns aos outros [quando criam vínculos], submetendo-se à lei dos símbolos que criam e põem em circulação, os seres humanos produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social em cujo seio se exerce a sua rivalidade” Caillé, 2002, pg. 67

dependem do estabelecimento de limites que definem o que são em relação ao que não são (Hall, 2008). A identidade pode ser analisada segundo a lógica da *différance* de Derrida (1972), que recusa oposições binárias e trata de similaridades e diferenças num sistema em que cada conceito ou significado é constituído em relação a todos os demais, estando inscritos em uma cadeia dentro do qual cada um se refere ao outro e aos outros conceitos ou significados através de um jogo de diferenças. Também podemos pensar a identidade enquanto dádiva, dado o caráter relacional de sua formação. A identidade se configura no confronto com o “outro”, nas relações de poder e na classificação do indivíduo e sua identidade/individualidade dentre diversas categorias. É no cruzamento de diferentes espacialidades e temporalidades econômicas, sociais, culturais e subjetivas que se constitui e caracteriza a condição de “ilegalidade” dos imigrantes.

No caso da travessia “clandestina” das fronteiras rumo aos EUA o momento da travessia é o momento no qual ocorre a primeira experiência que marcará a “ilegalidade” na vida do migrante. Dificuldades extremas podem surgir durante o trajeto, que para uns é uma emocionante aventura, mas para outros pode ser um verdadeiro inferno, especialmente quando não se consegue concretizar a travessia. Uma senhora tentou atravessar a fronteira México/EUA 7 vezes, todas mal sucedidas, e relata as dificuldades pelas quais passam os emigrantes “ilegais” quando são presos pela polícia mexicana, ocasião onde sentem profundamente que são sujeitos “ilegais”

– *sete vezes que eu tentei ir embora. Todas as sete vezes eu juntei dinheiro, vendi moto, vendi carro, vendi móveis de dentro de casa... sempre fui barrada, em Hermosillo, outra hora no México [Cidade do México], outra hora em Cancun, fiquei em várias fronteiras, até no Texas, no deserto... então nunca consegui passar. (...) Na época que o dólar valia 4,50 [reais] eu paguei com uma casa que eu tinha lá em Alpercata que na época paguei acho que 15 mil cruzeiros, quando eu tinha 18 anos. Aí eu fui. Não me devolveram o dinheiro. Voltei, comecei tudo de novo, fui morar de aluguel, montar minha casa, aí conheci outros amigos que foram, mandaram dinheiro pra mim ir, tornei a atravessar, não paguei a pessoa, não passei, voltei de novo, voltei a trabalhar, voltei a alugar casa, voltei a mobiliar... até a sexta vez né, porque a sétima vez agora, há 3 anos atrás, que eu peguei e desisti,*

*porque eu fiquei três meses presa, humilhada, dormia umas 30, 40 mulheres num quartinho menor do que... 3 por 3 [metros] devia ter o quartinho, você não dormia, você ficava agachada e a separação entre homem e mulher era uma tela no qual do outro lado você via os homens se masturbando, fazendo cenas obscenas pra você, e nas paredes cada frase, uma pior do que a outra... e aí de vez em quando passava uma mexicana e a tarjeta era cartão de telefone, cigarrilha e tal, mas quem é que tinha dinheiro? Nós não tínhamos mais nada! Aí de vez em quando eles abriam a mangueira, fria, pra gente tomar banho, mas como é que você tomava banho? Com os homens todos te vendo?! E aquele monte de mulher (...) Eu cheguei aqui, aqui nessa varanda, a (sobrinha) é testemunha, vim podre. Nem ela teve coragem de chegar perto de mim. (...) e assim, eu perdi várias amigas, porque hoje eu não sei se estão vivas, se estão mortas, porque eram mulheres muito bonitas, aí eles tiravam da cela e falavam que iam pra corte, que o juiz tinha decidido, mas aí elas não voltavam.. eram de Conselheiro Pena, de Aimorés, de Baixo Guandú, não sei se estão vivas, se estão mortas, inclusive teve famílias de Conselheiro Pena que me procuravam porque elas também não voltaram, não deram notícia também... (...) Você pode gritar, pode xingar, pode chorar, eles são secos, passam por você, perto da grade, fingem que não estão ouvindo, que não entendem sua língua, não estão nem aí. Se você abrir a boca e falar que tem dinheiro aí é pior, porque aí eles ficam te segurando um mês, dois, três, porque a família tem dinheiro, e tipo assim, falam que se você pagar 10 mil dólares, 5 mil dólares, 3 mil dólares, que você vai conseguir o visto e eles vão te deixar passar. Mentira. Muitos ligaram, a família mandou e vieram deportados. Aí quando a gente vem deportado vem*

*algemado, dentro de um avião cargueiro, com mafiosos, várias pessoas, e chega ali, em guarulhos, em São Paulo, desce algemado, anda aquele pátio todo do aeroporto até dentro do saguão lá, da sala da polícia federal algemado, todo mundo te vendo... te expõe a situações assim, humilhantes, a palavra nem é essa, é horrível. Você toda suja, todo mundo te vendo, o pessoal que tá ali no aeroporto...*

(cozinheira)

Diversos relatos afirmam que a polícia mexicana é cruel e abusiva com os migrantes que utilizam seu território para atravessar a fronteira.

– *A minha prima foi estuprada lá, na cadeia lá que eles colocam eles lá, ela ficou lá 80 dias, passando humilhação, passou na mão de todo mundo lá, veio embora e ainda queria voltar.*

(estudante P)

– *Nos EUA eu fiquei presa uma vez só, lá em Miami, mas lá eu não fui maltratada. O mexicano é que é ladrão, o mexicano é imundo, em todos os sentidos da palavra, como ser humano ele é muito sujo, muito porco, a comida deles só tem pimenta, água, aquele caldo, sabe, eles são porcos, não tomam banho, os homens nojentos, as mulheres piores ainda, e eles assim são podres, pegam você como se estivessem pegando uma galinha ali, abate e joga pra lá, e quantos estão dentro da prisão que querem fazer sexo, eles estão buscando, então assim, você vê que a pessoa voltava e ficava lá tremendo e chorando, chorando... lógico que a gente sabia o que é que tinha acontecido.*

(comerciante)

A travessia pelo deserto é longa e perigosa. O clima rigoroso, as cobras venenosas, os obstáculos naturais e os grupos de extermínio<sup>31</sup> tornam o trajeto arriscado. A ação de grupos xenófobos nos EUA está cada vez mais organizada, ao ponto de ter sido criada uma milícia armada (chamada de “projeto Minutemen) com a finalidade de caçar imigrantes “ilegais” na fronteira com o México, que tem aproximadamente 500 voluntários recrutados oriundos de todo o território americano (relatório da CPMI da emigração ilegal). Muitos não conseguem superar as dificuldades

– *A gente no deserto a gente achava muita caveira...  
aí a gente tava passando e eles falavam “não olha não,  
isso não é nada não”, daí se caísse um do nosso grupo,  
era de 16, 3 eu sei que ficaram pra trás, inclusive uma  
delas sou eu, e que eu não tive coragem de atravessar um  
rio de lama que tinha... não é lama, é tipo um asfalto,  
uma borra de asfalto, aí meu cunhado que tava junto  
conseguiu atravessar; hoje ele tá até no Canadá, mas ele  
arrancou toda a pele do corpo que nós tivemos que  
mandar remédio depois pra ele, que feriu-se todo, daí ele  
atravessou esse rio, pulou num vagão de trem e foi  
embora, onde o trem parou, no Canadá, foi lá que ele  
ficou*  
(cozinheira)

Entre os muitos que conseguem atravessar a fronteira e instalar-se nos EUA existem representações fortes sobre a terra natal, criando coletivamente a ideia do que é ser brasileiro, mineiro e valadarense, assim como a ideia do que é ser um “imigrante ilegal”. Em entrevista, um jornalista valadarense residente em Nova Jersey (que estava visitando Governador Valadares),

---

<sup>31</sup> Existem movimentos anti-imigração originados da sociedade civil que constituem verdadeiros grupos de extermínio dos imigrantes, como o denominado Connecticut Citizens for Immigration Control, além de diversas políticas implementadas para o controle da imigração, como a Texas Hold'em (George W. Bush exaltou sua eficácia exemplificando a detenção de imigrantes brasileiros no Vale do Rio Grande – Rio Bravo para os mexicanos). Segundo dados da “CPMI da emigração ilegal”, em Framingham, cidade de maior concentração de brasileiros nos EUA, a presidente da Brazilian American Association (Bramas) teve o carro apedrejado após meses de ameaças e perseguições. O mesmo relatório apresenta uma entidade (CCIILE, sigla em inglês que significa “cidadãos e amigos dedicados à defesa das leis contra a imigração ilegal”) cuja finalidade é alertar as autoridades dos perigos da imigração “ilegal”. O alvo preferencial de seus fundadores (um deles apresentador de um programa de televisão) são os brasileiros, especialmente os que moram em Framingham e região. Sua entidade passa o tempo juntando documentos, dados estatísticos de infrações de trânsito e de delitos e enviando-os para as autoridades. Quando houve um surto de hepatite um dos fundadores dizia, em seu programa de televisão, que os brasileiros eram os responsáveis pela transmissão da doença (relatório da CPMI da emigração ilegal, 2006).

fundador do jornal “Brazilian Voice”, um dos maiores periódicos em língua portuguesa nos EUA, me disse que os migrantes brasileiros nos Estados Unidos formam uma comunidade que tem acesso a muitos produtos típicos do Brasil, como requeijão, suco de caju, pão de queijo, farofa, revistas, jornais e mesmo roupas íntimas. Telenovelas e futebol brasileiros também fazem parte do cotidiano dos brasileiros emigrados (em diversas localidades), bem como restaurantes, bares e churrascarias, casas noturnas e boates voltadas para o público brasileiro. Estes espaços e signos formam pontos de encontro e referência entre os migrantes e exercem papel fundamental para a manutenção de uma “identidade nacional” (Ribeiro, 1998 e 1999 in Reis e Sales, organizadores). A invenção, reprodução e consumo de práticas e produtos “tradicionalmente” brasileiros fazem parte de um discurso que busca compor, dentro da estrutura de sua narrativa, uma relação entre passado, comunidade e identidade, constantemente (re)definindo estas noções, criando e revisando seus sistemas de referência, valores e normas. As tradições variam tanto quanto variadas são as pessoas, e são constantemente revisadas e atualizadas em resposta às experiências. Funcionam menos como doutrina do que como repertórios de significados ou práticas significativas; “cada vez mais os indivíduos recorrem a estes vínculos e estruturas nas quais se inscrevem para dar sentido ao mundo, sem serem rigorosamente atados a eles em cada detalhe de sua existência” (Hall, 2008:70).

Segundo diversos autores, as estruturas familiares e de gênero são também bastante afetadas no contexto migratório, e isto de diversas maneiras. Por exemplo, devido às diferenças culturais entre o Brasil e outros países, quando ambos os cônjuges emigram (especialmente para Estados Unidos e Europa), o processo leva muitas mulheres a questionar seus papéis submissos na relação marital. Sua inclusão em mercados de trabalho estrangeiros as leva a buscar independência financeira; também a educação dos filhos e a distribuição mais igualitária das tarefas domésticas na cultura anfitriã supostamente cria novos padrões de comportamento e alteram as relações de gênero do casal; a literatura fala em conflitos que resultam em separações quando esta mudança não se dá harmoniosamente entre os parceiros (DeBiaggi e Assis, in BRAGA MARTES e FLEISCHER (orgs.) 2003). Em outra situação, quando apenas um dos cônjuges emigra, a situação de família incompleta também é motivo de preocupações. A distância por longos períodos de tempo, a não co-substancialidade, focos acerca das chamadas “viúvas de marido vivo” (que constituem ameaça de adultério devido à falta da presença masculina, situação que lhes implica constante vigília, especialmente pela família do esposo emigrado) e as reais situações de adultério, a perda de laços afetivos, entre outras situações, também acarretam casamentos desfeitos e reorganização das famílias (Machado 2006). Entram em conflito forças locais, brasileiras, que reproduzem noções muito particulares da relação entre os gêneros, ao mesmo tempo em que, com o contato com noções externas, novas situações são conhecidas pelas pessoas, sejam elas migrantes em família ou não.

Cada membro de cada família transnacional precisa renegociar e redefinir seus padrões de relacionamento, lidando com os valores conflitantes da sociedade receptora e de origem.

Vimos que a sociologia de Sales explica a emigração como possibilidade perante as dificuldades econômicas vivenciadas no Brasil (mas esta é uma explicação simplista e um tanto limitada, neste trabalho procuro demonstrar que a emigração é motivada por diversos interesses, não apenas econômicos). Os estudos sobre migrações internacionais indicam que o tipo de pessoa que emigra e suas razões para fazê-lo são diversas, porém, é evidente que a grande maioria dos casos é motivada pelo desejo de melhoria da condição de vida e acúmulo de recursos materiais e financeiros, ao menos esta é uma das razões mais conscientes e mais difundidas (no mundo todo, já que vivemos em um mundo marcado por desigualdades extremas), mas várias pessoas emigram pelo simples desejo de conhecer outra sociedade, e em geral ambas as motivações são resgatadas quando uma pessoa de Governador Valadares tenta explicar seu desejo de emigrar.

É consenso entre os estudos sobre migrações brasileiras que inicialmente os emigrantes brasileiros pertenciam à classe média, que sofreu intensamente a crise dos anos 80, perdendo posições sociais e *status*, e buscaram no exterior (América do Norte essencialmente) uma solução para a situação (Goza 1992). As “redes sociais”<sup>32</sup> nos países de destino eram consideradas as responsáveis pelo fluxo migratório para esses países e auxiliavam desde o projeto migratório até a fixação do emigrado no país de destino e sua inserção no mercado de trabalho (Assis, Weber Soares e Franklin Goza in BRAGA MARTES e FLEISCHER orgs., 2003). Nas cidades da região de Governador Valadares, assim como no Sul de Minas, Criciúma, Goiânia e municípios do Espírito Santo e Rondônia, houve a partir dos anos de 1980 o surgimento de redes de tráfico de pessoas que se convencionou chamar de “indústria da emigração” ou “redes de tráfico”. Estas “redes de tráfico” de emigrantes tornaram-se conhecidas internacionalmente, e hoje já existem estudos que buscam investigar suas atuações, formação e impacto, mas como se trata de uma atividade classificada como “ilegal” é, portanto, sujeita às dificuldades de estudos e análise e grande parte dos dados referentes a estas “redes de tráfico” precisam ser utilizados com ressalvas metodológicas. As “redes de tráfico” que focam meu interesse são as especializadas na migração “clandestina” para os EUA, por serem as de maior visibilidade na região de Governador Valadares. A cidade também teve

---

<sup>32</sup> Tornou-se comum o uso da metáfora “rede social”, nos estudos migratórios, como representação de um sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações, e estabelecem laços ou conexões sólidas que poderiam explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos (Kritz e Zlotnik, 1992; Fawcett, 1989; Soares, 2003). Agradeço ao professor Weber Soares, que em Governador Valadares atenciosamente me recebeu e expôs os fundamentos teóricos do conceito de “redes sociais” na análise dos fluxos migratórios. A rede, segundo Caillé (2002), é “o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade.” (pg. 65); é notável que essa aliança generalizada em que consistem as redes é criada a partir da dádiva, onde diversos termos são negociados por diversos agentes, especialmente pela ação das pessoas (que definem a rede), tanto migrantes quanto profissionais da migração.

algumas redes que tentaram entrar no mercado de emigração para a Europa, mas não foram bem sucedidas, pois em pouco tempo os migrantes passaram a viajar para países europeus por conta própria, já que conseguiam entrar no destino como turistas sem maiores problemas, o que é praticamente impossível ocorrer na emigração para os EUA.

As “redes sociais” que estimularam o início do fluxo migratório são criadas pela ação de pessoas que emigram (os primeiros emigrantes valadarenses foram vistos como aventureiros; na cidade existe, como já demonstrei, uma forte valorização do “pioneirismo”) e posteriormente chamam seus amigos e parentes para acompanhá-las. O sucesso de suas aventuras estimularam outros a tentar a vida de emigrante. Existem assim dois tipos de redes (distintas mas relacionadas) as que incluem agenciadores (legais ou não) e as que não os inclui. As redes facilitam o projeto migratório e a fixação do novo migrante por contatos pessoais, situação que passou por modificações em razão da atuação da “indústria da migração”, que surgiu a partir da crescente demanda pela travessia “clandestina” de fronteiras. A “indústria da migração” envolve redes profissionais que realizam tráfico de pessoas, caracterizando uma organização de agenciadores de trabalho com atuação que inclui a venda de passagens, travessia de fronteiras e venda de postos de trabalho aos que desejam emigrar, falsificação de documentos e exploração do trabalho do imigrado (Machado 2005). É claro que todas as situações são sempre transformações, e podemos pensar na “indústria da emigração” como a transfiguração de um tipo de rede, menos pessoalizada (ou não, já que é possível e muito provável que as “redes profissionais” se configurem a partir de uma rede pessoal, afetiva e até mesmo familiar (como mostrarei no capítulo 3), que se especializa e profissionaliza, facilitando e possibilitando o projeto migratório, também vendendo postos de trabalho (como também fazem os migrantes não relacionados a estas redes profissionais, considerados participantes das “redes tradicionais”).

– *O contato é de um conhecido e outro, “com quem você foi”, foi com tal, e tal, e tal, e aí eles vão procurando, levam, as informações nem é dado por telefone nem é passado, eles levam já, conversam e acertam. Procure esse, em tal e tal lugar, assim.*

(policial)

– *Quem vai pros EUA geralmente vai já com alguém conhecido porque essa pessoa tem que arrumar um emprego pra ela, tem que ajudar, ela não consegue chegar*

*lá e arrumar um emprego, tem que ter alguém lá que já vai deixar tudo arrumado. Tem que ter alguém pra colocar lá. Você já sai daqui com o negócio arrumado lá, ninguém sai daqui ao deus-dará, sem saber, quando já sai daqui já sai porque às vezes o cônsul já tem o contato lá que já arrumou pra pegar o pessoal lá, já tá engatilhado pra trabalhar lá*  
(funcionário)

Segundo o Protocolo de Palermo (que foi assinado por diversos países em 2004, estabelecendo os critérios que definem o que é chamado “tráfico de pessoas”) “tráfico de pessoas” significa o “recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração” (artigo 3º da Convenção de Palermo). Independentemente do consentimento da “vítima”, a criminalização do tráfico de seres humanos versa sobre a privação da liberdade (em variadas formas, como a de ir e vir, a sexual, laboral, etc). Mesmo com o Protocolo não existe uma conceituação consensual do que seja “tráfico de pessoas”, pois cada nação pode determinar os critérios que definem sua ideia de “tráfico”.

O Código Penal brasileiro criminaliza o aliciamento para o fim de emigração (“Artigo 206: Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro”). A pena por recrutar trabalhadores é detenção de um a três anos e multa (a pena se agrava se houver ato de violência). Se a pessoa traficada for menor de 18 anos a pena é de reclusão de seis a oito anos. Um detalhe importante é que o simples aliciamento não é crime, mas apenas se este for realizado mediante fraude (falsificação de passaportes e vistos, por exemplo). Portanto, a entrada ou permanência irregular no país estrangeiro não configura crime pelas leis brasileiras, salvo se o agente, para alcançar seu objetivo, pratica alguma falsidade documental (relatório da CPMI “da emigração ilegal”, 2006). A legislação penal brasileira não reprova diretamente a promoção, facilitação ou financiamento da entrada irregular de pessoas em território estrangeiro. Dessa maneira, não existe um tipo penal específico que alcance a ação organizada das “máfias da emigração” para além da falsificação de documentos. Pensando nisso a CPMI “da emigração ilegal” apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) número 15, de 2006, que altera o Código Penal para criminalizar o “tráfico internacional de pessoas para fins de emigração”, e a Lei número 9.613, de 3

de março de 1998 para inserir a conduta de “tráfico de pessoas” entre os crimes antecedentes de lavagem de dinheiro. É interessante notar que com a modificação do Código Penal mesmo as redes sociais não profissionais formadas por migrantes e seus familiares e amigos poderiam ser enquadradas como criminosas (e antes da modificação mesmo as redes profissionais de aliciamento poderiam não ser consideradas criminosas), uma vez que é comum que os emigrados chamem seus parentes e amigos para emigrar, lhes emprestem o dinheiro necessário para pagar a travessia e já no território estrangeiro lhes forneçam abrigo e lhes consigam um emprego, cobrando posteriormente a dívida inicial (e muitas vezes também pelo alojamento, pelo emprego e mesmo pela comida oferecida) com juros e atos por vezes abusivos.

Uma prática que muitos entrevistados disseram ser comum durante a travessia clandestina com as redes profissionais é o confisco de seus documentos de identificação e passaporte pelos “coiotes”, sendo assim impedidos de retornarem aos seus países de origem. Uma mulher afirmou que seus transportadores forneceram a ela documentos de outra pessoa para o embarque no aeroporto, após terem tomado os seus. Ela passou dois meses presa em um apartamento no México junto com outros migrantes, impedidos de sair enquanto aguardavam o dia da travessia, que nunca chegava. Disse que os transportadores exigiam pagamentos por todas as coisas, como o alojamento forçado e a comida escassa, lhes endividando e retirando seus pertences, e posteriormente abusando sexualmente das mulheres em troca de mais um dia. Ela não chegou a atravessar a fronteira. Foi presa pela polícia mexicana e relatou-me todos os abusos que sofrem as mulheres tanto por parte dos “coiotes” quanto por parte da polícia.

- *Os coiotes às vezes roubam os imigrantes?*
  - *Ah, demais, demais, demais... eles estupram mulher... eu não recomendaria principalmente mulher ir com filho fazer uma travessia dessas, porque às vezes você tem que deixar seu filho pra trás pra você atravessar... (... ) tem muita historia, tem muita coisa, mulher que tem que transar com 10, 15 coiote, pra entrar, entendeu, é um sofrimento.*
- (advogado)

Além dos abusos por parte dos “coiotes”, os emigrantes também são vítimas de outros grupos

– *então assim, lá você chega você não sabe com que você conversa, aí aparece os mexicanos que não são mexicanos, são brasileiros que tão lá, que vão roubar, daí pega coisa..., de início já pega toda a sua bagagem, se você tiver com joia... pega tudo, tudo.*

(cozinheira)

Segundo me disse um amigo, uma das práticas dos “coiotes” consistia em estuprar uma mulher na presença de seu cônjuge (quando o casal faz a travessia conjuntamente), para deixar bem estabelecidas as relações de poder e mostrar “quem é que manda”. De um modo geral os relatos de estupros são frequentes. Os emigrantes (e principalmente as emigrantes) se tornam reféns dos “coiotes”, pois dependem deles para ter comida e água durante a travessia que, uma vez iniciada, não atende a desistências.

– *você vai atravessando no meio daquele deserto, não é nem mata, é deserto, só mato seco, e corpos, caveiras, costela, você acha que é de bicho e não é, é de ser humano que morreu, aí eles fazem assim, jogam cal, pra não feder e não descer urubu. ... Depois que você começa a ver esse tipo de coisa na trilha aí você pensa em voltar, aí o coioite tá atrás e diz assim “se você voltar você vai voltar sozinha, você não vai desmanchar o grupo não, se você desmanchar o grupo eu te mato” aí você tem que ir. Isso quando eles não pegam e fazem sexo e fazem tudo também, no meio do mato, lá. Você quer uma água, eles fazem chantagem. É muito doloroso, é muito humilhante.*

(cozinheira)

A atuação do “coioite” é crucial para o funcionamento de toda a “indústria da migração”. “Coiotes” são peças-chave na imensa rede da “indústria da migração”. O conhecimento acumulado pelos “coiotes” é indispensável à travessia da fronteira. É o “coioite” que indica a cidade mexicana de transição, que corrompe autoridades, que define a data e o horário da partida, que lidera a caminhada e indica os pontos para a travessia da fronteira. Durante a travessia o coioite se torna o senhor do emigrante, que se torna uma mercadoria, muitas vezes descartável, como nos casos de

exaustão física ou picadas de cobras que os impedem de prosseguir viagem, quando são abandonados ou mesmo assassinados pelos “coiotes” para que seus parentes ou amigos que por vezes os acompanham não tentem desesperadamente ajudar aqueles que não aguentam a travessia. Os “coiotes” conhecem as melhores rotas para se cruzar a fronteira e são capazes de mudar de itinerário com extrema rapidez. A escolha da cidade de transição depende de uma série de fatores, como onde a vigilância das autoridades estado-unidenses não seja tão eficiente ou onde exista superlotação nos presídios (se um presídio estiver superlotado a tendência é que os “coiotes” procurem aquela determinada localidade, pois as autoridades terão dificuldades em manter o emigrante preso, liberando-o sob a palavra de comparecer à audiência perante o juiz da emigração).

Os circuitos transnacionais de migração clandestina permitem também a circulação de bens e mercadorias que chegam aos mercados populares do mundo todo. Vera Telles (2009), diz que “os grandes atores econômicos da mundialização mobilizam os pobres como consumidores, como clientes e também como passadores, fora das regras oficiais e ao largo das convenções comerciais, fazendo os produtos chegarem aos países pobres e às populações pobres dos países ricos. (...) Esses ‘novos nômades’, populações ‘em excesso’, seguem as redes sociais construídas nas trilhas das diásporas anteriores ou recentes e são portadores de competências circulatórias (quer dizer, saber passar pelas fronteiras, contornar as restrições, os controles e as fiscalizações), transformando-se em atores de amplas transferências internacionais de mercadorias”.

Um outro fator relacionado à ação das redes profissionais da “indústria da emigração” refere-se à localidade aonde os emigrantes irão se instalar: quando os emigrantes eram apoiados pelas redes sociais de caráter familiar e afetivo, eles emigravam para lugares onde se estabeleceram seus amigos e parentes (inclusive alojando-se na casa destes temporariamente ou definitivamente e trabalhando no mesmo ramo e às vezes para o mesmo empregador), o que possivelmente não ocorre quando os emigrantes recorrem à “indústria da emigração”, que os levam para lugares onde possivelmente não conhecem ninguém, também vendendo ali um posto de trabalho para os emigrantes. Mas nada é absoluto e muitas redes profissionais também levam os emigrantes para regiões previamente escolhidas pelas pessoas ainda na origem (quando querem ir para onde tenham conhecidos), e outras limitam sua ação a cruzar a fronteira, não os auxiliando em nada além disso, quando um emigrante então dirige-se autonomamente para onde desejar (geralmente já tendo alguém, parente ou amigo, que o recepcionará)<sup>33</sup>. A “indústria da emigração” e as redes nativas não são de modo algum incompatíveis, creio realmente que haja uma dependência mútua entre elas.

---

<sup>33</sup> Existem também formas migratórias que não instalam os emigrantes em um local definitivo. As pessoas são constantemente postas em circulação, movimentando-se entre países e regiões conforme as circunstâncias e oportunidades de trocas e comércio. Estes migrantes também frequentemente abastecem todo um mercado consumidor de produtos contrabandeados (Telles, 2009).

Entre ambas as situações existem muitas variáveis que se complementam e negociam e considero raros os casos onde a utilização da chamada “rede profissional” (ou “rede de tráfico”, “indústria” ou “máfia” da emigração) não seja acompanhada também do acionamento das redes sociais dos emigrantes e vice versa. Muitos casos ocorrem inclusive unindo ambas as redes, quando um familiar ou amigo emigrado chama uma pessoa para emigrar (ou quando alguém que quer emigrar solicita o apoio de um emigrado) geralmente estas pessoas acertam a viagem com um integrante das “redes profissionais” (que também pode ser um parente ou amigo dos emigrantes, dada a abrangência dessas redes na sociedade valadarense).

Após a primeira “leva” de pessoas para o exterior, pertencentes à classe média, o perfil dos emigrantes passou a ser também de classes economicamente inferiores da sociedade e hoje os migrantes pertencem majoritariamente à classe baixa e média baixa da população, fato também influenciado pela ação das “redes de tráfico”. Exemplifiquemos o caso de Portugal, que antes recebia trabalhadores brasileiros qualificados, sobretudo das áreas de informática, medicina, artes e de propaganda (Sales 2005) e agregava a maioria dos imigrantes brasileiros no chamado “mercado da alegria” (Machado, 2004). As redes profissionais, segundo Machado, estão começando a descaracterizar o mercado de trabalho dos brasileiros em Portugal, já que dado o menor contato com as redes que auxiliam na inserção do emigrante no “mercado da alegria”, estes estão cada vez mais se dirigindo para áreas de trabalho que os brasileiros emigrados mais antigos consideram de baixo *status*, como a construção civil (sem mencionar as redes de tráfico de mulheres, que inserem brasileiras em casas de prostituição e constituem verdadeiras quadrilhas de exploração sexual).

Machado diz que há para Portugal um fluxo de imigrantes que, agenciados e sem grandes contatos com redes sociais neste país, que anteriormente os apresentariam para os mercados que os brasileiros consideram dotados de maior *status*, lançam-se no mercado de trabalho em atividades consideradas menos dignas pelas redes sociais formadas por brasileiros (Machado, 2004). Mas também considero a hipótese de que a busca por trabalho na construção civil e outros ramos menos valorizados pelos migrantes “antigos” segue a certa necessidade de trabalhar e acumular dinheiro, já que a principal preocupação da maioria dos migrantes atuais parece ser esta, e não o *status* do tipo de trabalho (além disso, pelo menos entre os valadarenses que conheci, raríssimos foram os emigrados que utilizaram as redes profissionais da “indústria da migração” com destino à Portugal e países europeus, pelos motivos que já mostrei anteriormente).

Em outras situações (cuja etnografia possibilitou verificar) o *status* é grande pelo simples fato de uma pessoa ser ou ter sido um trabalhador emigrante, mesmo que em ramos considerados “desqualificados”. Entre os valadarenses, ocorre muitas vezes de uma pessoa com formação superior, até mesmo dentistas, administradores, etc., sentirem-se valorizados por terem trabalhado nos EUA ou

Europa nos ramos de limpeza e construção civil, por exemplo (durante a pesquisa de campo tive contato com muitos casos como estes e outros, onde comerciantes estabelecidos, fazendeiros e outros profissionais prósperos da cidade optam por trabalhar nos EUA no mercado de trabalho dos “imigrantes ilegais”).

– *ela encontrou até um ex engenheiro de uma estatal lá, igual minha irmã, minha irmã se formou aqui em psicologia, não deu seis meses e ela foi embora pra lá, chegou lá, tá trabalhando de faxineira também...*

(estudante K)

Partindo dos casos que etnografei, interpreto que (talvez não entre os emigrados mais antigos que Machado e Sales estudaram, que tinham provavelmente um contingente maior de documentados, mas para os casos que analisei, a maioria de não documentados) no imaginário valadarense ser (ou ter sido) babá ou garçom nos EUA ou Europa pode ter mais *status* (relacionado à renda, principalmente) do que ser advogado ou professor em Governador Valadares. Este *status* é desejado e para alcançá-lo muitos podem diminuir as dificuldades por que passam, pois os pontos negativos da emigração não correspondem ao discurso generalizado de lucro fácil. Existe a ideia de que é fácil “vencer na América” (uma ideia que surgiu há décadas e que recentemente vem perdendo espaço), o que tende a associar aqueles que enfrentam dificuldades com “perdedores”.

– *Passou a fronteira do México o cara é outro, é como se ele ganhasse um status, e é um status mesmo, eu fui. As pessoas voltam diferentes. Pode tá comendo o pão que o diabo amassou lá, mas ele tá lá, e fica essa imagem que tá tudo bem. É o que se vende. Na maioria dos casos o que se vê é isso.*

(estudante L)

É interessante notar que esse *status* jamais é perdido, ao menos para aqueles que o detêm. Para os emigrantes um período de trabalho bem sucedido (com quantia significativa de dinheiro acumulado) garante seu *status* de “vencedor na América” para toda a vida, mesmo que a fortuna se perca com gastos excessivos e investimentos mal sucedidos (que ocorre com bastante frequência, como demonstra Siqueira, 2004). Psicologicamente, aquele que foi um “vencedor na América”

sempre se sente como tal, pois sua experiência extrapola o limite espaçotemporal de seu acontecimento e tem sentido na totalidade de sua vida. Ainda assim, seu *status* não se sustentará se as riquezas conquistadas na migração não se sustentarem, pois o projeto migratório não se finaliza no retorno, uma vez que tem desde o início o objetivo de uma vida melhor após o retorno. É por isso que tantos emigrantes que retornaram ricos à Valadares precisam voltar a emigrar após perderem sua fortuna (e *status*). Na busca por manter sua posição de “vencedor” surgem manifestações muito interessantes, como as narradas por um professor de informática:

*- A cidade cresceu na época do dólar, na época do dólar que é dólar tinha muitas construções. Não tem mais gente rica aqui em Valadares. Tem quem vive de aparência, que por sinal é muita gente. Tem muita gente que aluga um carro de final de semana pra falar que tá rodando de carrão.*

*- Você percebe que aqui na cidade tem muito isso de aparência?*

*- Aqui em Valadares?! Ó povo que vive de aparência! 90%! aqui todo mundo você acha que é mas é zé ninguém. [os emigrantes] voltam achando que tem o rei na barriga, fica arrotando caviar e não tem nem o que comer. Só porque morou no exterior. Vem falando mal e mal aquele inglês, achando que sabe alguma coisa, pra dar uma de gostoso, mas não tem nem onde cair morto*

*(professor de informática)*

O trabalho exercido fora do país também se torna qualificado e em Governador Valadares encontrei diversos profissionais que aplicam em seus trabalhos na cidade as técnicas trazidas do exterior, isso quando exercem o mesmo tipo de trabalho após o retorno, o que nem todos fazem, pois alguns se recusam a trabalhar em Governador Valadares nas mesmas atividades que realizaram fora. Vejamos dois relatos que exemplificam essa situação e dão uma pista do que é entendido como o a “identidade imigrante”, bem como a distinção entre o espaço-tempo da migração (liminar e sacrificial no exterior) e o da vida (após o retorno, na terra natal):

*- Tem muita gente que vem e tem que voltar a emigrar,*

*porque aqui a pessoa não quer trabalhar, não quer vestir uniforme, lá ele faz isso, mas porque lá é o lugar pra se trabalhar mesmo, aqui ele tem que trazer um dinheiro pra investir, ele não pode ser trabalhador empregado, ele tem que ser patrão, e ele se recusa a trabalhar aqui do jeito que ele trabalhava lá, por causa do status*

(advogado)

– *ele era desqualificado mas ele teve carrão, teve roupa de marca... quando ele começa a perder aquilo, a gastar, a viver, lembrando que ele não se mete em qualquer tipo de trabalho, por uma questão de status... “Pô, eu tive em New York, você acha que eu vou bater martelo, bater prego pros outros?!” falou desse jeito pra mim.... “é, você vai ter que pensar o que que você vai querer fazer porque você não tem formação nenhuma, não tem profissão, você vai ter que saber o que você vai querer fazer”. Chegou um momento que ele não trabalhava, que começou a quebrar as coisas dentro de casa, e ele se viu sem dinheiro. Aí vem a ideia de identidade. A identidade que ele tinha criado tava em torno daquilo que ele tinha, daquilo que ele possuiu ao redor dele, tá na roupa de marca que ele vestiu, tá no modo de vida que ele trouxe de lá.*

(estudante W)

A existência de redes profissionais de transporte de trabalhadores é bastante conhecida em Governador Valadares (como pude verificar nos estudos de campo), que recebeu investigadores da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal” à procura de responsáveis por essas redes. Houveram também investigações da polícia federal na região, que capturaram diversos integrantes das “redes profissionais”, falsificadores de documentos, aliciadores e outros relacionados com a “indústria da migração”. Apenas após as investigações federais terem detido boa parte dos envolvidos nessas atividades os agenciadores das “redes de tráfico” se tornaram mais discretos, uma vez que não exercem influência sobre os agentes da polícia federal.

– *Eles ficam mais no anonimato, porque isso não seria interessante pra eles, porque prejudicaria, porque facilitaria também, porque isso não é investigação que envolve o poder que tá dentro da cidade, é uma investigação que envolve federal, então influenciar nas investigações seria mais difícil*

(policial)

É também perceptível na região a presença de muitas agências de turismo<sup>34</sup> que segundo relatos vendem pacotes para emigrantes (e que funcionavam também como agências de câmbio de dinheiro, repassando remessas de emigrados<sup>35</sup>, especialmente até meados dos anos 90, quando este tipo de serviço não era fornecido pelos bancos); de agiotagem e outras atividades relacionadas a essas redes de tráfico. Ainda hoje existem diversas agências de turismo na cidade (dizem os valadarenses que hoje muito poucas das que existiam ainda estão em atividade), e visitando-as pude perceber o quanto é esperado que emigrantes os procurem. Em faixas, cartazes e folhetos distribuídos por toda a cidade existem referências a viagens internacionais, especialmente com destino a Portugal, México e EUA, facilitação na obtenção de passaportes e vistos, emissão de carteira internacional de motorista e outros (fotos de algumas dessas propagandas se encontram no fim do presente trabalho, parte 4)

No termo local, as redes de tráfico são conhecidas como “máfia da emigração”

– *Isso tudo é um jogo, é uma máfia, é um crime organizado, né, um PCC, uma máfia russa, uma máfia italiana, é muito grande, é tudo organizado, só não tem um chefe né, são vários, milhares, são milhares, cada um*

---

<sup>34</sup> Que fazem parte da “indústria da migração”. No capítulo 3 mostrarei como as agências vendiam pacotes para emigrantes realizarem a travessia “clandestina” do México para os EUA.

<sup>35</sup> As circulações de pessoas e de dinheiro de algum modo se sobrepõem e se complementam. Circulam pessoas em um sentido (Brasil – exterior) e dinheiro em outro (na forma de remessas desses brasileiros emigrados à sua terra natal), como também circulam pessoas e dinheiro (um fator dependendo do outro) no mesmo sentido durante a travessia de fronteiras, onde a cada novo trajeto uma quantia deve ser paga àqueles que a possibilitam (no caso, a “indústria da emigração”). A emigração de que trato sempre tem como fator crucial o dinheiro, sem o qual não há meios para realizar-se, e vi inúmeros casos onde o dinheiro que paga a travessia rumo aos EUA ou Europa origina-se justamente nestes destinos e são enviados ao Brasil por emigrados aos parentes e amigos que desejam emigrar (neste caso, a origem do dinheiro é o destino por ele proporcionado).

*trabalha... tem tipo assim um código de honra né, você é cliente de tal, você é cliente de tal, não é de fulano, ciclano, eles não tem essa questão de passar o do outro, e quando passa eles arrumam um jeito de sumir com a pessoa, ou mata ou faz a pessoa sumir... ah e tem outra questão também, não é só a travessia, tem a questão do passaporte falso*

(advogado)

Segundo alguns entrevistados as atividades dessa “máfia” incluem aliciamento, agiotagem, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, corrupção, e muitas vezes extorsões, ameaças, agressões, abusos e exploração dos migrantes ou de seus familiares. Estas redes profissionais começaram a atuar na região ainda na década de 1980, ampliaram seus negócios nos anos 90 e começaram a diminuir no início dos anos 2000 por conta das diversas investigações policiais que fecharam muitas agências de turismo e prenderam diversos de seus líderes, mas ainda hoje é bastante fácil para um emigrante utilizar seus serviços, ainda disponíveis, mas com menor visibilidade (os valadarenses afirmam que até os anos 90 as atividades da “máfia da emigração” eram realizadas sem nenhum tipo de receio, a olhos vistos, mas depois das investigações policiais os aliciadores começaram a atuar com discrição).

Segundo pude conferir em campo o custo de determinadas rotas para os Estados Unidos, via México, varia de 6.000 a 25.000 dólares. Esta variação de preços reflete a existência de diversos meios para a realização do transporte.

*– Tem vários tipos de travessia, tem travessia que você atravessa o rio, tem travessia que você atravessa a pé, tem travessia que você pula a cerca, tem travessia que você passa com automóvel, com balsa...*

(estudante D)

Quanto mais se paga, maior é a segurança, o conforto e a garantia de sucesso da jornada, e menores são os riscos e abusos por parte dos “coiotes” (atravessadores).

– *A garantia de você chegar lá com vida é aquilo que você pode pagar, se você pagar menos, se você pagar menos você não tem essa certeza, se você pagar mais você tem essa certeza*

(advogado)

Os valores cobrados pelas “redes de tráfico” parecem tender a aumentar. Em 2006, durante minha primeira visita à cidade, o valor máximo que me haviam relatado era 20.000 dólares. Os custos são altos. O agenciador vale-se de inúmeras pessoas para aliciamento de emigrantes, pagando-lhes uma quantia variável como recompensa. Há também os custos da viagem do emigrante até a cidade de São Paulo (nas rotas mais frequentes) até o embarque para o México e de lá até a fronteira (e respectivos custos de transporte e hospedagem). É necessário que se pague os atravessadores que atuam em cada etapa do trajeto até a travessia da fronteira e por vezes mesmo já dentro dos EUA, quando existe a obrigação para que se coloque o emigrante em uma determinada cidade, além dos custos decorrentes da corrupção de autoridades e funcionários (aeroportuários e da polícia de fronteira) necessários para a liberação dos emigrantes, da eventual falsificação de documentos e custos com alimentação. No caso dos agenciadores que oferecem o serviço de acompanhantes que guiarão os emigrantes desde Governador Valadares até os EUA existem custos adicionais.

Atualmente, como o México passou a exigir visto para a entrada no país<sup>36</sup>, uma das principais rotas para os EUA passa agora pela Guatemala, por onde se entra clandestinamente no México e de lá seguem para os Estados Unidos, ou pelas Bahamas e outros países caribenhos, nos casos de travessias marítimas, ou pelo Canadá. Autores como Raimo Väyrynen (2003), Sonia Pereira, Catarina Sabino e Suzana Murtreira (2004), entre outros, consideram que quanto mais efusiva é a ação do Estado para impedir a migração “ilegal” (e os EUA sempre aumentam esforços para o controle de sua fronteira com o México), enquanto ainda há de um lado o projeto de migrar, e do outro um mercado receptivo a este tipo de trabalhador, mais frequente torna-se a procura por organizações criminosas que realizem o transporte “profissionalmente”.

---

<sup>36</sup> O México e o Brasil haviam firmado Acordo de Isenção de Vistos durante os anos 80 e 90 do século XX, mas o Acordo foi terminado no segundo semestre de 2005. O ato foi motivado pela crescente utilização pelos brasileiros do território mexicano como rota de passagens para os EUA, com destaque para o alto número de brasileiros presos na tentativa de cruzar a fronteira (relatório da CPMI da emigração ilegal)

Para os transportadores, quanto mais difícil é a travessia, mais eles se “profissionalizam” e realizam acordos corruptos com agentes estatais dos países de destino, e quanto mais profissional é a organização que realiza o transporte, maior é a “coisificação” dos migrantes. Os autores Raimo Väyrynen (2003), Sonia Pereira, Catarina Sabino e Suzana Murtreira (2004), apontam para questões importantes, mas não se podem fazer generalizações. O caso que descrevem não ocorre sempre e nem necessariamente, mas existem alguns relatos interessantes que etnografei que corrobora suas teses. Dois amigos relataram-me a existência da chamada “hora verde” na fronteira entre México e EUA. Esta “hora verde” constitui um curto período de tempo no qual um policial de fronteira, em acordo pré-definido com os “coiotes”, permite a passagem de um veículo que transporta diversos migrantes. Esta constituiria a rota mais dispendiosa e mais segura de passagem de fronteira, mas neste contexto, os métodos mudam rapidamente.

– *quando a polícia de fronteira era paga aí tinha um negócio de hora verde, hora vermelha, eles tinham acordo com a polícia de fronteira, não sei como é que funciona hoje porque mudou tudo, mas tinham acordo, quando tinha lá o policial lá aí era a hora de todo mundo atravessar. (...) teve um amigo meu que passou sentado, dentro de uma van, como se fosse turista, porque o policial já estava pago, ficou em hotel de cinco estrelas no México, ele pagou 25 mil dólares, mas a viagem dele foi tranquila*  
(advogado)

Os perigos e custos da migração também aumentam conforme a dificuldade para entrar no destino; e quanto mais as redes se profissionalizam, maiores são os esforços do Estado para impedi-las. E o ciclo recomeça. Esta situação demonstra como cada vez que as investidas anti-migração e patrulhamento de fronteiras tornam-se mais rígidas, as táticas usadas pelos transportadores e o risco para os migrantes tornam-se maiores, sem diminuir, de fato, o número de migrantes<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> A situação ainda leva a um outro problema, quanto mais dispendioso é o custo do transporte ilegal, maior a vulnerabilidade do migrante, que frequentemente sofre processos de escravização e servidão por dívidas e mesmo retirada de órgãos, o que é bastante frequente especialmente entre chineses e europeus do Leste que migraram para os Estados Unidos ou União Europeia, que são consideravelmente miseráveis e para os quais os custos da migração chegam a US\$30.000,00. Não podemos deixar de notar que as organizações que operam estas rotas são altamente profissionalizadas e especializaram-se em gerar servos.

– *Pra você na época agenciar você tinha que ter o contato no México, você tinha que ter uma pessoa lá que era responsável, uma ou várias pessoas, que eram responsáveis por esse tipo de coisa, era dinheiro fácil e não corria quase nenhum perigo, a segurança era quase 100%, porque lá eles não tinham aquela imigração, aquela polícia de imigração, nos anos 80 a travessia era fácil, era simples, só que com a mídia mostrando, isso e aquilo, tal e tal, foi ficando mais difícil entrar lá, porque a segurança foi aumentando; porque isso é uma questão que abrange a sociedade né, e tudo que abrange a sociedade você tem que dar uma satisfação né. E foi ficando difícil, as pessoas foram morrendo de sede, de picada de cobra, de inanição, de fome, morrendo de fome... porque lá é assim, você tá no hotel, você chega no hotel lá, vamos supor a pessoa que paga o mínimo, 7 mil dólares, eles te colocam na pensão lá, aí fica aquele monte de brasileiros ali (...) aí chegam os mexicanos, fala “vamos embora, vamos embora, vamos embora”, e o trabalho dos mexicanos é atravessar, é ir andando, e eles tem que ir seguindo atrás, se você for ficando pra trás você vai ficando pra trás, se for morrendo vai morrendo, se não vai aguentando vai ficando pra trás, porque eles não podem voltar pra tirar, porque passa pelo deserto, eles correm perigo, os próprios fazendeiros ali dos EUA ali, daquela região ali matam imigrantes, não sei hoje né, mas antigamente matava a tiro, atiravam nos imigrantes, era assim horrível, horrível.*

(advogado)

Questões relacionadas à função do Estado (que dizem respeito à soberania nacional) conflitam

com interesses de um mercado que se especializou com o trabalho de imigrantes; estes interesses divergentes são negociados a partir de foco político e econômico, e frequentemente as leis que combatem a “imigração ilegal” não são exatamente rígidas com aqueles que empregam migrantes não documentados

De Genova demonstra como a produção da condição de “ilegal” dos migrantes provê aparatos para manter a vulnerabilidade e condições de trabalho que os migrantes enfrentam; mostra também como as leis protegem os empregadores e focam os “problemas” apenas nos migrantes empregados. A condição de “ilegalidade” caracteriza-se por uma total dependência do empregador, e a posição do “imigrante ilegal” é de completa sujeição às ordens, carga de trabalho e condições impostas pelo empregador. O bom comportamento e obediência do imigrante nunca exclui a possibilidade de despedimento sem motivo. Neste contexto, um dom de muito valor são as informações referentes à qualidade do empregador, quando alguns imigrantes já o conhecem e indicam colegas trabalhadores imigrantes para um bom empregador (um bom empregador pode ser o que simplesmente paga os salários combinados). A instabilidade que constitui a experiência dos migrantes não documentados deriva da total liberdade de que dispõem os empregadores para regular seus tempos, espaços, salários e produção e as condições para a manutenção do emprego, que em alguns casos são exigências extremas, como sexuais, por exemplo. A condição de “ilegal” tem um evidente componente de disciplinamento e coerção, produzindo objetos e corpos manejáveis e domesticados.

O crescimento econômico da região de Governador Valadares deve-se em considerável parte ao dinheiro que os emigrantes investem na cidade. Segundo a ASPAEMIG (Associação de Parentes e Amigos de Emigrantes, órgão vinculado a políticos locais) no ano de 2006 aproximadamente 60% de toda a arrecadação da prefeitura de Governador Valadares vinha dos brasileiros que estão nos Estados Unidos, resultado da cobrança de impostos sobre os investimentos que fazem na região, como os loteamentos e pequenos empreendimentos comerciais, por exemplo. Vale notar que os valadarenses afirmam que praticamente toda família da cidade tem ou teve ao menos um membro emigrado, que em sua maioria enviam remessas de dinheiro que movimentam o comércio dos mais variados bens na cidade. Se a importância da emigração para Governador Valadares é de tamanha expressão, não é improvável que existam indícios (como suspeitam relatórios da “CPMI da emigração ilegal” e relatos de diversos entrevistados) do envolvimento de autoridades da região com as “redes de tráfico”, mas não foi possível verificar indícios factuais em campo, apenas foram relatadas inúmeras suspeitas e esta parece ser uma das coisas sobre as quais todos têm certo conhecimento não explicitado.

- *Não é a ideia acabar com isso, porque muita gente ganha com isso, muitos empresários, políticos, muita gente poderosa... e também não é só Brasil que tá envolvido, existem outros países também que estão envolvidos com essa questão da imigração dos brasileiros pros EUA, a Itália...*
  - *A Itália tá envolvida? Mais ou menos como?*
  - *Olha, tinha um rapaz aqui em Valadares, eu nunca mais vi ele, não sei se ele foi embora, não sei... mas ele estava envolvido com a máfia italiana, aquela máfia pesada, que a gente vê em filme, aquela máfia ali*
  - *ele estava envolvido com isso e era envolvido com agenciamento também?*
  - *Isso, com agenciamento de emigrantes*
  - *e você acha que tem isso também de pessoas que vocês não imaginam que sejam...*
  - *é, olha eu sou um peixe pequeno no oceano, eu conheço poucas pessoas que fazem isso, mas que existem grandes pessoas envolvidas com isso com certeza existem, porque tráfico de ser humano é uma coisa que dá muito dinheiro. (...) Vou te dizer uma coisa, pra você que não é da cidade, vou falar uma coisa, Valadares é considerada no Brasil, nos EUA, em Portugal, onde tem a maior concentração de valadarenses, como a cidade do trambique, entendeu, a cidade do trambique. Aqui tudo o que você quiser você consegue, é uma coisa incrível*
  - *basta ter dinheiro...*
  - *dinheiro e mais importante do que o dinheiro é você ter influência, você tem que ser conhecido, conhecer muita gente*
- (advogado)

Poucas pessoas afirmaram conhecer autoridades que tem envolvimento com a “máfia da

emigração”, mas a identidade destas autoridades é velada como meio de proteção, pois aqueles que me relataram tal certeza deste envolvimento por saberem quem são e como se relacionam às “máfias” temem por represálias.

– *A gente até fala assim [sussurrando] porque assim , a gente conhece né, não vou te falar os nomes né, porque é rude né, não vou falar o nome, não vou colocar o nome, mas a gente conhece os poderosos que mexem com isso né, a gente sabe...*

(enfermeira)

Mesmo assim, não há, em geral, espanto quanto à possibilidade de envolvimento de setores oficiais com as “máfias da emigração”. A emigração não documentada depende de uma imensa rede de contatos, que inclui não apenas as relações entre os agenciadores e representantes de setores oficiais, mas também as relações familiares e afetivas (como quando um amigo quer emigrar e o outro conhece um aliciador) e laborais (como quando o agenciador dono de um pequeno negócio convida um de seus funcionários oficiais a realizar aliciamentos extra-oficiais), assim como relações entre agenciadores locais com atravessadores nos diversos entrepostos do trajeto e mesmo no país de destino dos emigrantes. Para alguém chegar a se tornar um “cônsul” é necessário que consiga estabelecer contratos com ampla variedade de pessoas.

– *A estrutura é grande, pra você ter gente aqui, pra você ter gente no México, pra você ter gente nos EUA, não é do dia pra noite que você vai montar uma rede dessas*

(policia)

As migrações não documentadas de trabalhadores constituem um tema que vem sendo amplamente discutido em diversos países (que recebem migrantes) enquanto um “problema”. No início do processo migratório de brasileiros para os países desenvolvidos (que fazia parte de um movimento global de trabalhadores do “Terceiro Mundo” para os países do “Primeiro Mundo”) os governos dos países receptores apresentavam poucas restrições ao ingresso de imigrantes, pois haviam postos de trabalho e a necessidade de mão de obra barata e desqualificada para ocupá-los (relatório da CPMI da emigração ilegal, 2006). O impacto cultural dos novos grupos sociais começou a aumentar com o crescente número de migrantes que se dirigiam aos países

desenvolvidos, alcançando grande visibilidade nas sociedades receptoras. Com o aumento do número de migrantes (e principalmente sua visibilidade), os principais países alvo de fluxos migratórios (essencialmente da América do Norte e Europa) têm criado mecanismos de controle de suas fronteiras altamente violentos e no mundo todo as “redes profissionais” de tráfico de pessoas começam a constituir, por vezes, a única maneira eficaz de tentativa de entrada no país desejado. Os caminhos traçados pelas “redes de tráfico” de emigrantes fazem circular também produtos dos mais variados lugares, que se destinam aos mercados populares nos centros urbanos. Pessoas, mercadorias e riquezas circulam segundo o traçado de redes transnacionais de trocas que transitam nas fronteiras do “legal” e do “ilegal”.

Assim como "emigrar" é um processo associado como parte da vida de muitos moradores da região de Governador Valadares (e mesmo um sonho que se tem desde a infância, influenciado por uma educação direcionada para a emigração), ser um migrante "ilegal" (categoria nativa para o que é chamado de não documentado pela literatura das ciências sociais) também já parece ser uma condição considerada "normal". A ação da "indústria da emigração" envolve, quase invariavelmente, migrantes que são considerados "ilegais" nos países de destino. Mesmo sem recorrer à "indústria da emigração" (que atua intensamente nas migrações destinadas aos EUA, sendo que migrantes que procuram outros países atualmente a utilize superficialmente, para a compra de passagens, geralmente em agências de turismo, ou para a aquisição de documentos falsificados, por exemplo) a situação de "ilegalidade" é frequente, já que a maioria dos migrantes valadarenses que se destinam especialmente para a Europa (e expressivamente para Portugal, sendo este o segundo país na preferência valadarenses para a migração, segundo o que pude constatar com a pesquisa de campo) viaja ao país como turista, e com o fim do período permitido para permanecer enquanto turista e com o trabalho não permitido “legalmente”, torna-se um "imigrante ilegal". Sérgio Oliveira (2006), estudando especificamente imigrantes brasileiros na Costa de Caparica, em Portugal, afirma que na construção da categoria "imigrante" a condição “ilegal” está frequentemente implícita e poucos tentam primeiramente a via “legal”.

– *quem tentou [conseguir visto] foi o marido dela, só que ele, que tinha mais chances, foi negado, então ela não chegou a tentar*  
(estudante R)

O projeto migratório é construído desde o início com a perspectiva da "ilegalidade" e a clandestinidade é encarada como uma condição normal e esperada (o que é o caso dos emigrantes

da região de Governador Valadares). Os migrantes sabem que precisarão se invisibilizar e que serão explorados<sup>38</sup> e o caráter de transitoriedade do projeto migratório, que objetiva o retorno, contribui para que tais situações sejam encaradas enquanto temporárias e, portanto, suportáveis<sup>39</sup>. Oliveira demonstra que na Europa e EUA, onde há maior oferta de ganhos (e ao mesmo tempo maior rigor na legislação acerca de imigrantes), a via “ilegal” apresenta-se geralmente como a única hipótese viável. A vulnerabilidade que a condição de "ilegal" confere ao migrante atinge também seus familiares que permanecem no Brasil (quando é o caso), que mantêm-se apreensivos quanto ao ente emigrado e aconselham-no a manter discrição e comportamentos adequados à sua "ilegalidade".

A condição de “ilegalidade” é um fator que leva ao medo e fragiliza o imigrante, que é também negligenciado por parte dos governos dos países de origem e destino. Para o governo de seu país de origem, o maior interesse em relação aos emigrantes são as remessas de dinheiro que estes enviam para ajudar a família, poupar, investir e pagar dívidas. Boa parcela deste dinheiro é enviado via mercado paralelo e/ou é enviado para pagar as redes “ilegais” de tráfico que promoveram a viagem e pode não chegar a constituir benefícios fiscais para o Estado; o interesse maior do país de origem é fazer com que os emigrantes enviem as remessas via mercado formal e contribuam para a economia de seu país (a prefeitura de Governador Valadares conta com as remessas de emigrados e seus investimentos há bastante tempo). Para o Governo do país de destino o interesse (quando não é o de se ver livre dos imigrantes) é fazer com que os imigrantes consumam seus recursos no país e reduzam as remessas que realizam para seu país natal; imigrantes também podem ser vistos como pessoas que não implicaram gastos com sua formação, não representarão gastos com previdência (uma vez que a maioria dos emigrantes trabalhou no mercado informal e está em condição “ilegal”) e durante seu projeto migratório contribuem para a economia como mão-de-obra barata em mercados de trabalho nos quais muitos “nativos” recusam-se (mesmo nos atuais tempos de crise) a participar (Machado, 2005). Esta recusa, por parte dos nativos, de exercer certos trabalhos, abre um mercado carente que necessita de mão de obra não especializada. A mobilidade do capital permite a mobilidade de trabalhadores.

---

<sup>38</sup> Da “ilegalidade” migrante surge todo um universo de “ilegalidades” no qual os migrantes têm de operar. Há um mercado de trabalho específico para este tipo de migrante, que beneficia os empregadores, os quais construíram técnicas para lidar com os trabalhadores não documentados, visando fragilizá-los. Os migrantes “ilegais” constituem mão de obra útil e manejável, que obriga-se a trabalhar por longos períodos, a altos riscos. A concentração de indivíduos na condição de “imigrantes ilegais”, dispostos a trabalhar em condições precárias, leva a que os locais nos quais eles se concentram constituam zonas privilegiadas de recrutamento de trabalhadores (e assim, locais privilegiados para se conseguir trabalho).

<sup>39</sup> A situação que planejara-se transitória diversas vezes torna-se indefinida. As pressões materiais e simbólicas as quais os migrantes precisam corresponder (relacionadas, essencialmente, com a necessidade de sucesso financeiro) o fazem aumentar sua estadia, e as condições impostas por sua “ilegalidade” muitas vezes os deixa sem opções e os impede de deixar o projeto migratório mesmo quando decidem retornar sem ter realizado seus projetos, pois não conseguem dinheiro para pagar o retorno.

A maioria da população brasileira que trabalha como imigrante em outros países pretende voltar para o Brasil após estabelecer certo fundo de economias que permita melhores condições de vida no Brasil, especialmente em casos que envolvem famílias distanciadas. Nestes casos é identificável que a Casa engloba a migração; o fundo é um patrimônio da Casa (é como viajar para buscar um cobre do potlatch kwakiutl) pois aumenta-se o patrimônio para se poder posicionar melhor na hierarquia valadareense. Para tal, os migrantes estabelecem prazos de permanência e planos para conseguir se restabelecer em seu país. O retorno à terra natal é o maior anseio, porém, os problemas vivenciados no exterior muitas vezes prolongam a estadia a datas indefinidas, exigem rearranjos familiares e conforme o decorrer do tempo e conjunturas, a estadia torna-se permanente (Assis 1999; Margolis 1994; Sales 1999; Martes 2000). A ideia de que a situação vivida no exterior é transitória pode levar a uma atuação de submissão e situações severas, dada a falta de organização para reivindicar melhores condições, referentes tanto ao país de origem quanto ao de destino. Nestes casos, de um ponto de vista psicológico, a transitoriedade é um paliativo à submissão.

É importante ressaltar que a "ilegalidade" relacionada à migração é uma categoria historicamente construída, genérica e que difere segundo a legislação de diferentes países. Trata-se de uma condição jurídica, mas que confere séries de impactos na vida social de quem nela é inserido. De Genova (2002) caracteriza a produção (e imposição) "legal" da "ilegalidade" migrante enquanto um processo sociopolítico. Diz que a "imigração ilegal" emergiu como fato generalizado em quase todos os Estados-Nação mais ricos durante a era pós II Guerra Mundial, e questões que envolvem "ilegalidade migratória" cresceram como um problema nos debates políticos e como objeto de estratégias de policiamento de fronteiras no mundo todo a partir daí. Ele sugere uma alteração das terminologias utilizadas nos estudos sobre "estrangeiros ilegais" e "imigração ilegal", substituindo a categoria de "ilegal", assim como "extra-legal", "não autorizado", "irregular" e "clandestino" pela categoria de "não documentado". Oliveira (2006) demonstra que o movimento migratório e a presença de migrantes não documentados são deslegitimados e "ilegalizados" por sua colocação em uma categoria legislativa (que impõe a "ilegalidade"), o que se torna o elemento central de sua condição, caracterizado pela contradição entre a presença física desses migrantes em determinado território e sua negação oficial pela autoridade soberana, que produz os espaços-tempo de "ilegalidade" e as características que definem esta situação. O autor afirma que esta "ilegalidade" imposta participa determinantemente nos campos práticos e simbólicos em que os migrantes têm que agir. Diz que é ao longo de suas ações, com suas práticas e estratégias cotidianas, que serão construídas suas experiências de "ilegalidade", além da experiência do que é ser um "imigrante ilegal".

Oliveira ainda demonstra que emigrar é uma possibilidade para aqueles que estão inseridos nas redes de sociabilidade e nos contextos culturais onde a emigração se constitui como uma opção sobre as precariedades vividas na origem, onde histórias de sucesso de emigrados, a mídia e empresas de viagens representam os países de destino como locais que oferecem oportunidades e possibilidades de melhora de condição social. Vejo esta situação acontecendo cotidianamente em diversos lugares, não apenas entre os valadarenses. A mídia e as agências de intercâmbio sempre ressaltam a beleza, civilidade e prosperidade dos países ricos, e especialmente as possibilidades de consumo de mercadorias<sup>40</sup>.

– *Normalmente o emigrante cria uma identidade em torno daquilo que ele consegue comprar. Já que ele tá ali, ele foi por um motivo, pode ser vários motivos, mas ele tá lá com a ideia de melhorar de vida principalmente, e de satisfazer um grupo social que ele deixou aqui, a família, amigos e de se identificar socialmente, ter uma ascensão social...*

(estudante A)

– *No primeiro ano eu não queria ficar, a partir do primeiro ano, porque então eu tinha uma namorada que eu gostava muito dela aqui, aí quando ocorreu então que a gente terminou, eu fui desgostando, sabe, não tinha mais assim, além da minha família, alguma coisa forte que me fazia sentir vontade de voltar pro Brasil. Lá eu tinha o carro do ano, eu podia ter todas as roupas que eu queria, todos os objetos, pra quê voltar?*

(vendedor)

---

<sup>40</sup> Outras situações demonstram o valor que as pessoas podem conferir a signos de estrangeiridade. Pessoalmente, conheço pessoas no Brasil que ganham dinheiro viajando para traficarem mercadorias dos EUA para o mercado nacional, gente que vai à Miami (EUA) para encher as malas, que levaram vazias, de roupas, perfumes, eletrônicos e cosméticos, para posteriormente vender aos colegas, ávidos consumidores de mercadorias importadas. Até mesmo uma simples camiseta branca ou um batom ganham outro valor quando são trazidos do exterior e dotados de uma etiqueta de marca famosa. Mercadorias “de marcas” internacionais também são presentes celebrados pelos habitantes de Governador Valadares, assim como souvenirs com a bandeira de outro país.

Segundo Oliveira, o objetivo do projeto migratório é "... pagar as eventuais dívidas contraídas no Brasil<sup>41</sup>, ao mesmo tempo em que se procura ajudar a família e, por fim, reunir uma quantidade suficiente de dinheiro para modificar sua situação anterior, comprando uma casa ou abrindo um negócio próprio" (Oliveira, in Machado-org., 2006, pg. 135). Mas acredito que emigrar é muito mais do que uma opção perante as dificuldades financeiras.

Existem principalmente elementos não econômicos que se misturam (na verdade são indissociáveis) aos objetivos mais conscientes (econômicos), como o prestígio de viver no exterior, por exemplo. Há, portanto, séries de obrigações materiais e simbólicas, construídas ainda na origem, que determinam a produção do projeto migratório<sup>42</sup> (que, como demonstrei anteriormente, não se finalizará com o retorno, já que os frutos, que podem ser amargos ou não, são colhidos apenas após retorno). Essas obrigações e o fato de que a estada no país de destino é planejada como transitória leva os indivíduos a se preparar para um cotidiano de total dedicação ao trabalho e mínimos gastos com bem estar, o que torna-se característica da categoria de "imigrante". Na construção desta categoria, a condição "ilegal" está frequentemente implícita e poucos tentam primeiramente a via "legal", o projeto migratório é construído desde o início com a perspectiva da "ilegalidade" e a clandestinidade é encarada como uma condição comum (Oliveira, 2006). A "ilegalidade" se constitui como fato inerente à própria migração. Também por isso não se condena as "máfias da emigração", já que elas tornam o projeto migratório possível. Deslegitimá-las seria deslegitimar o projeto e a própria identidade migrante.

Os migrantes não podem correr o risco de serem capturados, portanto mantêm-se discretos, sem atividades sociais não profissionais e muitas vezes alojam-se em verdadeiros esconderijos. A experiência da "ilegalidade" é acompanhada por um alto grau de reclusão, onde o cotidiano e o próprio "self" de um imigrante não documentado são reduzidos ao seu trabalho. O que importa é

---

<sup>41</sup> Além de dívidas anteriores, que muitas vezes originam o projeto de "emigrar", nos casos estudados pelo autor, os migrantes não possuíam inicialmente o capital necessário para a realização do projeto migratório e então recorreram à venda de bens e empréstimos de familiares e amigos, quando possível, ou com agiotas, mais frequentemente; neste caso, alguém fica, no Brasil, responsável pela dívida – que então, podemos considerar, constitui-se em uma dívida dupla, com o agiota e com a pessoa responsabilizada, que, ao menos em Governador Valadares, precisa possuir algum bem que sirva de garantia para o empréstimo, há uma dívida financeira e outra moral; verifica-se ainda casos onde o capital é conseguido através da venda de bens materiais, muitas vezes não propriedades do próprio migrante ou daqueles diretamente envolvidos em seu projeto migratório, mas de amigos ou parentes mais abastados.

<sup>42</sup> Oliveira diz que uma vez endividado e despojado da vida anterior (que ele considera constituir uma ruptura irreversível com o passado) o migrante sente-se obrigado a minimamente recuperar aquilo que foi investido. Além disso, sofre pressão social em torno de sua emigração, pois há o risco de ridicularização se os objetivos não forem razoavelmente alcançados e também sente necessidade de corresponder às expectativas da família, que é sempre uma das referências predominantes ao longo de todo o projeto. Esta ridicularização é categoria psicológica, mas aliada a ela está um rebaixamento moral e na escala social.

que a migração não documentada é disponível como um recurso, e adotada como opção. Portanto, a construção dos indivíduos como “imigrantes ilegais” começa antes mesmo de se sair da cidade e se processa na sua experiência de migração, na sua relação com seus projetos e expectativas, possibilidades de ação e contexto social e econômico que encontram nos países receptores (Oliveira, 2004).

De Genova (2002) verifica múltiplas configurações de “ilegalidade”, tanto em relação a regimes legais quanto aos tipos específicos de migrações encontrados em determinados Estados. Influenciado pelas ideias de Sassen (1998), que afirma que as migrações não documentadas não são auto-gestadas nem aleatórias, mas que são produzidas e possuem um padrão, De Genova (2002) constata que “ilegalidades” são construídas segundo especificidades históricas de distintas configurações daquilo que é considerado “legal” ou “ilegal”, que são mutuamente constituídas por migrações particulares nos regimes de migrações específicos de cada Estado-Nação, em um momento histórico determinado. Muitos estudos sobre migrações “ilegais” já se iniciam com uma ideia pré-concebida de “ilegalidade” (tomada de empréstimo da interpretação do Estado), que na verdade é uma condição jurídica (mas que implica grandes impactos sociopolíticos), com relação ao Estado, que considera a migração não documentada enquanto um problema<sup>43</sup>, e assume posição desfavorável aos migrantes, e então contribuem para a produção e legitimação da “ilegalidade” dos migrantes não documentados (De Genova, 2002). Existe o desafio de discutir tais ideias pré-concebidas de “ilegalidade” nos estudos sobre este tipo de migração, para tal, o autor sugere focar o estudo principalmente na vida cotidiana dos migrantes e seus familiares, vida esta que é marcada por inúmeras dificuldades.

Na vida cotidiana dos imigrantes não documentados o Estado aparece numa multiplicidade de operações discretas, procedimentos e representações. O Estado é uma produção contingente e histórica, num processo contínuo de construção de suas fronteiras, em íntima relação com os processos simbólicos que o constituem como expressão de soberania territorial e autoridade capaz de gerir uma população que se imagina como povo nacional (Oliveira, 2004). Os processos que buscam impor sua hegemonia refletem-se nas intervenções e posições governamentais em relação à migração, pois a migração não documentada é, de um certo ponto de vista, uma ameaça que tem questionado o poder dos Estados e sua soberania. A Categoria do “ilegal” é a materialização da lei,

---

<sup>43</sup> Vainer (2001) mostra que desde 1976 “a ONU realiza periodicamente uma espécie de monitoramento das políticas demográficas junto aos governos (...) Em 1976, 87% dos governos consideravam que o nível da imigração era satisfatório, e apenas 6% julgavam-no muito alto. Em 1995, 21% consideravam a imigração excessiva” (Vainer, 2001: 181). Apenas no ano de 1995 um milhão e trezentas mil pessoas foram presas tentando cruzar a fronteira México/EUA. Estima-se que nos anos de 1990 8.000 pessoas tentaram cruzar “ilegalmente” essa fronteira por dia (Vainer, 2001)

produzida através da história das intervenções legais. As medidas de vigilância sobre os “ilegais” e as intervenções policiais surgem e se atualizam em direta relação com a necessidade do Estado de demonstrar controle e regulação dos espaços de “ilegalidade” no interior do território. Por outro lado, pode-se dizer também que há Estados que preferem ter seus migrantes não documentados (ou que mantêm propositadamente uma parcela de seus migrantes não documentados) pois, além de serem mão de obra útil e dócil, não são obrigados a dar-lhes qualquer seguro ou benefício social (como seguro desemprego, salário mínimo, pensão pós morte a seus familiares, etc.). Pode-se mesmo dizer que o migrante não documentado é um desenvolvimento lógico do Estado de bem estar social.

A “ilegalidade” dos migrantes se faz presente a todo momento, especialmente nas condições de procura de trabalho, através de mecanismos de recrutamento, direcionados para determinados trabalhos cujas condições precárias os migrantes precisam aceitar. A necessidade de trabalhar faz com que aceitem os piores trabalhos, duros e traumáticos, com maus tratos psicológicos e físicos, sob o risco de “calotes” (não pagamento de salários, uma das principais materializações da condição de “ilegalidade” dos imigrantes), que são reais e frequentes. A clandestinidade prende os não documentados nas mais baixas posições das hierarquias profissionais e sociais e na economia informal. Oliveira (2004) relata que no mercado de empregos da construção civil em Portugal subempreiteiras contratam outras subempreiteiras para recrutar mão de obra temporária a custos reduzidos. Elas levam os imigrantes para diversas partes do país (os trabalhadores não sabem para quais lugares são manejados), em alojamentos precários onde passam meses num contexto quase escravagista, em total reclusão, já que relatos afirmam que os empregadores não permitem sequer a saída da zona em construção. A fome e os maus tratos são referências comuns nas narrativas de trabalho. Os imigrantes são impossibilitados de recorrer às autoridades (já que na sua condição de “ilegais” a própria presença e todas as suas práticas cotidianas são oficialmente “ilegais”) ou regressar a seus locais de residência habituais, estando sujeitos a todas as condições que lhes sejam impostas.

A carga de trabalho dos “ilegais” não obedece a qualquer regra definida, já que as leis trabalhistas não se aplicam aos trabalhadores imigrantes não documentados, pois o simples fato de eles estarem trabalhando os caracteriza como criminosos. O tratamento por parte dos empregadores é frequentemente descrito como duro e impiedoso (uma das formas mais eficientes de se criar hierarquias e sujeitos dóceis e submissos). A alimentação, quando fornecida, é deficiente, e em muitos casos as refeições são vendidas e posteriormente descontadas dos salários, muitas vezes colocando o trabalhador imigrante em situação de escravidão por dívidas. O modo como estes

trabalhadores são recrutados não lhes fornece informações sobre o empregador, que muitas vezes os despejam no local de origem e desaparece sem deixar rastro nem salário. “A rede difusa de subempregadas e a condição “ilegal” dos trabalhadores torna possível uma exploração do trabalho em que as responsabilidades se dispersam e desaparecem, e os lucros efetivos são recolhidos ao longo de toda a cadeia, que em geral é encabeçada pelo próprio estado Português” (Oliveira, 2004).

Analiso a relação do Estado com os “imigrantes ilegais” como uma relação ambígua, onde diversos interesses são negociados cotidianamente. Por um lado o discurso oficial perante o mundo e os cidadãos nacionais procura caracterizar a imigração não documentada enquanto uma invasão, que desafia a soberania nacional e precisa ser combatida. Por outro lado, um contingente de trabalhadores imigrantes não documentados é imensamente útil para um Estado que dispense grandes montantes de dinheiro com garantias sociais à sua população, constituindo uma verdadeira reserva de mão de obra que se obriga a adequar ao mercado de trabalho que lhes é disponibilizado pelo Estado receptor. A existência de trabalhadores “imigrantes ilegais” é útil aos Estados, mas atualmente a quantidade de pessoas que emigra é muito alta e tem muita visibilidade, sendo entendida agora como uma invasão. Essa imensa massa de “imigrantes ilegais” começou, por conta da discriminação e xenofobia, a ser associada com os mais diversos tipos de crimes, como furtos, assaltos, tráfico de drogas, estupros e mesmo assassinatos. Assim, além de enfrentar medidas legais mais duras e repressão intensificada os brasileiros emigrados passam a sofrer maior discriminação (especialmente nos EUA) na medida em que se tornam mais visíveis pelo crescimento das comunidades de imigrantes brasileiros. Portanto, por mais que um contingente de imigrantes seja bem vindo pelos Estados, a crescente visibilidade desses imigrantes lhes é prejudicial. Decorre disso que surgem frequentemente operações anti-imigração, cada vez mais ofensivas contra os emigrantes mas ainda leves contra os empregadores, que levam os imigrantes a buscar novamente a invisibilização de sua existência.

### **3.1 As fronteiras da “ilegalidade”**

Quando iniciei esta pesquisa me propus pensar os vários significados da “ilegalidade” entre os valadarenses. As “fronteiras” da “ilegalidade” dizem respeito a duas ideias: a travessia “clandestina” de fronteiras políticas e físicas e a diversidade de ocasiões em que valores e práticas negociam a “ilegalidade” na vida de pessoas dispostas a emigrar de Governador Valadares para os EUA, Portugal e outros países, de modo que surge um mercado “ilegal” e uma série de

contravenções em torno da migração. Muitas coisas que me instigavam foram resolvidas, muitas questões respondidas, mas muitas outras coisas não se seguiram como eu esperava (o que na verdade já era esperado, como em qualquer etnografia) e isso resultou tanto em frustrações quanto em transformações. Neste capítulo apresento os principais resultados desta pesquisa.

Penso que a “fronteira”, enquanto categoria mental, só passa a existir quando as pessoas lhe dão sentido, quando ela faz parte e tem um lugar no imaginário coletivo e por vezes também fisicamente. São as pessoas que, em última instância, definem o que é uma fronteira. A definição legislativa do Estado de seu território não encerra o significado da palavra. A “fronteira” pode ser tanto física quanto imaginada, e neste sentido se define pela experiência daqueles que são encerrados por ela e por aqueles que vivem sua travessia, passando assim a assimilar novas concepções e categorias, relacionadas àqueles que já estavam do outro lado. Uma fronteira pode ser uma barreira, um impedimento, um marco divisor diferenciador entre os de cá e os de lá. Mais do que isso, é o limite de uma propriedade possuída. Essa propriedade inclui não apenas o território, mas também pessoas. O patriotismo faz parte do sentimento de posse que uma fronteira encerra. As pessoas, enquanto posse e possuidoras do território, criam as ideias de fidelidade à pátria, de defesa, de invasão, de nacionalismo e patriotismo. A travessia de uma fronteira (e a não autorizada, especialmente) se fará sentir não apenas no plano físico, mas também no cotidiano, na vida e nas relações entre os que a atravessaram clandestinamente, invadindo a posse alheia, e os donos da propriedade invadida, transformando as ideias, identidades, representações e reações de todos.

A ideia de “ilegalidade” é compreendida de diversas maneiras pelas pessoas, não necessariamente seguindo a definição oficial dos órgãos legisladores. A lei e o “(i)legal” não são apenas aparatos do Estado e categorias jurídicas e legislativas. Além de ser um instrumento de dominação, a lei é forma institucional atual (pois sempre se transforma) de múltiplas correlações de forças que atuam efetivamente na mente e na vida das pessoas, com maior ou menor grau de legitimação. Meus interlocutores tem várias noções do que é a “ilegalidade” (e, é claro, muitos juízos sobre esta), inclusive classificando como “legais” práticas que oficialmente são consideradas “ilegais”. As noções de “(i)legalidade” que as pessoas criam ultrapassam as definições formalizadas por um poder central que impõe e normatiza uma noção específica de “(i)legalidade”, segundo aquilo que o Estado nacional, que se deseja soberano, determina como lei.

Uma lei é sempre uma negociação entre as práticas e valores de diversos elementos que se confrontam e transformam, se associam ou dissociam, e está sempre sujeita a mudanças e variações, também em termos de legitimidade. São essas trocas que constituem e atualizam a lei, e em alguns casos uma lei pode ser totalmente ignorada (como algumas leis de trânsito, de emigração, fiscais, ambientais, etc), assim como em outros casos a lei pode servir de estopim para práticas que surgem

dela e dela se utilizam para legitimar atos diversos (como a expulsão de “imigrantes ilegais” de determinados territórios).

Considero que a “ilegalidade” de que falam meus interlocutores não é a “ilegalidade” que se define por sua formulação oficial. Em diversos casos estudados, pessoas que emigraram com documentação falsificada consideraram-se “legais”, pois entraram no país receptor de maneira documentada, por mais que considerem que a falsificação de documentos (que permitiu a via documentada) é “ilegal”. É claro que o Estado não considera a questão da mesma maneira, mas mesmo seguindo a mentalidade governamental existem fronteiras indefinidas, já que aquilo que é considerado “legal” ou “ilegal” passa por redefinições constantes, e sempre existem impasses e modificações sobre a condição jurídica de um fenômeno. Além disso, muitas atividades “ilegais” podem utilizar aparatos “legais” para sua realização, como, por exemplo, lavagem/branqueamento de dinheiro, que necessita de um estabelecimento ou serviço “legal”, que paga impostos e tributos, como meio de transformação do dinheiro “sujo”.

Assim como o “ilegal” pode ser considerado “legal”, se utilizar do “legal” ou se transformar em “legal”, pode ainda haver outras relações entre estes termos. Vera Telles (2009) demonstra que a transitividade entre o “legal” e o “ilegal”, o formal e o informal, sempre acompanhou a história de nossa sociedade. A batalha pela sobrevivência cria um universo onde as pessoas lançam mão de diversas atividades, “legais” e “ilegais”, formais e informais, lícitas e ilícitas para garantirem seu sustento, e estes casos se tornam cada vez mais comuns em nossa sociedade, onde existe um mercado e uma economia que oferece possibilidades de trabalho nas porosas fronteiras da “ilegalidade”.

Ter convivido intensamente com policiais e advogados valadarenses me fez perceber uma coisa que é óbvia, e por isso mesmo tão interessante: em certas ocasiões, o incomum é cumprir a lei. A transgressão é muitas vezes esperada e justificada. A emigração não documentada, os “gatos” (ligações clandestinas) na energia elétrica, internet e televisão por assinatura, por exemplo, são realizados como uma espécie de vingança, pois as pessoas se sentem abusadas pelas companhias de fornecimento ou por uma lei de emigração que os exclui por serem valadarenses. Negociações não formais ocorrem a todo momento (e em todos os lugares) e possibilitam que os infratores de uma lei não sofram as consequências de seus atos, e isso não ocorre apenas com meus colegas que liberam seus amigos de multas de trânsito, por exemplo, mas também com os empregadores de trabalhadores “clandestinos”, com autoridades corruptas que nos acostumamos a ver impunes e em diversas outras ocasiões, de maior ou menor visibilidade, mais ou menos condenáveis, todas muito comuns. Todos os centros urbanos já estão familiarizados com estes fatos, bem como os frequentes confrontos que deles decorrem. Grande parte da população de uma cidade busca opções de renda

nos mercados informais (como o tráfico de mercadorias, pessoas, drogas e armas, falsificação e comercialização de produtos falsos, etc.), que são oficialmente considerados criminosos, mas podem ser considerados legítimos pelas pessoas que se envolvem nestas atividades que compõem as economias urbanas, uma vez que as noções de “crime” e “ilegal” são pontuais, mutáveis e questionáveis, podendo ser lícito sem ser “legal”. Os trabalhadores que transitam entre estes mercados e atividades “ilegais”, irregulares, informais e ilícitas negociam os critérios de legitimação e aceitabilidade moral em cada contexto e situação específicos. É o que ocorre no tráfico de emigrantes e com os emigrantes “ilegais” de Governador Valadares.

A resistência frente a um discurso oficial criminalizador, que tem uma cadeia de adeptos, gera múltiplas correlações de forças e um ambiente de dominação no qual vivem os trabalhadores contemporâneos. Os emigrantes não documentados são parte de uma imensa rede de relações que envolve os poderes mundiais de uma economia global. O tráfico de pessoas põe em circulação uma quantidade imensa de bens e riquezas, e todo um mercado “clandestino” de produtos de variadíssimas partes do mundo é movimentado pelas redes transnacionais tecidas pelos emigrantes. Segundo Vera Telles (2009) estas redes “atravessam fronteiras, articulam centros urbanos espalhados em vários pontos do planeta e se territorializam sob as diversas modulações do chamado mercado informal em expansão nos centros urbanos do primeiro mundo, em particular nas cidades de fronteira, situadas nos pontos de conexão entre esses vários circuitos, muitas delas pontos de chegada de vagas migratórias anteriores e que agora se redefinem nessa cartografia mutante do mundo contemporâneo”.

As “redes de tráfico” se relacionam com os poderes hegemônicos que as combatem através de negociações políticas e práticas de extorsão fiscais e policiais, realizadas nas sempre transacionáveis fronteiras da “ilegalidade”. A resistência que se cria a uma lei surge do próprio discurso que instaura a criminalidade, através de estratégias que articulam uma multiplicidade de discursos que se criam e transformam mutuamente.

Na primeira parte deste trabalho mostrei que as leis de combate à emigração não documentada de países receptores de correntes migratórias geralmente focam suas hostilidades nos imigrantes que classificam como “ilegais” e “criminosos”, e que frequentemente não aplicam medidas rígidas também aos empregadores que utilizam a mão de obra “ilegal”.

– *Tem uma rua lá, se não me engano em Boston, que fica um monte de imigrante ilegal esperando o caminhão passar pra levar pra trabalhar o dia, aí bate a imigração todo mundo some.*

(advogado)

Existe uma grande demanda por trabalhadores “clandestinos” e um mercado de trabalho específico que se especializou na contratação deste tipo de mão de obra, além de forças influentes que viabilizam e estimulam estas migrações (um negócio altamente lucrativo), e não existe a real intenção de deter as migrações não documentadas, mas apenas a de controlá-las (pois também seria inviável e infrutífero tentar extingui-las), mantendo a relação de submissão e vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes. As migrações não documentadas fazem circular toda uma economia riquíssima (por vezes informal e “ilegal”) onde um complexo sistema de trocas entrecruza fluxos de dinheiro, trabalhadores, mercadorias, pedras preciosas, crianças, documentos falsos, órgãos humanos e toda sorte de produtos da contravenção e do contrabando, compondo os amplos e dinâmicos processos das rentáveis circulações não documentadas, que criam, juntamente com a demanda por trabalhadores “clandestinos”, um campo de “ilegalidades” nos quais os migrantes não documentados vivem e agem.

No universo das migrações não documentadas existe aquilo que Foucault (2006b) chama de “gestão de ilegalismos”. A emergência de uma lei define como a parte hegemônica de uma sociedade trata uma questão em determinado tempo e contexto histórico (o que pode ser percebido nos discursos e no exercício do poder) e pode ser encarada como o meio estatal de controle social. A lei e sua aplicabilidade são determinadas por fatores sociais, políticos e econômicos, caracterizando o Direito como uma tecnologia de dominação, utilizado como estratégia de poder no controle dos sujeitos por meio da lei, tendo caráter marcadamente normativo. O Direito é uma ciência que serve aos paradigmas dominantes e as bases jurídicas são correlatas aos valores hegemônicos de uma sociedade. A hegemonia (e todas as coisas) só existem em sua posição relacional, a partir de seu oposto, e necessita da interação com a alteridade não hegemônica para ser efetiva, produzindo populações politizadas. Toda hegemonia precisa do não hegemônico, assim como todo poder precisa daqueles que a ele se sujeitam, todo opressor precisa do oprimido. O “imigrante ilegal” tem um lugar na sociedade que o recebe, e a sociedade receptora tem escopo para lidar com o “imigrante ilegal”, que é sua criação (pois o migrante não seria “ilegal” se não houvesse a criação de uma lei que o “ilegaliza”), associada a diversos preconceitos (linguísticos, étnicos, de cor, entre outros).

A lei que declara alguém “ilegal” pressupõe o “legal”, marcando assim uma divisão, uma diferença entre os vários grupos de uma sociedade. Uma lei pode excluir certas formas de convivência, que passam a habitar o terreno da “ilegalidade”, caracterizando um meio de controle e dominação que está longe de ser imparcial, tendo como foco de combate principalmente as parcelas pobres de uma população. Da mesma forma, uma lei pode ser totalmente ignorada e não surgirem

grandes punições por esta transgressão, como nos casos de corrupção de políticos. E assim encontramos nas prisões superlotadas um grande contingente de jovens pobres, condenados por crimes de baixo poder ofensivo, e outras tantas pessoas livres que praticaram crimes de corrupção, sonegações milionárias de impostos e lavagem de dinheiro. As leis de controle de emigração focam os problemas e as forças policiais repressivas nos imigrantes não documentados, e não nos empregadores ou nos líderes de grandes redes de tráfico (que se tornaram muito ricos e influentes), pois são os imigrantes “ilegais”, pobres do terceiro mundo, que são categorizados como “potencialmente perigosos” e “predispostos” a perpetrar a criminalidade, e são estas “ameaças” que determinam a forma de aplicação das leis ou a “gestão dos ilegalismos”.

Entre a lei e a “ilegalidade” existe um sistema punitivo que define se a “ilegalidade” será aceita ou não. Foucault demonstra que existe um interesse de forças e poderes onde a “legalidade” e a “ilegalidade” se acomodam e são aceitos. A “gestão dos ilegalismos” são algo como um regime de tolerância que se realiza de diversas maneiras, como a inobservância da fiscalização (muitas vezes apoiada pela corrupção de agentes fiscalizadores), negligência na apuração de fatos e impunidades parlamentares. Os “ilegalismos” são parte da realidade “legal”, sendo considerados até mesmo necessários. Eles existem não apenas no crime, mas na administração em geral, nas alfândegas e nas fronteiras.

– *lá no México é tudo comprado, você já está lá me esperando, esperando ela esperando 10, de blusa vermelha, de blusa amarela, de blusa preta... já levam sua foto escaneada, daí a pessoa que está lá no guichê da imigração olha pra coisa, olha pra você, e já dá automático o sim.... já pagou*

– *é tudo já acordado?*

– *É sim, lá eles pagam. É fácil de entrar por causa disso. Mesmo agora exigindo visto continua o mesmo esquema, se você trabalha no setor de imigração, eles copiam o visto, já sabem que é copiado, te dão um papelzinho lá, autorização pra você ficar no país, você nem precisa preencher aquilo que eles te dão no avião pra preencher, tempo de permanência tal, quantos dólares você tá levando, em qual hotel você vai ficar, aquele negócio de reserva é mentira, porque não existe, é só o*

*papel, aí quando chega no aeroporto já tem uma van pra carregar 20 pessoas de uma vez...*

– *então todo mundo já sabe*

– *tem um esquema, é lógico que eu não vou falar assim que 100% da polícia do México não presta né, tem um esquema, tem um dia certo, tem a equipe certa, porque aquele cara que leva lá pro México mais vive lá do que aqui, conhece aquela turma, já combina, já paga, tudo direitinho, “já passou tantos, eu vou te pagar tanto”, ele passou é ali mesmo na hora já... geralmente eles são informal de tudo, troca de tudo, porque quando a pessoa acaba de passar ele tem que pegar e sair... então o sujeito tem que esperar do lado de lá com dinheiro. É muito certo, né, mas é uma coisa que também acontece aqui, não dá pra falar que não acontece não porque acontece também, que vem gente de tudo qualquer canto e passa também, e passa um monte de coisa aqui, e um monte de droga e esses trem que passa no aeroporto, não é a toa não, é porque alguém paga pra passar, né.*

*(enfermeira)*

– *quando você desce no México, o aeroporto é bem pequeno, você vai na catraca, aí eu sou muito curiosa cheguei e olhei e vi o cara dando o sinal, no que deu o sinal aí eu olhei pra trás vi todo mundo, agarrado um no outro igual carrapato, porque e o medo, um com medo, outro com medo, aí ele deu [o sinal], tinha umas pilastras largas assim que ele tava atrás e apontando, aí o policial vem, você já tem que ir com o passaporte, aquele papel que você preenche dentro do avião e a reserva do hotel, aí vai apontando, aí quando chegou ali por exemplo 10 pessoas, aí ele pega e faz assim ó, tipo assim, mostra pra moça lá da imigração, a hora que você vai, passa a catraca, entrega, ela “blá blá blá, blá blá blá...” já*

*passou. Gado marcado entendeu, gado marcado. Igualzinho você marcar seu gado. Tem acordo com todo mundo. Aí ela já joga a sua foto lá no computador, enrola a língua lá só pra despistar os outros, que são vários guichês, não é todos que devem fazer, aí eles falam assim: “você vai chegar lá vai encontrar uma pessoa com cabelo longo, assim, assim, assado, e é nessa catraca que você tem que passar”, “mas e se der errado a fila lá no avião na hora da gente sair?”, igual muitos que foram: “ih, eu já fui várias vezes, pode deixar que não tem problema não, a gente só vai descer nessa catraca, porque arruma um bolobó lá na hora que você desce do avião e você vai na catraca certinha entendeu, não tem erro”. Chegou lá beleza, depois que você sai do aeroporto que aí você vai lá na tal da van que tem um coioote te esperando*  
(cozinheira)

O regime de “ilegalismos” fazem parte da dinâmica político-econômica de muitas sociedades, possibilitando inclusive o crescimento econômico de diversos grupos por decorrência de privilégios da sonegação de impostos, contrabando e circulações não documentadas de pessoas, bens e riquezas.

– *Eu não queria comunicar com ninguém que eu estava presa [no México], porque se eles ouvem você comunicando aí eles te mantêm mais dias porque sabem que você tem família, aí quando o juiz me chamou ele falou assim “você tem dez mil reais?” eu falei “não senhor”, “você tem cinco?” “não senhor”, “você tem três?” “não senhor”, tipo assim “então vou fazer o que com essa mulher aqui? Vou matar ela?!”, aí voltaram comigo pra cela, depois me deportaram, porque toda proposta eu não tinha.*  
(cozinheira)

O “ilegalismo” não é uma imperfeição mais ou menos inevitável nem um acidente, mas sim um elemento absolutamente positivo do funcionamento social. Seu papel está previsto na estratégia geral do corpo hegemônico de uma sociedade. Todo dispositivo legislativo tem espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada ou ignorada. A lei não tem seu fim no impedimento de determinados tipos de comportamentos e ações, mas na diferenciação das maneiras de se fazer circular a própria lei (Foucault, 2006b).

Na “gestão de ilegalismos”, as leis são organizadas de maneira que possibilita a existência de um meio para o seu não cumprimento. Os “ilegalismos” fazem parte de uma resistência, e para Foucault a lei é uma batalha, é a própria guerra e sua estratégia em ato, onde o poder não apenas reprime a resistência como a faz surgir a partir da própria repressão. As circulações não documentadas de pessoas (e de bens, mercadorias e riquezas viabilizadas pela circulação de pessoas) seguem percursos e mercados que se formam e transformam na mesma medida do endurecimento das restrições nas fronteiras. A cada investida que visa reprimir as circulações não documentadas surgem novas práticas que as possibilitam. Estes mercados e trocas informais, ilícitas e “ilegais” que fazem parte da “indústria da emigração” só existem e permanecem pois se alimentam dos próprios obstáculos, proibições e interdições criados para detê-los. Eles reorganizam constantemente suas estratégias e práticas conforme as circunstâncias variáveis que alteram as condições políticas, os rigores repressivos e os critérios de incriminação, para contornar as restrições impostas pelos Estados e atender a uma demanda incessante por aquilo que põem em circulação. As esporádicas medidas de vigilância, fiscalização e intervenções policiais sobre os “ilegais” (que, como já foi dito, são demonstrações de controle e regulação que fazem parte da construção da soberania e hegemonia do Estado) penalizam irremediavelmente o imigrante por seu trabalho, mas não exerce qualquer efeito real na eliminação do campo da “ilegalidade”, apenas remetendo os trabalhadores não documentados para espaços cada vez mais marginais. A invisibilização dos imigrantes não documentados é uma consequência prática do disciplinamento imposto pelo medo terrorista do Estado, criado para mantê-los afastados dos espaços (e olhares) públicos. Os processos de “ilegalização” que as leis e suas categorias operam constroem o migrante não de modo a excluí-lo fisicamente, mas sim socialmente, e afastando-o da visibilidade, produzindo objetos silenciosos e manejáveis (Oliveira, 2004).

As migrações não documentadas são realizadas por uma rede de relações firmadas entre uma teia de intermediários e mediações pelas quais os agenciamentos são feitos nas fronteiras do “legal” e do “ilegal”. Cada aliciador é um ponto que viabiliza a circulação de pessoas, os aliciadores (que muitas vezes consideram o agenciamento de emigrantes como um “bico”) são atores que estão em situações relacionais, informais, e que negociam a legitimidade de seus atos de uma maneira que

torna possível a coexistência da legitimidade e da “ilegalidade”. As circulações transnacionais não documentadas de pessoas, bens e riquezas também dependem do envolvimento e apoio direto de funcionários do Estado, justamente aqueles são direcionados a combater tais circulações nas fronteiras e aduanas. Estes agentes do Estado são pontos essenciais das redes da “indústria da migração”, e é praticamente impossível a realização do tráfico transnacional sem seu apoio estratégico. Este fato é mais uma característica de uma circulação que se desenrola nas fronteiras da “ilegalidade”, por fora e por dentro dos aparelhos de Estado que criam a clandestinidade e ao mesmo tempo a impedem e possibilitam, caracterizando a “gestão de ilegalismos” de que fala Foucault. Entre os emigrantes que tive contato há a ideia de que a emigração “ilegal” depende dos agentes estatais de emigração e patrulhamento de fronteiras.

– *A maioria embarca em São Paulo, o Rio é mais difícil. São Paulo tem mais facilidades, com a própria polícia, com as próprias agências de aviação, agências de turismo de São Paulo também, e documento falso em São Paulo também tem em qualquer esquina*  
(comerciante)

– *A viagem daqui pra lá foi manera, tudo muito louco, eu assim, com 18 anos apenas, viajamos pra São Paulo, chegamos lá à tarde, meia noite a gente viajou pro México, ficamos no México na capital um dia, depois a gente viajou pra fronteira, na fronteira a gente ficou mais um dia e meio, aí a gente atravessou, aí essa foi a parte assim de mais adrenalina sabe, o cara levou a gente numa kombi bem velha, bem velha até próximo do rio, não muito perto, mas próximo, aí a gente atravessou uma... meio que uma... não uma mata mas assim um lugar assim meio deserto, cheio de areia, e com muito espinho assim, a gente atravessou até chegar no rio, e no rio eu lembro do coioote falando assim “anda rápido, anda rápido que a polícia pode pegar vocês a qualquer momento”, aí deu um friozinho... passou um tempo, daí a gente atravessou, atravessei o rio e tal, quando eu*

*cheguei do outro lado, era suposto, era tudo parte do plano a [patrulha de] imigração pegar a gente, prender a gente, daí então dar um termo de entrada e a gente assim poder entrar pros EUA e tal, a gente atravessou só que não tinha a [patrulha de] imigração pra pegar a gente, aí foi engraçado porque a gente ficou procurando né, a nossa informação era “vocês tem que se entregar pra imigração” e só depois continuar a viagem, aí a gente ficou procurando né, a gente foi andando assim por uma estrada que tinha lá até chegar num big mercado, a gente tava com muita sede tal, nesse mercado eu liguei do orelhão pro Brasil pro cara que tava levando a gente e ele falou assim: olha, vocês vão pegar um táxi agora pra rodoviária, na rodoviária vocês vão comprar a passagem pra São Francisco, que é uma cidade próxima, e antes de chegar nessa cidade próxima vocês vão ser pegos e presos, porque vai ter tipo um point policial, e isso aconteceu, a gente pegou, foi, foi preso, fiquei preso 10 horas, aí foi assinado um termo como eu era, tudo falso, mas como eu era de menor e tal me liberaram, eu tinha que comparecer na corte americana no máximo em uma semana, e daí então a corte americana decidiria o que ia fazer comigo. E eu não compareci, normal, era essa a informação que eu tinha, pra eu não comparecer, primeiro porque eu apresentei nome falso, identidade falsa, tudo falso, então eu não podia comparecer*

– *esses documentos falsos você conseguiu como?*

– *Não tinha documento falso. Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza, que era um intercâmbio entre as pessoas que levavam daqui pra lá com a polícia dentro, porque não tinha documento falso, não tinha nada, eram só palavras, eu falei que eu tinha 15 anos, não apresentei nada, falei que tinha sido roubado e tal, e eles meio que acreditaram, lógico que não.*

- *Então você acha que eles tinham contato com os coiotos*
- *Eu acho que sim porque senão não teria condição. E lá também, quando a gente chegou no México também, o FBI, pra deixar a gente desembarcar e seguir viagem, a gente teve que comprá-los, com 500 dólares, e eles sabiam, os coiotos nossos sabiam que a gente ia precisar fazer isso, porque eles deixaram esse dinheiro separado pra gente inclusive, “isso aqui você vai precisar na hora que você sair do aeroporto”, eles avisaram, ou seja, é uma coisa meio que planejada*  
(vendedor)

A atividade de tráfico de emigrantes é muito lucrativa, e em Governador Valadares e no mundo todo se formou uma elite econômica que enriqueceu neste ramo. Estas pessoas eventualmente adquirem grande importância política e econômica em suas relações locais, pondo em prática agenciamentos políticos diversos, como um mercado de proteção, de corrupções, extorsões, violências, repressões, assassinatos encomendados (a princípio apenas em casos de denúncias) e muitas outras atividades das quais dependem seus negócios “ilegais”. Estes meios, tão necessários ao funcionamento de sua estrutura de tráfico, são trocas entre o “legal” e o “ilegal”, uma barganha que os liga intimamente, ambos mutuamente dependentes. A corrupção de agentes estatais que protegem as fronteiras só existe pois existe a emigração clandestina. Esta emigração só é clandestina pois um Estado a define como “ilegal” e destina suas forças para combatê-las. Os agentes de combate à emigração clandestina se tornam necessários para a sua realização e acabam por se tornarem pontos cruciais das redes de tráfico de emigrantes, assim como funcionários de empresas que realizam atividades necessárias a emigração, como empresas aéreas.

- *nos aeroportos que eu embarquei, eu já embarquei pelo Galeão, já embarquei pelo Cumbica, das últimas vezes foi em Guarulhos... existe um conchavo também com o pessoal da (empresa aérea X) e da (empresa aérea Y). Eu sei porque nesse meu grupo tinha uma menina, apesar de raquiticazinha, carinha de bebê, mas ela tinha 26 anos, aí eles inventaram de que a aparência dela não batia com*

*os dados do documento. Aí, a palhaça foi falar que ia ligar pra casa, não sei o que, daí liberaram mais três mil dólares, aí liberaram pra ela. Eu sei que ela não foi nesse grupo junto comigo, ela foi em guarulhos, a minha passagem tava marcada aqui, na agência de Valadares, uma das agências até muito bem conceituada aqui dentro de Valadares, que na época o dono ficou muito nervoso com esse povo, comprou a passagem pra uma finalidade e estava usando em nome de outra, pra outra pessoa, eu cheguei lá no aeroporto eu notei, eu fui pra dentro de uma salinha da (empresa aérea X) conversar com, deve ser o chefe lá, e os outros ficam fora, e esse rapaz que estava nos acompanhando que é lá de São Paulo, que já não era mais daqui, já era um de lá que nos recebeu lá de ônibus na rodoviária e nos levou pro aeroporto, chegou e conversou e tal, mostrou os bilhetes, aí ele foi e fez umas alterações ali. São passagens que geralmente você compra ida e volta, sabem que você não vai voltar, então aquela volta eles trazem, foi o que aconteceu comigo porque ele me deu [a passagem aérea] dessa menina pra voltar, eles te dão pra mandar você vir embora, eles mandam pra esses caras que estão dentro da aviação lá, da (empresa aérea X) e da (empresa aérea Y), e essas passagens são transformadas em outras, você entendeu, eles me cobram 3 mil dólares pela passagem e vendem pra eles a 500 e eles vendem de novo a mil e tantos dólares, então tem isso dentro dessas duas companhias, eu vi. A (empresa aérea X) e a (empresa aérea Y) fazem, porque se não eu não teria passado lá no aeroporto, eu vi isso lá acontecendo, então é um esquema muito bem montado, que por mais que a polícia federal queira [desmontar] eu acho impossível.*

*(cozinheira)*

Vimos anteriormente que o dinheiro da emigração “ilegal” se articula com um comércio local, tendo grande impacto na economia regional (muito além das operações de lavagem/branqueamento de dinheiro). A disputa pela apropriação das riquezas geradas pela emigração vai além da corrupção e do clientelismo e se tornam questões da política municipal. Em Governador Valadares existe todo um universo de ofertas comerciais, de influências e proteção, de políticas públicas e organizações institucionais voltadas para o público transnacional, que dá a cidade a curiosa característica de ter formado toda uma política e economia que dependem das remessas de emigrantes e das práticas “ilegais” da “indústria da emigração”, que ao realizarem investimentos (reais ou para lavagem de dinheiro) fazem circular riquezas no ramo mais movimentado da cidade (o comércio) e possibilitam as mais importantes captações de impostos para a prefeitura. Essas coisas só ocorrem em Governador Valadares, localmente, pois existem estratégias globais que lhes possibilitam, o global condicionando o local e vice-versa. Como diz Telles (2009), os circuitos “ilegais” de uma economia globalizada se generalizam nas sendas abertas pela liberalização financeira, a abertura dos mercados e encolhimento dos controles estatais, em um tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, entre o “legal” e o “ilegal”, o lícito e o ilícito, que essas binaridades perdem o sentido, tornando obsoletas as controvérsias clássicas em torno do formal e do informal.

São todas estas trocas, redefinições e deslocamentos da relação entre o “legal” e o “ilegal” em suas interações que ocorrem a todo momento que interessam para pensarmos a vida dos emigrantes “ilegais” e a dinâmica política, econômica e social em Governador Valadares. Existe um embaralhamento do “legal” e do “ilegal” (bem como do lícito e do ilícito, do formal e do informal, sob diversos graus de legitimação) em todos os campos da cidade, que se criam na zona incerta das alianças, disputas e acertos obscuros entre forças e poderes dos mais variados. Estas negociáveis fronteiras do “ilegal” estão imbricadas nas práticas sociais, dentro das famílias, na economia e nas redes sociais, se realizando em conexão com muitos outros circuitos locais e globais. Os aliciadores de emigrantes, os emigrantes “ilegais” e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras da “ilegalidade”, e descobrem os meios de lidar com os códigos próprios de suas condições, jogam com diversas identidades em universos superpostos que se embaralham na vida cotidiana, contornando os riscos (violentos) das dobras dessas porosas fronteiras.

#### 4. A ESTRUTURA DO TRÁFICO DE MIGRANTES

Irei expor agora dados de campo que demonstram como as redes de tráfico de trabalhadores migrantes atuam na região de Governador Valadares. Nos estudos de campo realizados na cidade, além de entrevistar emigrantes retornados, familiares de emigrantes e pessoas que pretendem emigrar, tive contato com autoridades e políticos locais e pessoas que já trabalharam em “redes de tráfico” de emigrantes da região. Obtive relatos sobre diversas "ilegalidades" presentes na região, como estabelecimentos "de fachada" para branqueamento do dinheiro oriundo do tráfico de emigrantes, da agiotagem e alguns detalhes sobre as práticas de tais redes. Quando questionados se tinham receio em relatar estes fatos, meus colegas respondiam negativamente, pois conheciam muitas pessoas que realizavam a mesma atividade, por eles já considerada comum, de aliciamento de potenciais emigrantes. Quem já trabalhou nesta área disse não ter tanto medo. Quem não teve tantos contatos tem medo, mas acredita que as situações relatadas precisam ser denunciadas. O medo, em ambos os casos, é o de citar nomes, pois dizem que existem autoridades e pessoas muito poderosas envolvidas nestas atividades.

- *aqui em Valadares, vocês desconfiam de alguma relação entre polícia ou autoridade com esse pessoal?*
- *Valadares tem sim. Tem policiais. Quando eu fui, por exemplo, da ultima vez quem fez meus documentos aqui em Valadares foi um policial civil, um delegado, melhor dizendo. Tem muita gente grande aqui. Igual eu te falei, militares, nós temos aqui de Valadares militares lá na fronteira, mas esses já tão até sendo exonerados, que ficam lá passando, acho que 10 ou 11 pessoas, militares que largaram a farda aqui e estão lá. Esses eu conheço, inclusive é aqui vizinho nosso aqui, mora aqui no bairro.*
- *Igual, esse nosso vizinho aqui, ele levava, ele é policial ralé, entendeu, começou a achar que podia levar, aí leva uma turma, leva duas, leva três, esqueceu o serviço, deixou o serviço de lado, tem anos aí, já perdeu*

*tudo também, perdeu a mulher, perdeu os filhos, perdeu tudo. E tá morando lá no México, porque não pode vir, porque se vier ele vai ser preso*

– *O sujeito [policial] que entra numa dessa de receber uma graninha pra pessoa passar, porque é lógico que né, já descobriram vários, a gente sabe que não é difícil de ter, mas eles são muito severos, se pegou acabou com a vida dele (...) então pra entrar numa vida dessas você tem que ganhar muito dinheiro*

(Casal)

Tanto nesta situação de “aliciador” quanto na dos migrantes não documentados os atores tem noções acerca de categorias de “ilegalidade”, as quais resgatam em determinados momentos: ser “ilegal”, ir “ilegal”, estar “ilegal”, etc.

Percebemos a existência de ‘redes’ diversas, que atuam de diferentes maneiras. Alguns “cônsuls” acompanham pessoalmente ou têm pessoas que acompanham os migrantes durante toda a viagem e outros têm apenas os contatos com atravessadores nos diversos entrepostos do trajeto. Neste caso, é possível que o “cônsul” não se responsabilize pelas condições da travessia, pois seu envolvimento com a totalidade dos atravessadores também é limitado. Neste tipo de agenciamento cada pessoa responsável por um trecho do trajeto recebe dos emigrantes uma quantia em dólares.

– *quando você chega nos EUA já tem outra pessoa te esperando, aí a pessoa fala assim “você vai pagar agora 2 mil dólares”, na hora você paga ele. Muitos pagamentos não são feitos aqui, são feitos lá, por isso que tem que ser em dólar (...) então a pessoa sai daqui às vezes ela nem pagou nada ainda porque vai ter que pagar lá (...) é pra pagar lá, assim que chegar lá vai ter uma pessoa aguardando*

– *e se acontecer de a pessoa ser roubada?*

– *Se vira e paga, vai ter que arrumar o dinheiro lá*

– *E se não conseguir pagar o que é que acontece*

– *Tem que pagar, não é conseguir, eles te entregam*

*pra imigração, ou eles somem com você, entendeu, tem que pagar. Assim que você chegou lá, pisou, tem que pagar. O ideal seria você ter uma pessoa lá e essa pessoa que tá lá te emprestar os dois mil dólares lá, pra você não correr o risco de ser assaltado, roubado pelos coiotes mexicanos. (...) E não adianta fugir porque eles te acham, e acham mais rápido que a imigração, bem mais rápido*  
(advogado)

Os atravessadores não precisam manter relações diretas entre si; logicamente não precisam nem mesmo conhecer-se. Como já foi dito, o “cônsul” pode fornecer o dinheiro que os emigrantes utilizarão nos diversos entrepostos do trajeto para o pagamento destes atravessadores e de propinas.

– *[é preciso levar dinheiro] pra pagar todo mundo, um pra passar aqui, um pra passar lá, um coiote que tem fazenda pra ele e se vira se a pessoa se perder pra lá. E eles ainda avisam ainda o que eles fazem: “ó vocês vão tudo amontoado aqui, não sai, não solta a mão não, porque se soltar a mão ninguém é responsável por você” se você se perder na trilha, eles avisam ainda, ninguém é responsável por você.*  
(repcionista)

Atualmente a prática mais comum de travessia é a que depende de diversas pessoas atuando em cada etapa da viagem, numa complexa trama de “coiotes” independentes, que atuam por trechos e podem mesmo não ter informações sobre o trajeto completo, realizando apenas sua função específica e tendo contato apenas com o chefe da rede. Os pequenos aliciadores, que muitas vezes não sabem quem é o chefe da rede para qual aliciam, certamente não mantêm contato com os encarregados da travessia propriamente dita.

– *o que acontece aqui em Valadares é o seguinte, eu converso com você, você já me passa pra ela, quando eu chego no México eu tô na mão de outras pessoas e o meu*

*contato que foi primeiro com você, já não consigo mais falar com você, qualquer coisa que acontece a gente não consegue achar o primeiro contato. Não acha. Ai funciona assim, parece que é um trampolim mesmo.*

(comerciante)

As agências de turismo organizavam grupos que emigravam clandestinamente acompanhados de um guia. Alguns “cônsuls” possuem propriedades na fronteira do México com os EUA; a maioria conhece o sistema de policiamento de fronteiras e instrui os migrantes quanto a comportamentos e informações que devem apresentar, muitos possuem também acordos com agentes corruptíveis para que a passagem se dê com maior facilidade e inclusive, em algumas ocasiões nas quais tem conhecimento do superlotação dos presídios nos locais de fronteira, orientam os migrantes a se entregarem aos agentes, que posteriormente lhes darão uma intimação (para julgamento futuro) e lhes liberarão, quando então os emigrantes devem simplesmente ignorar a intimação e alertarem-se para não serem capturados por motivos menores, como dirigir sem habilitação.

É comum a atuação de aliciadores e falsificadores de documentos que trabalham também em empregos formais (e foi com estes que tive contato); são cobradores de ônibus, mecânicos, professores e técnicos de informática, funcionários públicos, policiais, etc., que mesmo considerando a atividade ilícita como um trabalho informal, um “bico” que realizam esporadicamente, sem muito envolvimento, são pontos cruciais das redes migratórias de Governador Valadares.

*– As pessoas às vezes agenciam por questão de necessidade, entendeu... vamos supor, se eu morasse num bairro do subúrbio daqui de Valadares, uma pessoa falasse assim “agencia pra mim, eu te dou 500 dólares” tal, aí você começa a crescer nesse ramo, daí você larga e começa a trabalhar sozinho*

(advogado)

Os aliciadores são pessoas que conhecem os “cônsuls” e recebem comissões por cada emigrante que aliciam. Uma parte do valor que um potencial migrante paga fica entre uma cadeia de aliciadores, hierarquicamente organizados.

– *O tráfico de drogas tem o avião correto, que pega a droga e tal né... podemos dizer que é o avião, porque não tem um apelido certo no dicionário, e ele ganha com isso, com cada pessoa, é um mercado de seres humanos, por pessoa ele ganha tanto, 500 dólares, depende, depende de cada agenciador, depende de quanto que a pessoa vai pagar*

(estudante D)

Há aqueles que ganham 100 dólares por migrante agenciado e há aqueles que ganham 5 mil dólares ou mais, tudo depende do nível de contato que tem com o “cônsul”, que na maioria das vezes nem mesmo é conhecido por aqueles que aliciam migrantes por 100 dólares.

– *como é que uma pessoa se torna agenciador?*

– *Isso é questão de conhecer, tem que conhecer, não é coisa que sai no jornal, classificados, você conhece um, que o outro conhece o agenciador, porque geralmente é o cara que trabalha pro cônsul, o agenciador, conhece uma pessoa e fala “ô bicho, me consegue aí uma pessoa pra ir pros EUA, te dou tanto”, aí vai ganhar ele e mais o amigo dele. Assim que começa, até que ele apresenta pro cara, aí vai trabalhar pro cara...*

(advogado)

Da mesma maneira que muitos aliciadores não conhecem os “cônsuls” para quem aliciam, atualmente os chefes das redes de aliciadores não são conhecidos pelos emigrantes, pois estes só tem contato com o aliciador que contratam.

– *e como é que você foi?*

– *o cara que levava, que arrumava as pessoas, que agenciava as pessoas pro cabeção lá levar, eu conhecia ele, então foi através desse cara, ele que arrumou pra mim*

(vendedor)

Com as investigações federais os chefes precisaram diminuir sua visibilidade, mas continuam a controlar intrincadas redes de aliciadores. Assim como antes, dependem crucialmente das relações que se desenrolam em “histórias minúsculas” (Telles, 2007; 2009) do cotidiano valadarense.

*- eles iam atrás das pessoas ou eram as pessoas que procuravam eles?*

*- Eles iam né, e o pessoal também procurava saber, “olha, fulano vai”, aí já ia atrás dos caras, “ó, eu quero ir”, “eu tenho um amigo que vai”, aí um vai levando a outro. Tem sempre um olheiro que fica lá, ficavam pesquisando, que ele ganhava com isso também, “olha, arrumei uns 2, 3 pra você”, aí o cara ganhava com isso, ganhava aí 100, 200 dólares*

(professor de informática)

*- geralmente eles não abordam ninguém, geralmente a pessoa que vai pros EUA, tem umas que nunca nem vê o agenciador, porque eles tem funcionários né, aí os funcionários ficam ali sondando, sondando quem quer ir pros EUA (...) as pessoas ficam com medo, acanhadas de fazer a denúncia, ou com medo de morrer, ou talvez pela questão de não ter visto o agenciador... Isso tudo é uma máfia, isso inclui muita gente.*

(advogado)

Geralmente, os aliciadores que também trabalham formalmente realizam a atividade ocasionalmente, e sua parte resume-se em ter contatos, algo como atravessadores. Alguns falsificadores de documentos são pessoas que entendem de computadores e “montam” (termo nativo para falsificação de documentos) registros de posses de terras, modificam a cidade de origem dos documentos pessoais (já que é quase impossível um valadarense nato obter visto para entrar nos EUA) e outros documentos como boletos bancários e diplomas. Eles afirmam que nos anos de

1990, quando não existiam tantos obstáculos para se entrar nos EUA, muitos daqueles que tinham conhecimento de informática realizavam estas atividades e eram muito bem sucedidos, e então seus “clientes” já entravam nos EUA “legalmente”, com vistos de turistas. Estas atividades informais de aliciamento de emigrantes para as redes de tráfico e de falsificação amadora de documentos são consideradas fontes de renda legítimas pelas pessoas que as realizam. Estes atores encaram suas atividades como oportunidades, possibilidades de renda para as quais não conferem condenações morais. Para realizarem suas atividades consideradas “clandestinas” a “máfia da emigração” mobiliza redes locais de sociabilidade, onde encontra intermediários que compõem os elos dos quais depende a estratégia e organização das redes de tráfico.

Existem também os falsificadores mais ‘profissionais’, que possuíam maquinaria especial que produzia passaportes e vistos idênticos aos originais, e na cidade dizem inclusive que as máquinas e matéria prima que utilizavam eram as mesmas utilizadas oficialmente, conseguidas graças a negociações obscuras entre pessoas influentes. Conheci parentes de falsificadores profissionais (a filha de um que foi preso e o primo de um que fugiu) que explicaram que as máquinas que seus parentes utilizavam (antigamente) faziam documentos “originais”, ou seja, que eram as mesmas máquinas utilizadas para a produção oficial dos documentos. Os migrantes que viajam com documentos montados passam por maiores dificuldades quando são capturados, pois além de serem imigrantes “ilegais” também respondem por falsidade ideológica, falsificação de documentos e formação de quadrilha. Mas estes emigrantes, certamente, não se consideram criminosos como o Estado considera, muito pelo contrário, comprar e utilizar documentos falsos para emigrar já foi um dos meios mais comuns e difundidos, e até mesmo o mais desejável por sua eficiência, praticidade e relativa segurança em comparação com a travessia pela fronteira do México, já que o uso de documentos “montados” permitiam a entrada nos EUA com visto autorizado (visto este que era produzido pelos falsificadores), e os emigrantes que utilizaram esta via compreendem que entraram “legalmente” no país receptor.

As investigações da polícia federal capturaram a maior parte dos falsificadores profissionais, e daqueles que conseguiram escapar nem mesmo os familiares tem notícia. Hoje ainda existem falsificadores de documentos em Governador Valadares, mas suas atividades agora são muito discretas (dizem os valadarenses que antigamente, antes das investigações da polícia federal e da “CPMI da emigração ilegal”, tanto documentos falsos quanto viagens clandestinas eram ofertados em praça pública, até mesmo com cartazes e promoções).

– *aqui mesmo no bairro tem uns seis... então assim, convive, a gene conhece, convive, é amigo do filho, é*

*amigo, não tem jeito, acaba sendo, aí é que vai, eles também não colocam isso, é lógico, tem gente que você fala “não, fulano não é de jeito nenhum, ele não faz isso”, mas ele faz, tá ali tranquilo, bonito, daí nós vamos num banho de sol né, não dá aquela de virar o rei*  
(enfermeira)

Há relatos de que mesmo tendo aumentadas as técnicas de combate à falsificação de documentos, com o desenvolvimento de documentos praticamente não falsificáveis, os falsificadores ainda conseguem ofertar documentos “originais”, pois continuam atualizando seu maquinário (que, como dizem, é o mesmo usado oficialmente pelos órgãos do Estado). Aliás, alguns de meus colegas consideram que os produtores de documentos falsificados na verdade não falsificam documentos, já que utilizam as mesmas máquinas que produzem os documentos oficiais. Dizem que, na realidade, o que fazem não são falsificações, mas sim a produção não autorizada de documentos originais, mas há claramente a consciência da fraude.

Falsificadores fazem parte de uma rede distinta, que ocasionalmente, mas não necessariamente, se envolve com a emigração pela travessia da fronteira México-EUA realizada pelos “cônsuls”. Os “cônsuls” são de fato as pessoas que tem contatos no México (e/ou Guatemala e/ou Bahamas, etc.), e por vezes possuem terras em regiões de fronteira. “Cônsuls” eram figuras muito conhecidas na cidade, diversos deles são ainda hoje muito poderosos, abriram estabelecimentos “de fachada” (para a lavagem de dinheiro, mas que eventualmente prosperaram comercialmente) como lojas de venda e aluguel de carros (já que muitos entregavam carros como parte do pagamento da dívida contraída com eles), restaurantes e lanchonetes, postos de combustível, casas noturnas e mesmo agências de turismo.

– *as agencias de turismo aqui turo era fachada, hoje são agencias de turismo mesmo, mas naquela época uns 90% era fachada, era só um ponto de captação.*  
(funcionário)

– *Valadares tinha dono de agência de turismo que mandava o pessoal pros EUA pela Disney, era engraçado, aquele homem velho, de 30 anos, “vou pra Disney”, tá lá dentro entra no banheiro, pula a janela e vasa.*

(advogado)

– *em Valadares, não precisa ser muito inteligente pra ver que tem coisa errada... agência de carro, se você andar você vai ver muita aqui, aí você já imagina porque que tem tanta agencia de carro. Tudo aqui, quando tem demais, sabe o ditado, quando a esmola é demais o santo desconfia, é uma coisa errada, não adianta falar que não é, é coisa errada sim, e isso não vai acabar não.*

(estudante D)

Todos com quem tive contato afirmam que os “cônsuls” se tornaram muito ricos, faziam grandes festas, possuíam carros e casas imponentes e esbanjavam dinheiro, sempre acompanhados de muitas mulheres e amigos;

– *Valadares cresceu muito nos anos 80, porque nos anos 80 o dólar tava em alta e todo mundo que tava indo pra lá tava ficando rico, tava ficando rico, e os cônsuls, os aliciadores, ficaram muito ricos, posso dizer até milionários alguns*

(advogado)

eram de fato pessoas muito admiradas por sua riqueza e poder, e suas atividades são legitimadas como a única alternativa para a realização do “sonho de emigrar”.

– *Aqui, com essa coisa de ir pra América, tanto é que é o seguinte, o terceiro maior crime praticado na face do planeta é o tráfico de pessoas, e os coiotes e as pessoas que mandam são valorizados, não são vistos como bandidos, são vistos como os que vão salvar você*

(estudante M)

– *Então ainda tem a pessoal que faz trabalho de coiote aqui?*

– *Tem, tem muito. Aqui em Valadares tem muito, até os agiotas mesmo que tem loja de empréstimo alguns levam, tem muito sim.*

– *E o que você acha disso*

*Ah, eu assim, eu particularmente, assim, é trabalho deles né, eu não sei falar muito sobre esses esquemas, as vezes é burrada mas as vezes pode ser um trabalho até honesto né, pra levar a pessoa, pra conseguir um futuro melhor e garantido, mas isso aí vai da conversa, vai da pessoa, vai do pagamento, que às vezes dá certo. A gente não pode falar que é, assim, uma coisa bagunçada, desorganizada, que é... que é bagunçada.... eu não posso falar, mas é um trabalho deles né, dos coiotes, os que levam*

(estudante V)

– *eu acho assim, que eles não forçam a pessoa a ir, a pessoa vai porque quer, eles não prometem que a pessoa vai chegar lá e vai trabalhar e tal, eles prometem que vão levar ou não vão levar, e que é tanto ou que não é tanto, então acho assim, eu não culpo eles nem ninguém não, você vai né, porque quer*

(vendedor)

Afirma-se que existiam famílias realizavam tais atividades, existindo uma espécie de “herança”, e geralmente o negócio era administrado por parentes de primeiro grau. Como já foi dito na primeira parte deste trabalho, considero que são raros os casos onde a utilização da rede de tráfico não seja acompanhada do acionamento das redes sociais dos emigrantes e, da mesma maneira, quase invariavelmente as redes de tráfico tem relações de envolvimento familiar entre seus membros, em qualquer nível hierárquico.

– *o genro dela trabalhava como coiote, e ela morria de medo porque ele ganhava muito dinheiro, mas era tanto dinheiro que ele não tinha mais onde por, ele não*

*sabia o que fazer, porque ele não podia comprar imóveis porque como é que ele vai declarar isso?, ele comprava carro, ele comprava moto, aí ele vendia aquilo e de novo não sabia o que fazia com o dinheiro, aí ele ficava, era ele e um, acho que era um primo, não sei, aí ele ficava um mês, e o primo dele voltava, aí o primo dele ia, ele voltava*

– *pro México né*

– *é, e tinha lá uma fazenda, eles já tinham comprado, trabalhavam juntos, tinham esses dois que eram parentes, né, e tinha um outro que já tinha comprado uma fazenda lá, que fazia fronteira, e eles passavam pela fazenda, e tinha um determinado local, que eles explicavam que passava um rio, que tinha que atravessar, tinha que saltar não sei o que... (...) E tinha uma fila de espera que os caras anotavam todo mundo, então assim, um vinha, carregavam aquela turma toda, e levava, então tinha o compromisso de colocar aquele pessoal lá, aí o outro ficava aqui pra fazer a outra fila, organizar tudo né, montar o próximo lote de pessoal que ia, e o cara tinha casa, porque tinha gente que não podia dar em dinheiro, então dava a casa, tinha carro... ele fica numa situação que ele tem um dinheiro que não pode ser gasto. Como é que ele explica tudo isso. Porque se ele compra uma casa, ele tem que declarar aquilo, se ele abre uma conta no banco, ele tem que declarar de onde sai aquele dinheiro, daí vem uma outra questão: essa quantidade de agências de carros foram abertas pra lavar todo esse dinheiro, e o que mais me impressiona é a quantidade de policial, mas é a polícia inteira, que sabe, e não faz nada.*

(Professora de história)

Assim como parentes chamam seus entes para emigrar clandestinamente, integrantes de “máfias da emigração” convidam seus parentes para trabalhar nos estabelecimentos “de fachada” que utilizam para “branquear” o dinheiro do tráfico de emigrantes ou aliciando emigrantes, ou

mesmo os levam para emigrar, às vezes ofertando a emigração como um presente. As redes sociais de caráter pessoal que iniciaram os fluxos migratórios (e que continuam a movimentá-los) geralmente utilizam as redes profissionais de tráfico de emigrantes, elas mesmas também constituídas por relações pessoais e afetivas, muitas vezes de famílias inteiras que se especializaram no ramo.

A imensa quantidade de dinheiro que os “cônsuls” acumulam precisa passar pelo processo de “branqueamento” para diminuir o risco de investigações. As posses e bens dos agenciadores por vezes não são declaradas em seus nomes

– *geralmente eles [agenciadores] não colocam bens no nome deles não, geralmente eles colocam no nome de laranjas, porque eles não querem por o deles na reta né porque assim, vamos por um nome tipo João da Silva, um agenciador, vamos por assim, aí se você for procurar alguma coisa no nome de João da Silva, no nome dele, não tem nada, você não prova nada. aí você vai ver o João da Silva na rua ele tá num carro importado, com dinheiro, sai, esbanja dinheiro sabe...*

(advogado)

Os “laranjas” utilizados pelos “cônsuls” por vezes eram os próprios emigrantes

– *Tinha gente que ia no consulado de terno e gravata, colocava bens no nome, entendeu, colocava carro, fazenda, imóveis, pra chegar lá e tá indo embora de Valadares, e pagavam pessoas pra fazer isso. Tinha essa forma também, antes tinha, acho que hoje não tem mais, mas muitos anos atrás tinha. Você chegava pro cara, o cara te falava assim: “ó, você quer ir legal, vou colocar bens no seu nome”, colocava o cara como laranja, os dois ganhavam né, porque o imposto de renda não comia o cara, o emigrante ficava lá com o nome com carro, três carros, casa, cheio da grana, mas na verdade não tinha um real no bolso, chegava no consulado, se colar colou...*

*(...) ia legal pros EUA, com visto de 6 meses, de turista, daí sumia.*

(estudante D)

Desde o início dos anos 2000 a atividade começou a diminuir, e após as investigações da polícia federal e da “CPMI da emigração ilegal” muitos deles foram detidos. Atualmente, dadas as dificuldades crescentes para se entrar “legal” ou “ilegalmente” nos EUA e também no México, além das investigações policiais na região e com a desvalorização da moeda estado-unidense, muitos “cônsuls” abandonaram as atividades, mais eles ainda existem. Embora muitos ainda sonhem em ir para os EUA, hoje grande parte dos valadarenses está se endereçando para países da Europa, pois o Euro está mais valorizado e ainda é muito mais fácil entrar na Europa do que nos EUA; até houve tentativas de “cônsuls” para atingir este novo ‘mercado’, mas rapidamente os emigrantes souberam que não era necessária esta intermediação (que para os EUA é praticamente obrigatória, uma vez que são raríssimos os valadarenses que conseguem autorização para pisar em seu território), mas se seus serviços forem solicitados eles conseguem disponibilizar uma viagem para qualquer país que o emigrante deseje ingressar.

*– Tem pessoas não só nos EUA, né, porque hoje Valadares tem gente nos EUA, tem gente fora do país, tem gente em Portugal, tem muita gente no Canadá, tem um povo investindo hoje na Nova Zelândia, eles tão indo muito pra Nova Zelândia, então assim, em Valadares o povo ele é empolgado, ele quer sair, então não importa pra onde que seja, então essas pessoas que levam lá pros EUA, ele também te leva pro Canadá, ele também te leva pra Nova Zelândia, ele também te leva lá pra Portugal, onde você quiser ir ele te arruma um jeito pra você ir.*

(enfermeira)

Casos muito interessantes foram conhecidos durante as pesquisas de campo. Cinco pessoas voluntariamente apresentaram-se como delatores das práticas da “máfia da emigração” (termo utilizado por uma delas para se referir àquilo que a literatura chama de “indústria da migração”). Conheci um cobrador de ônibus que certo dia, ao escutar uma conversa que eu e Ariele Bassinelo

travávamos no ônibus em que ele trabalhava, nos abordou e disse já ter “trabalhado” com emigração<sup>44</sup>. O cobrador havia sido aliciador (e diz que quando surgem pessoas que querem emigrar ele pode conseguir-lhes uma rota, pela qual obtém uma renda muito superior a seu salário) e deu detalhes sobre sua atuação, que é realizada de maneira ocasional, quando surge a possibilidade (como o “moderno trabalhador urbano” de que fala Vera Telles), e falou-nos suas considerações sobre seu “patrão” não oficial, que é dono de uma loja e depósito de materiais de construção, para o qual trabalhou e onde foi convidado por seu “patrão” para ser aliciador. O “patrão” não formal tinha contatos no México e utilizava seus funcionários deste estabelecimento (que também funcionava como meio para “branqueamento” do dinheiro oriundo do “tráfico de migrantes”) como aliciadores de migrantes. O aliciador acredita que seu “patrão” possui contatos com autoridades policiais, e que todos os líderes deste tipo de “rede de tráfico” os possuem, pois suas atividades “ilícitas” eram bastante conhecidas, “escancaradas”, e se não tivesse “costas quentes” não prosperariam como prosperaram. Quando realiza atividades de aliciamento meu interlocutor cobra 13.000 dólares por seu contato, mas sua parte se restringe a 5.000 dólares (seu “patrão” cobra 8.000 dólares) e diz que a cada cinco migrantes que alicia, “ganha” uma travessia de seu patrão. Ele poderia ter emigrado “clandestinamente” por seu próprio “esquema”, mas afirma que só emigraria de maneira formal, oficialmente e documentadamente, pois considera que o sofrimento pelo qual passa um “imigrante ilegal”, tanto durante a travessia como no país receptor, não vale a pena.

Um estudante de direito contactou-me via Orkut<sup>45</sup>, quando disse ter muito para me contar. Quando entrevistei-o, a primeira coisa que ele disse era para atentar-me quanto à “máfia da emigração”. O estudante, por motivos políticos e pessoais (teve amigos e parentes desaparecidos e mortos por terem se envolvido com o que chama de “máfia da emigração”; eram pessoas que trabalhavam para as tais “máfias” e por algum motivo que não me foi revelado entraram em conflito e foram “apagados”, segundo o termo do entrevistado), deseja o fim da “indústria da emigração” e apoia investigações e prisões de seus agentes, vendo no fim da “cultura” de emigração a única via para que os governantes tomem atitudes que visem melhorar as condições da cidade, em termos de infraestrutura e empregos. Ele relatou-me muito do que sabia sobre as práticas e atuação da

<sup>44</sup> Ariele foi uma empolgante colega de trabalho que me acompanhou durante um breve período de pesquisa de campo. Por acaso havíamos nos sentado em bancos separados, paralelos, em frente à catraca de cobrança do ônibus. Estávamos retornando do bairro Santa Rita (onde encontramos as maiores concentrações de famílias “transnacionais”) e passamos o tempo conversando animadamente sobre nossas percepções, objeções, e etc. Especulávamos sobre a “indústria da migração” quando o cobrador começou a falar.

<sup>45</sup> A utilização do site de relacionamentos Orkut foi uma boa surpresa. Inicialmente criei uma conta para entrar em contato com transmigrantes fora do país, o que se mostrou inútil, pois todos com quem consegui conversar pouco falaram, já que a esmagadora maioria afirma não ter tempo para entrevistas, preferem usar seu pouco tempo de acesso à internet comunicando-se com familiares; mas habitantes de Governador Valadares encontraram-me em comunidades e se interessaram em poder falar sobre migrações, e assim consegui contatos preciosos com pessoas que se interessam pelo tema e estão dispostos a auxiliar nossas pesquisas, o que forneceu diversas facilidades durante a pesquisa de campo.

“indústria” e sobre diversas pessoas que, segundo ele, toda a cidade sabe quem são e o que fazem mas ninguém tem vontade nem coragem de denunciar, tanto pelo prestígio destas figuras quanto por medo de ameaças, que ele afirmou serem comuns. Durante vários encontros com este colega, andávamos pela cidade e ele apontava diversos estabelecimentos (muitas agências de turismo e lojas de automóveis, afirmando que tudo o que vemos com frequência exagerada, como farmácias, certamente não mantêm apenas suas atividades “oficiais”) e pessoas envolvidas com a “indústria” (sujeitos que pareciam estar apenas perdendo tempo vendo o movimento), relatava histórias de ameaças das quais tinha conhecimento e até deu os referenciais para encontrarmos algumas pessoas diretamente envolvidas com a rede de tráfico; não averigüei mais profundamente as suspeitas por falta de coragem apenas, já que ele alertou-me sobre os perigos que cercam tais figuras. Ele demonstrou o quanto tudo é explícito, e ainda assim afirmou que antes (durante a década de 1990) era muito mais. Hoje, após as investigações federais na cidade, os agentes das “máfias da emigração” se tornaram mais reservados e cautelosos, e ainda assim as atividades são realizadas em espaços públicos, a vistas claras.

– *Engraçado Thaisa, se você viesse aqui ano passado [entrevista de 2007], no meio do ano passado, você chegasse ali no orelhão público ali você via ali “viaje para Portugal”, pra Nova Zelândia... “ganhe 1500 dólares por semana pra catar maçã”, no orelhão você via, com telefone, tudo... “consiga sua cidadania portuguesa”, “consiga sua cidadania” não sei o quê.... então tava na cara do povo, assim*  
(estudante D)

Segundo o estudante, seu primo era um dos maiores falsificadores de documentos da região e, após as investigações da “CPMI da emigração ilegal” e da polícia federal, que deteve os outros (um deles pai de uma vizinha amiga de minha anfitriã; foi interessante notar como a “profissão” deste senhor não causa alarde entre sua família e amigos, como minha anfitriã policial, que não demonstrou nenhum tipo de aversão a esta atividade), este primo desapareceu e seus familiares não tem conhecimento de seu paradeiro ou condição de sobrevivência.

Outro estudante, da turma de história, foi de grande importância para a compreensão de outros aspectos da “máfia da emigração”. Eu o conheci ao acompanhar uma discussão de sua turma de graduação sobre as migrações valadarenses, ocasião onde também expus minha pesquisa. Ele se

interessou por uma conversa mais específica sobre as “ilegalidades” que eu estudava e relatou-me que seu tio e seus primos eram “cônsuls”. Seu tio havia decidido emigrar para os EUA, ainda nos anos 80, mas decidira ir por conta própria. Já existiam algumas “redes de tráfico” na época, mas também era possível uma investida autônoma. Chegando ao México, o tio conheceu um “coiote” (atravessador) e este o convidou para se tornar um aliciador de migrantes em sua terra natal. Neste momento, o tio passou de emigrante a aliciador e decidiu retornar a Governador Valadares para se tornar um “cônsul”. Após pouco tempo (e muitos emigrantes e dinheiro resultando de suas investidas), ele conseguiu comprar uma fazenda em terras mexicanas que faziam divisa com a fronteira americana e então seu “negócio” cresceu rapidamente, a ponto de ele ter uma lista de espera da ordem das centenas. Ele e seus filhos<sup>46</sup> enriqueceram e se tornaram muito poderosos, mas no início dos anos 2000 abandonaram as atividades devido às investigações e prisões que estavam ocorrendo na cidade. O historiador também me levou em passeios na cidade onde apontava estabelecimentos (postos de combustível e lojas de automóveis, em sua maioria) que sabia serem propriedade de “cônsuls”. Muitas outras pessoas também afirmam que na cidade há um grande número de postos de combustíveis, lojas de carros, farmácias e até bares e restaurantes que funcionam também como estabelecimentos de “fachada” para o branqueamento do dinheiro oriundo das atividades “ilegais” relacionadas às migrações.

– *é muito dinheiro, então não tem o que fazer com isso. Um dia eu fui num restaurante, um restaurante requintado, tava indo pela primeira vez e meu marido falou assim: “eu não acredito, que nós vamos comer uma salada de camarão por dezesseis reais! Que que é isso aqui? Tão lavando dinheiro até aqui?!”. Aí, pediu a carta de vinhos – “todos os vinhos tão disponíveis?” - “todos os vinhos tão disponíveis”. Não é possível. Ou seja, o cara justifica a compra daquilo tudo, superdimensiona, e lava o dinheiro! Certeza!. Daí a gente perguntou: “qualquer dos pratos estão disponíveis?” - “Qualquer dos pratos”. Quer dizer, você tem um cozinheiro, não tinha praticamente ninguém no restaurante, quer dizer, quanto dinheiro empatado ali, e muito sofisticado, e preços lá em*

---

<sup>46</sup> É comum que os líderes de “redes de tráfico” convoquem seus familiares para trabalhar nos “esquemas”, já que constituem integrantes dos mais confiáveis.

*baixo. Não precisa cobrar... pra você ver como isso tá, em todos os lugares. Quer dizer, quantas notas eles emitiam ali pra justificar o dinheiro, quantas?! Vendia um prato, emitia 10, 20 notas, entendeu... limpou o dinheiro, acabou. E por aí vai.*

(Professora de história)

Um funcionário de uma grande empresa, do qual comprei uma bicicleta (meio de transporte comum em toda a cidade) já realizou trabalhos considerados “ilegais” (mas não por isso ilegítimos), ajudando pessoas a conseguir vistos para entrada nos EUA, falsificando alguns tipos de documentos, como boletos bancários e registros de posses. Como ele mesmo afirma, na época em que não havia tantas restrições e desconfiança para a liberação de vistos (até os anos 90) qualquer pessoa que tivesse conhecimentos de informática podia falsificar tais documentos, e ele tem inúmeros colegas que também faziam este tipo de atividade. Ele afirma que em Governador Valadares todos tentam ganhar dinheiro com a emigração, seja emigrando, seja auxiliando migrantes em seus objetivos. Ele relata que o que fez é corriqueiro, e não se compara a grandes falsificadores (como os falsificadores que possuíam maquinaria específica e “montavam” documentos, como vistos e passaportes, que eram idênticos aos originais). Ele afirma que sua atuação assemelha-se mais a uma ajuda a colegas do que a uma atividade comercial, embora tenha recebido pagamento em dólares por seus serviços.

– *você me disse uma vez que você já falsificou alguns documentos*

– *isso*

– *e como é que se faz isso?*

– *Usa um arquivo de edição de imagem, forja os documentos e manda. Não é pra passar, é pro cara tentar tirar o visto, aí mostra lá que o cara é tipo fazendeiro, vai na embaixada e tira o visto e vai legal*

– *e que tipo de documento você montava?*

– *Extrato de conta corrente, negócio de posse de terras e comprovante de residência. (...) porque aqui de Valadares, falou que é de Valadares ninguém tira visto,*

- então eles geralmente vão como se fosse de fora*
- você montava documentos deles como sendo de fora daqui*
  - isso, de fora, porque se for de Valadares ninguém tira visto*
  - e quanto você cobrava por cada documento que você fazia?*
  - Uns 300 dólares*
  - e como é que você começou a fazer isso? Alguém te chamou pra fazer ou você começou a distribuir esse serviço...?*
  - você faz um negocinho e outro aqui e o pessoal “ah, você consegue fazer isso pra mim”, “consigo”, e “ah, tem um amigo meu que tá precisando disso aqui”, você vai fazendo, fazendo, fazendo, daqui a pouco até nota de 600 reais você tá fazendo*
  - O primeiro que você fez como você começou a fazer? Alguma pessoa te procurou?*
  - É, aqui em Valadares a cada dez, três mexem com isso, aí perguntam “você faz pra mim?”, “faço”, aí vai fazendo, aí um comenta “ó, o cara faz”, aí você vai fazendo*
  - você tem amigos que fazem também isso?*
  - Tenho tantos, aqui em Valadares é o que mais tem é isso aí. (...) na verdade eu não vivia disso aí não, era só um quebra galho, se fosse pra viver disso aí eu tinha que cobrar uns mil reais, igual tem gente aqui que cobra mil, mil e duzentos reais, mas eu fazia aí só pros conhecidos*  
*(professor de informática)*

A ideia de “ajuda” é frequente mesmo entre aliciadores e parece definir a atividade para estes, que dizem apenas “estar ajudando” aqueles que sonham em emigrar, por mais que recebam dinheiro por esta “ajuda”.

Um importante colega foi um mecânico de automóveis do bairro Santa Rita, um dos bairros que apresenta maiores concentrações de famílias transnacionais. Ele pode ser considerado uma das “franjas” de uma “rede de tráfico”, alguém que pouco ganha no aliciamento de migrantes e que não considera-se envolvido com a atividade de “tráfico de emigrantes”, mas que ainda assim faz parte da intrincada rede de aliciamento. O mecânico é um homem politizado, acompanha tudo o que se passa no congresso e na câmara, as viagens do presidente e as coisas da política local. Ele citou muitos casos que considera serem representativos de um Brasil riquíssimo que mantém um povo paupérrimo esquecido. Durante horas pouco falamos sobre migrações, mas com o tempo informações valiosas me foram acessíveis. O mecânico fala bastante, mais do que ouve, e isso é muito bom, ainda que demore para ele falar algo mais interessante para a pesquisa, ele fala de tudo o que pensa. Falou muito sobre a pobre realidade do país, e que pelo fato de o país não dar valor ao seu povo o povo quer ir para fora. Ele tem muitos parentes emigrados, e inclusive ganhou um bom dinheiro (1500 dólares) por ter “feito contatos”. Ele explicou que a organização do tráfico de emigrantes é parecida com a organização do tráfico de drogas (talvez nos tipos de organização pré-PCC). Existe um chefe, que quase ninguém sabe quem é. O mecânico crê que os chefes do tráfico de emigrantes estão no governo, bem como quaisquer chefes de atividades ilegais que dão muito dinheiro, como pedofilia. Ele disse que a polícia federal esteve no bairro e prendeu 4 chefes, que ninguém sabia que eram patrões das redes de tráfico de migrantes, pois eram pessoas que todos conheciam, que tinham empregos e jamais deram motivos para que se desconfiasse de suas atividades ilegais, mas que realmente tinham bastante dinheiro e casas suntuosas. Ele explicou que estes grandes chefes do tráfico de migrantes formavam uma turma de pessoas que trabalhavam para eles, dizendo que para cada emigrante que conseguissem para eles os aliciadores ganhavam 5 mil dólares, então cada um desses aliciadores que tem o contato direto com os chefes (cônsuls) falava para outros que para cada emigrante que essa segunda classe de aliciadores conseguissem para a primeira classe de aliciadores os aliciadores de segunda classe ganhariam 2 mil dólares, e assim sucessivamente até que chegou um dia que um conhecido seu lhe ofereceu 500 dólares por emigrante que ele conseguisse, e ele usou o contato para enviar parentes de sua esposa que já queriam emigrar. Por isso ele acredita que a viagem é cara, pois cada um da rede ganha um pouco, desde ele, o mecânico que usa seu contato com um outro aliciador para enviar parentes, até o cônsul, que organiza a rede, e o coitado, que atravessa as pessoas. Ele não tem conhecimento acerca da organização ou liderança da “rede de tráfico” em que está ligado, seu papel lhe foi atribuído por um amigo, e é nesta relação de amizade e confiança que se baseia quando surge-lhe a oportunidade de estabelecer o contato entre o potencial migrante e aqueles que o transportarão. De maneira nenhuma o mecânico considera sua atividade e a de seu amigo como “ilegal”, diz que a atividade

“ilegal” é exercida pelos “cônsuls” e “coiotes”, e mesmo assim não os deslegitima, dizendo que eles são a única opção do povo valadarense que deseja emigrar.

Conheci um “cônsul” que é filho de uma das famílias mais tradicionais da região. Seu irmão é diplomata no Canadá e lhe fornece os meios necessários para que ele consiga rotas e acordos para que suas atividades sejam garantidas sem ameaças a sua integridade. Não pude aprofundar investigações acerca de sua história por falta de abertura, mas me foi explicitado que os grandes “cônsuls” fizeram muito dinheiro porque já possuíam dinheiro. Se tornaram muito poderosos porque já eram poderosos e influentes.

– *pra você fazer isso você tem que ter um certo dinheiro pra você financiar, não é qualquer um que chega e fala “vou mandar gente pros EUA” não, porque você tem que ter um capital de giro, como todo negócio você tem que ter um capital, é um negócio, é negócio de seres humanos. Geralmente são pessoas de classe média a classe alta, nunca é de classe baixa. O funcionário arruma, “fulano que ir...”, ele já pagou as pessoas que tinha que pagar antes, pra depois receber do imigrante, porque mexicano, eles falam que mexicano é igual chinês, tem que receber na hora entendeu, não é dividido. Antes mesmo da pessoa pagar ele ele já pagou, já foi, por isso é que tem a questão da ameaça, por isso que tem a questão de penhorar os bens, entendeu*

(advogado)

Os “cônsuls” eram figuras de destaque, oriundos de famílias tradicionais da região<sup>47</sup>, protegidos pelas autoridades políticas e policiais da cidade das quais muitas vezes eram parentes (segundo a interpretação de um entrevistado), que possuíam dinheiro o suficiente para comprar terras em território estrangeiro e contatos e influência suficientes para corromper o policiamento em

---

<sup>47</sup> Um senhor que era um jovem estudante nos anos de 1970 insistia em me relatar que os fazendeiros da região e filhos de famílias tradicionais sempre lhe ordenavam coisas como cortar a barba e o cabelo e não aparecer em certos locais, ele diz que eles sentiam-se donos da cidade e tinham muita influencia nas atividades políticas e econômicas da região. Ele diz que essas famílias tradicionais chegaram a impedir que certas indústrias e universidades se instalassem na cidade, temerosos por suas posições privilegiadas poderem ser ameaçadas. Apenas após uma destas famílias abrir uma faculdade é que a cidade pode abrir as portas para o meio acadêmico e se tornar hoje um polo universitário da região.

aeroportos e fronteiras. Este “cônsul” havia sido ele mesmo um imigrante, juntamente com sua esposa (ambos entraram “legalmente” nos EUA, tendo utilizado o Canadá como entreposto), mas por terem sido muito maltratados pelos americanos resolveram retornar ao Brasil. Ela retornou antes, com uma filha nascida lá, e se divorciou, ele voltou algum tempo depois. Ele deixou a entender que nos EUA já trabalhava com o “tráfico de emigrantes”, mas não relatou quais ou como eram suas atividades. Após voltar para Governador Valadares intensificou suas atividades de aliciamento, mas hoje considera o que faz “coisa pequena” perto do que já foi em tempos passados.

Visitei uma cooperativa de mulheres artesãs apoiada pela CIAAT, fundada por uma senhora rica que teve uma visão, um chamado, de levar a arte para as pessoas que precisam. Conversei com a fundadora que disse que quase todos os que vão emigrar ficam “ilegais”, e que muitos brasileiros conseguem montar seu próprio negócio. Sua prima era chefe de uma firma de faxineiras. Ela disse que os brasileiros e emigrantes em geral são humilhados. A artesã diz que seus primos (a prima dona de firma de faxina e o primo dono de firma de construção de telhados, que hoje em GV trabalha com isso, trazendo as técnicas americanas), mesmo tendo muito mais dinheiro que muitos americanos, são humilhados. Ela ouviu muitas histórias de amigos que foram e todos afirmam ter problemas com as humilhações. Todos os seus amigos, ou a maioria, eram de classe média, muitos eram formados aqui em direito, engenharia, etc) e foram ser faxineiras e pedreiros por lá. A artesã acha isso um desperdício. Diz que se seus amigos fossem para as cidadezinhas do interior (e MG tem muitas cidadezinhas literalmente abandonadas, o entorno de GV é cheio de pequenas cidades muito, muito pobres) conseguiriam muito mais, e que as pessoas nos EUA não tem vergonha de trabalhar nessas coisas, quase até a exaustão, se propõem não sair e nem comer direito (seu relato marcou muito a falta de carne) e que se se esforçassem assim por aqui também conseguiriam, e muito mais, mas aqui todos querem roupa de marca (lá compram em brechó), casa linda e sempre com churrasco e festas (e lá pegam moveis nas ruas - o que foi proibido) ou seja, aqui as pessoas querem ser bem vistas, como bem sucedidas e não se sujeitam a trabalhos e estilo de vida que precisam ter nos EUA. Esse relato é o de uma mulher rica, que não precisa trabalhar para se sustentar e ainda mais, criou o ConsagrArte e durante muito tempo o manteve com recursos próprios, quando as vendas do artesanato não lhes suportava. Hoje o grupo foi contatado pelo CIAAT, que indicou a configuração de cooperativa, e lhes forneceu alguns equipamentos. É uma cooperativa no papel, mas na prática tem líderes, e inclusive disputa pela liderança. Uma das líderes disse ter tido vontade de ir pros EUA quando tinha 16 anos, mas sua mãe a impediu. Ela e uma amiga ficaram loucas para ir pois todos os amigos estavam indo e elas tinham mais amigos lá do que aqui.

Uma artesã que trabalha no grupo de artesãs passou 13 anos nos EUA. Lá ela se casou e teve

um filho, voltou para o Brasil quando o filho tinha 5 anos. Ela foi em 1989, “quando era febre ir pra lá”. Nunca teve parentes emigrados e foi com uma amiga, essa sim tinha mais parentes lá do que cá, todos haviam ido pelo México, como todos iam na época). A amiga foi primeiro, um mês depois a chamou e já tinha tudo pronto, lugar para ficar e podia escolher o emprego que queria, já que na época era abundante, tudo organizado pela amiga. Essa artesã fez um empréstimo de alta quantia. “Na época as agências de turismo eram todas de fachada pra mandar pessoal pro México”. Ela foi numa agência que lhe vendeu o “pacote”. Ela não comprou nenhuma passagem das que usou, a agência acertou tudo. A própria agência emprestou o dinheiro pra ela pagar a viagem, com juros de 20% sobre o dólar. A agência montou um grupo com um guia que os levou para o Rio e de lá foi com eles para o México (com mais três turmas e outros três “guias”, todos no mesmo vôo, todos levando pessoas para emigrar clandestinamente. Chegando no México o guia disse para cada um dar 100 dólares para um policial federal – que garantiria a facilidade para o grupo passar sem perguntas. Na hora em que o guia dava o dinheiro para o policial federal uma operação com outros federais veio (já estavam investigando) e prendeu a todos. Eles passaram a noite presos, mas foram soltos no dia seguinte por falta de provas, já que todos foram alertados para ir com dinheiro e ficar em hotel no México para se passarem por turistas, tudo já acertado pela agência (inclusive o dinheiro dos subornos era a agência que fornecia, caso o emigrante não tivesse). Eles passaram quatro dias fingindo ser turistas (hospedados em Hotel, comendo em restaurantes e passeando pela região com o guia) para despistar as investigações que os seguiam. Quando o guia achou que a barra tava limpa eles pegaram um vôo doméstico (o guia era quem mexia com as passagens e compras) para Tihuana, cidade fronteiriça. De lá o guia voltou para o Brasil depois de tê-los posto em uma van. A van seguiu e atravessou a fronteira com 30 pessoas, todos do grupo. Não foram parados. Chegaram em L.A e de lá foram liberados, já não tendo mais contato com as pessoas que os colocaram lá. Lá nos EUA ela só teve contato com brasileiros. Trabalhava com brasileiros para brasileiros (em agências de faxina de brasileiros). Sua única atividade social era ir à igreja evangélica de brasileiros (os católicos iam na Portuguesa, pois o catolicismo era fraco por lá) e nunca fazia nada além de trabalhar e ir à igreja, só tendo contato com brasileiros.

Ela se documentou após o nascimento do filho e disse não sentir diferença quase nenhuma entre ter e não ter papéis. Sempre trabalhou com os mesmos patrões e não sentiu diferença nenhuma no tratamento dado a emigrantes legais e os ilegais, ela diz que os americanos (os únicos que conheceu são os empregadores que contratavam os serviços da empresa de faxina que ela trabalhava) são fechados e frios, mas que quando começam a gostar de você são amigos fiéis e fazem tudo para ajudar. Conversei um pouco também com o filho da artesã, seu filho é americano e diz que assim que completar 18 anos vai para lá, mas não para morar, apenas para comprar

eletrônicos, ele não quer morar nos EUA, ele quer morar na Inglaterra, pois lá se paga em libra.

Assim como esta artesã, muitas pessoas, para conseguir a travessia, não recorreram a aliciadores “de rua” (existiam aliciadores de emigrantes que tinham como postos de trabalho as ruas da cidade), e sim a agências de turismo (os donos destas agencias de turismo também são conhecidos como “cônsuls”). Os migrantes procuravam as agência de turismo já sabendo que estas possuíam contatos com atravessadores no México, e estas agências ofereciam certa segurança em relação à travessia, que foi realizada por automóvel (van) e não a pé, como acontece quando se “contratam” os serviços de “coiotes” (mas alguns “cônsuls” não donos de agencias também possuem contatos mais “seguros” para a travessia). As agências organizavam verdadeiras “excursões” ao México, com guias de viagem e toda a infraestrutura necessária para realizar a travessia “clandestinamente”. Chegando ao México, são alojados em hotéis até o momento que entram na van que os leva, tranquilamente, sem nenhum tipo de inconveniente, até o destino final. Tais agências de turismo, além de vender pacotes para emigrantes entrarem nos EUA “clandestinamente” pelo México, também faziam empréstimos para o emigrante pagar sua viagem e funcionavam como agências de câmbio de dinheiro, repassando remessas de emigrados. Com a ação da polícia federal na região, um grande numero de agências de turismo foi fechada e seus donos presos.

– *Mandam remessas de produtos e dinheiro também, de início mandavam por agências né, de turismo, hoje, depois que houve essas mudanças, a fiscalização aumentou, começaram a remeter pelo sistema Western Union do Banco do Brasil*  
(policial)

Foram notáveis algumas experiencias que tive ao visitar agências de turismo que ainda estão em funcionamento na cidade. Uma delas possui placas com os escritos “México. Estados Unidos. Portugal” em sua frente, e foi atraída por estas propagandas que entrei no estabelecimento (que posteriormente o estudante de direito apontaria como uma das maiores “máfias” da emigração, de donos que, segundo ele, “mandam na cidade”, por serem muito ricos e influentes na política, mesmo motivo pelo qual sua agência não foi fechada após as investigações policiais), onde ingenuamente procurei conversar com os funcionários sobre emigração. Todos se entreolharam e me indicaram conversar com uma senhora, esposa do dono da agência, que como já era de se esperar, pouco disse. Em outra ocasião, fui visitar a maior agência de turismo da cidade, cujo dono é

uma autoridade policial. O conheci quando ele estava distribuindo papéis fazendo propaganda de sua agência, onde oferecia “excursões” a São Paulo para tratar de passaportes<sup>48</sup>. Quando conversamos, ele fez questão de anotar meu nome completo, a instituição pela qual eu realizava a pesquisa e o nome completo de meu orientador, e durante a entrevista, ele questionou-me mais do que eu a ele. Assim como a esposa do dono da outra agência, o dono desta agência não forneceu muitas informações, mas no correr das conversas ambos disseram que “é claro” que sabiam que muitos de seus clientes pretendem emigrar, e que as agências não eram responsáveis pelas decisões de seus consumidores.

Além destes, que são emblemáticos, muitos outros casos demonstram situações parecidas, e foi possível conhecer várias interpretações acerca de “ilegalidades” relacionadas às “redes de tráfico”. Muitas das pessoas que conheci afirmam ter amigos “cônsuls” que estão realizando suas atividades até hoje, e afirmam que muitos “herdaram” sua posição de familiares; são jovens de famílias tradicionais, abastados, “playboys”, como dizem os valadarenses. É uma constatação generalizada a de que os “cônsuls”, em seus tempos de glória, eram pessoas muito afortunadas, dotadas de poder e influência, que investiam em estabelecimentos na cidade e ofereciam grandes festas abertas à população. Os “cônsuls” centralizavam a circulação do dinheiro da emigração e possuíam as maiores fortunas da cidade.

– *Na época que tinha, o que há aqui era ser cônsul.  
Falou que é cônsul aqui tinha tudo, era tratado como rei  
aqui.*

– *Como é que é isso aí, o pessoal gostava de cônsul?*

– *Não é que gostava não, é que cônsul tinha dinheiro.  
Você pega um cara, manda pros EUA, você vai pros  
interior e pega um caboclinho qualquer lá e fala assim,  
olha, você tem que deixar uma garantia, como é que  
funciona, o cara deixa uma garantia, ele pega, manda o  
cara com o dinheiro dele, banca, e lá ele vai ter que  
trabalhar e pagar ele, e 90% não pagava, aí a garantia  
que deixava aqui era o que, um carro, uma casa, então o*

---

<sup>48</sup> É importante lembrarmos que São Paulo tem uma das mais expressivas atividades de falsificação de documentos do país, onde podemos encontrar nas ruas do centro pessoas que oferecem desde diplomas universitários e documentos de identificação até passaportes, vistos e outros documentos. Notícias do dia 13 de Agosto de 2009 mostravam a prisão e o fechamento de cinco estabelecimentos, localizados ao lado do consulado americano em SP, que exerciam “ilegalmente” a função de despachante e falsificavam documentos para facilitar a expedição de vistos para entrar nos Estados Unidos.

*que é que esses caras tinham, tinham carro e casa pra caramba, quer dizer, o cara gastava aí, vamos botar que o cara gastava 1000 dólares pra mandar uma pessoa, pegava um carro de 15 mil conto aí, de garantia. Ganhou um carro facinho, porque sabia que o cara não ia conseguir pagar mesmo. (...) Cônsul aqui era rei. “olha esse aqui é cônsul”, “aquele ali é cônsul”, aqui, as mulheres então...*

*– e tinha gente que queria ser então?*

*– Não é questão de que queria ser, tem que ter condições de ser, porque você tinha que ter um capitalzinho primeiro pra você investir pra mandar o pessoal pra lá, porque alguns voltavam também e tinha que ter condições de arcar com esse débito que ele ia ter.*

*(funcionário)*

As “máfias da emigração” se articulam ao mercado formal (os “cônsuls” por vezes abrem estabelecimentos para “branquear” o dinheiro da emigração e comerciam bens e serviços) e geram emprego a centenas de valadarenses que eventualmente podem ser convidados a realizar atividades de aliciamento de emigrantes. Como os empregados (assim como todos na cidade) geralmente conhecem algumas ou muitas pessoas que desejam emigrar os convites são tanto úteis como lucrativos.

*– Tem uma coisa ruim porque você aprende a fazer esse tipo de coisa, aprende a ganhar esse tipo de dinheiro. Você não quer ganhar mais 500 contos, 600 contos pra trabalhar como funcionário de ninguém não; vou ser assalariado se eu posso ganhar aí, com uma pessoa que eu levar, se eu cobrar 20 mil, vou gastar cinco, vou ficar com 15.*

*(repcionista)*

A “indústria da migração” também se relaciona a todo um mercado informal de proteção e extorsão, realizado muitas vezes por policiais. Existe em Governador Valadares uma figura muito

popular que é reconhecidamente um “pistoleiro”. Ele é um oficial da polícia civil famoso por andar com seguranças particulares, em carros blindados, e morar em uma mansão que é praticamente uma fortaleza, com modernos sistemas de vigilância, câmeras de segurança e cercas elétricas por todos os lados. Esta figura é muito temida (especialmente por mulheres que ele paquera, uma delas grande amiga minha, pois dizem que todas as suas ex-namoradas “se suicidaram” com tiros na nuca) mas também muito querida na cidade. Em diversas ocasiões diferentes ouvi que ele é muito influente e é a pessoa que resolve os problemas em Governador Valadares, mandando matar os criminosos. Este senhor tem muito dinheiro e sempre “ajuda” as pessoas dos bairros que o procuram. Em ocasiões de festas nos bairros, é ele quem fornece a carne e a cerveja: é só pedir que ele manda entregar.

O oficial da polícia é muito respeitado, embora todos saibam que ele tem envolvimento com atividades ilegais<sup>49</sup>. Segundo o pai policial militar de uma amiga, ele está construindo um centro de treinamento para a polícia valadarense com dinheiro “próprio”, o que ele considera bom, já que o estado não o faz. O oficial também sempre comprou viaturas para a polícia e outras coisas que eventualmente se precise. Um interlocutor disse que ele deveria se candidatar à prefeitura da cidade, pois certamente ganharia as eleições, mas diz que ele nunca pensou em fazê-lo. Embora grande parte das pessoas o vejam como um “justiceiro”, por mandar matar os “bandidos”. Alguns relatos afirmam que ele enriqueceu pois realizava assassinatos por encomendas de políticos, fazendeiros e “cônsuls”.

Este “pistoleiro” é generoso. Oferta diversas dádivas à sociedade civil e ao Estado. Sua capacidade de agregar relações em torno de si é de eficácia tão grande que praticamente o torna impenetrável a qualquer intervenção que não se dê no nível estritamente pessoal. Oficial da polícia, sua importância e distinção marcam seu corpo e casa, que são vigiados e protegidos constantemente. Sua fama de “mandar matar” o precede, mas nem por isso ele deixa de ser legitimado, pois matando “bandidos” torna-se mocinho. Alguns poucos afirmam que ele é um chefe de redes de aliciadores de migrantes em Governador Valadares, o que naquela cidade (em contextos específicos), ao contrário de ser visto como algo ruim, é positivamente aceito como a opção (por vezes única) de alcançar a tão desejada emigração.

Assim como este oficial, muitos “cônsuls” são muito queridos, considerados generosos e atenciosos. Um caso específico retrata um “cônsul” extremamente bondoso, que ajuda a qualquer pessoa que lhe peça, faz churrascos abertos a todos no bairro em que mora e que trata a todos, de autoridades a guardadores de carros, da mesma maneira e com a mesma gentileza. Um dos “cônsuls” mais bem sucedidos de Governador Valadares é dono de uma rede de lojas de automóveis

---

<sup>49</sup> Mas seus atos mais reconhecidos referem-se à morte encomendada de criminosos, que são vistos por muitos como algo legítimo.

da qual um funcionário se tornou grande amigo meu. Ele afirma que seu empregador é o melhor patrão da cidade, muito gentil, educado e generoso com todos os seus funcionários, conhece todos pelo nome e eventualmente realiza pequenas festividades para seus empregados após o expediente de trabalho e nos finais de semana, este funcionário disse não saber de onde vem toda a fortuna do patrão. Outro colega afirma que o dinheiro deste “cônsul” não vem das lojas, mas sim da “máfia da emigração” da qual é líder. Este “cônsul” começou no grau mais baixo da hierarquia de uma rede de tráfico, como um aliciador ocasional (como os muitos que pouco sabem e pouco ganham com a atividade), mas como sempre foi uma pessoa agradável e muito bem relacionada conseguiu subir na carreira até se tornar um dos maiores “cônsuls” de Governador Valadares, um dos poucos que continua em atividade, pois graças aos seus bons contatos e influência conseguiu se livrar das investigações policiais que prenderam a maior parte dos líderes das redes de tráfico de emigrantes da cidade. Apesar das detenções, diversos relatos afirmam que os “cônsuls” não ficam presos por muito tempo.

– *Teve, ah, já teve muita gente presa aqui, muita gente da classe alta já foi... mas ninguém fica preso não, só se parar de pagar pensão. Porque todo mundo molha a mão de todo mundo*

– *você acha que o pessoal tem costas quentes aqui então?*

– *Quente, larga, fria, expandida, tudo o que você quiser aqui tem.*

(professor de informática)

– *Eu acho um absurdo, igual, a polícia bota a mão nesses caras, prendem, igual ela (companheira) trabalha no presídio, teve vários deles lá preso, hoje tão soltos aí fazendo a mesma coisa*

(cozinheira)

– *hoje em dia tem a tal da progressão de pena né... tem dois aqui, um aqui que tem 33 processos, só por*

*passaporte falso, documentação falsa, tudo que ele faz pra levar é falso. E o outro é preso até federal, tem 7 processos, não adianta, fica lá um ano, oito meses, sai, daí quando você vê tá na rua de novo, faz de novo, e todo mundo sabe que faz, entendeu. (...) E Valadares tá na rota, assim, é uma das cidades que mais tem falsificação é Valadares, é por causa disso que dois anos atrás aqui pegou um cara com uma máquina de fazer dólar, 14 mil dólares foi pego na mão dele, assim ó, no bolso, dentro do carro, falso. Esse cara tá solto, ele não cumpriu pena não, ele pagou mil cestas básicas e saiu, na frente do juiz, e tá aí... entendeu, então assim, porque que um cara desse não tá preso, porque uma pessoa dessas não tá preso, não foi constatado que ele pegou a máquina, os papéis, as cédulas de identidade, a foto saiu no jornal, saiu a manchete assim “dólar pra rapar de enxada”, e essa pessoa tá solta, normalmente  
(enfermeira)*

Os “Cônsums” ofertam diversas dádivas à sociedade civil e ao Estado. Estes atos são a linguagem da chefia, e os “cônsums” precisam realizá-los para o exercício de suas atividades. Lanna (1995) demonstra que (também nas sociedades com Estado) o ato de dar pode ser um dever da chefia e uma condição necessária para sua existência. Ele mostra que em qualquer sociedade a chefia se define a partir de uma posição privilegiada em relação às trocas, centralizando-as. No Brasil, segundo o autor, as oligarquias e “patrões” se constituem a partir das mesmas relações de troca que constituem o Estado, que se fundam na lógica redistributiva da reciprocidade hierárquica. “O estado brasileiro se constitui, em boa medida, como continuação do poder local, tendo com este uma relação de ‘realimentação’ mútua. Isso porque o chefe local, seja ele um coronel, um fazendeiro, um padre ou um vereador, não é apenas ‘pessoa’ no sentido comum, de entidade privada, mas também ‘pessoa pública’, pois, como um chefe primitivo ou um rei divino, seus atos tem significado transcendental.” (Lanna, 1995:19). Com Lanna, podemos considerar que os “cônsums” são chefes e estão inteiramente inseridos na lógica do poder no Brasil.

## 5. OS “IMIGRANTES ILEGAIS”

Uma pessoa que se encontra na categoria de “imigrante ilegal” corre sérios e diversos riscos, e não apenas de ser presa e deportada, o que geralmente é o maior medo do migrante, mas que pode ocorrer de maneira considerada até mesmo gentil (como alguns entrevistados que foram deportados consideraram). Os riscos para os “imigrantes ilegais” podem chegar a ser riscos de morte, de escravização e de abusos dos mais variados tipos. Muitos dos emigrantes não documentados retornados com quem conversei relataram a frequência dos “calotes” (“calote” é a falta de remuneração por trabalho prestado, prática muito comum de patrões que utilizam a mão-de-obra “ilegal”), dos abusos de poder, humilhações e outros assédios (morais, sexuais e financeiros) que sofreram. Isso ocorre porque os “imigrantes ilegais” são hoje um grupo dos mais exploráveis, pois sua condição “ilegal” faz com que estas pessoas não tenham garantias de direitos, pois além de não serem “cidadãos” do território onde se encontram, são ainda considerados criminosos, e quando sofrem esses abusos raramente recorrem à polícia, justamente por serem “foras da lei”.

– *os ilegais posso dizer pra você que são humilhados lá, são humilhados, porque a sociedade norte-americana não aceita imigrantes ilegais, e com razão né, porque eu não tiro essa razão, porque poxa, o país deles, a hegemonia deles, tá tudo furada né, eu não tiro essa razão deles não.*

(estudante D)

– *Alguns fazem isso, pagam eles [imigrantes ilegais] mal, por hora uns 5, 7 dólares, e falam que se desistir do emprego ele vai entregar essa pessoa pra imigração, então a pessoa fica coagida, se sente na obrigação de estar lá. (...) eu não indico ninguém ir pra lá ilegal porque é uma*

*vida de cão, uma vida de cão. Porque você chega lá, às vezes não conhece ninguém, vai procurar um brasileiro, até alguns brasileiros, os próprios brasileiros, humilham os brasileiros, o engraçado é isso, os próprios valadarenses humilham os valadarenses.*

(advogado)

Esta situação, associada com a necessidade de trabalhar<sup>50</sup>, com o medo de ser deportado e com patrões frequentemente já especializados em lidar com mão de obra “ilegal” sugere o quão comuns podem ser os casos de exploração, alguns considerados crimes contra os direitos humanos. O espaço da Lei é concebido como espaço humano ordenado e regulado, do Estado e da ordem, onde se definem o respeito dos direitos dos indivíduos. As categorias de “ilegalidade” são construídas em oposição a este espaço, sendo lugares da desordem e da selvageria, onde toda exploração é permitida e as injustiças invisibilizadas.

A emergência de grupos neo-nazistas, nacionalistas, de extrema direita (como os skinheads, white power, etc) nos países “desenvolvidos” representam um movimento social expressivo para relacionarmos as ideias de Foucault com as atuais condições enfrentadas por migrantes nesses países. Estes grupos estão crescendo de maneira acelerada em países como EUA, Inglaterra, Espanha, França, Suíça, entre outros, e suas ideias estão ganhando espaço na cena política. Podemos creditar a força que estes grupos estão ganhando a um discurso nacionalista, expressamente xenófobo, eugenista e autoritário, que se divulga em meios alternativos, especialmente em músicas, culpando os imigrantes, negros e muçulmanos pelos problemas econômicos e sociais da população nacional, mas é evidente que há outros motivos, menos lógicos.

Estes grupos estão atuando principalmente contra imigrantes e suas ideias se espalham e se misturam a outras correntes que culpam os imigrantes por ataques terroristas, criminalidade, desemprego, doenças e perversão. Países como o Brasil já possuem grupos com este caráter (como os "carecas do ABC", que culpam os migrantes nordestinos pelos problemas da grande São Paulo) e mesmo que este não seja um movimento amplo, as ideias que defendem vem ganhando espaço, em maior ou menor grau, e se alastram rapidamente em diversos países, entre diversos grupos de

---

<sup>50</sup> E trabalhar sob quaisquer condições, como comumente ocorre com os migrantes que estudei. Já mostrei acima como os emigrados não mais se preocupam com o *status* do trabalho que realizam (coisa que possivelmente ocorria quando os emigrantes brasileiros eram oriundos das classes médias e altas da sociedade) e muito pelo contrário, encontram-se hoje em um mercado de trabalho muito específico, que se especializou nos trabalhadores “imigrantes ilegais”, que aceitam qualquer tipo de serviço, e é muito frequente que trabalhem em ramos considerados arriscados, onde põem em risco a saúde e às vezes suas vidas.

pessoas, e o temor por ataques terroristas e contextos de crise econômica contribuem para maior pressão contra imigrantes (em alguns casos indistintamente quanto a condição político-jurídica do imigrante).

O controle dos “imigrantes ilegais” e das fronteiras são hoje uma das principais preocupações governamentais dos países receptores de correntes migratórias e, acompanhando esta tendência, aumentam também a violência das formas de repressão à migração não documentada e a rejeição do imigrante por parte dos cidadãos nacionais. O Foucault (2006a) demonstra como o corpo social não é criado pelo consenso, pela universalização das vontades, mas sim pela materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos (uma dicotomia criticável, pois não há incompatibilidade entre uma coisa e outra, já que as vontades não podem se universalizar de outro modo a não ser sobre os corpos). O autor mostra que o poder pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares, buscando outros objetos para sua ação. O controle dos imigrantes pelo Estado é acompanhado pela ascensão do preconceito contra imigrantes na população nacional (podemos pensar a expulsão de migrantes romenos de suas casas na Itália, no ano de 2007, e o assassinato do mineiro Jean Charles de Menezes no metrô londrino, em 2005, nestes termos).

Foucault demonstra como o controle do corpo é exercido pela família. O autor considera a família um instrumento do governo. Deve-se passar pela família se quer-se algo da população. Foucault demonstra como o poder não possui apenas aspectos negativos e repressivos, pois assim seria frágil, e como sua força se deduz dos efeitos positivos que produz, como o desejo e o saber: "... se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer- e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. " (Foucault, 2006, pg. 148), e também é por ele produzido.

Foucault pensa em micro-poderes, que se exercem no cotidiano. Demonstra que o poder não está localizado (apenas) no aparelho de Estado; ele diz que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado do aparelho de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. O poder está localizado nas micro-relações de poder que se estabelecem no cotidiano, e que assim criam os "indesejados", os “criminosos”, os “degenerados”, etc. O autor diz que "é pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas" (pg. 150).

Por esta via podemos considerar a construção da experiência de "ilegalidade" dos migrantes não-documentados, bem como todo tipo de estudo científico que trate da "ilegalidade", especialmente os que se debruçam na vida cotidiana e nas relações de poder que se estabelecem na formação deste cotidiano, como faz Sérgio P. Oliveira, 2006. Vera Telles (2007) demonstra que a partir das "histórias minúsculas" daqueles que transitam nas fronteiras entre o "legal" e o "ilegal" podemos explorar a porosidade de tais condições. A autora mostra que é "justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho" (2007:06).

Foucault procura expressar o *como* do poder, seus mecanismos, as regras do direito que delimitam formalmente o poder, por um lado, e os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no, por outro. Ele procura compreender de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade, e isso se liga diretamente com a noção de soberania. Foucault mostra como o direito é, de modo geral, um instrumento de dominação e como este direito (não apenas a lei, mas o conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática e veicula relações que não são relações de soberania, e sim de dominação. E quando refere-se à dominação, não está pensando apenas na dominação global de um sobre outros, ou de um grupo sobre outros, mas nas múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade (não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social).

O direito deve ser encarado como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Deve ser estudado em suas "extremidades" (no nível local, regional), como algo que circula e só funciona e se exerce em rede, algo que se transita entre aqueles que o possuem e aqueles que não o possuem, (porque ele está em quem o possui tanto quanto em quem é possuído) e este é um bom conselho para os estudos migratórios.

A partir da ideia foucaultiana de "microfísica do poder" podemos analisar muitas das relações que estabelecem a "ilegalidade" migrante, e também os meios e motivos pelos quais este grupo constitui hoje tanto sentimento de ameaça aos "cidadãos nacionais" e à soberania do Estado, pois está inserido em modelos que entram em conflito com os nacionais, e que é considerado enquanto uma "invasão" por estes. Invasão não apenas de corpos e de competidores no mercado de trabalho, mas de uma cultura que precisa ser enquadrada de alguma maneira, e isso se dá no

cotidiano, nas leis e em todas as relações em que um imigrante (mesmo documentado) atua. A imposição da “ilegalidade” aos migrantes não documentados por parte do Estado não é algo que os atinge apenas verticalmente, de uma força governamental repressora, mas por todos os lados e por dentro, já que a maior parte da população do Estado receptor e os próprios imigrantes em suas relações cotidianas agem segundo esta “ilegalidade” imposta, dando significados a ela e fazendo-a atuar em suas vidas.

O impacto da “ilegalidade” no cotidiano de famílias de migrantes que permanecem em Governador Valadares e região é ambíguo. Considerava necessário saber quais tipos de relações as famílias criam para lidar com a (hipotética) situação de ao mesmo tempo precisar pagar a dívida com o agiota, possivelmente sob ameaças, preocupar-se com a condição do emigrado (temendo as complicações que sua condição de “imigrante ilegal” pode causar, especialmente por sua deportabilidade) e necessidade de manter a família. Com a pesquisa de campo compreendi que esta não é uma questão tão relevante quanto imaginei, ao menos não da maneira como a colocava. A “clandestinidade” do ente emigrado não afeta substancialmente o cotidiano de sua família, pelo menos não muito mais do que se estivesse “legal”, a menos que haja complicações como deportações, não pagamento de dívidas e ameaças, pois na grande maioria dos casos estudados a “ilegalidade” do emigrado entra no rol de condições consideradas comuns, normais e esperadas por quase toda a população. Não que a migração não documentada seja considerada a melhor maneira de se adentrar em outro país, mas é bastante comum que assim ocorra e as pessoas estão familiarizadas com suas consequências, bastante conhecidas. Surgem os problemas (próximos ao que imaginava) em situações nas quais o emigrante não consegue concretizar a entrada em seu destino e quando existem dívidas não sanadas (dívidas que continuam a existir mesmo no caso de a tentativa de emigrar resultar-se frustrada, tanto por desistência durante a travessia quanto por eventual desistência, morte ou captura), quando de fato ocorrem grandes dramas familiares, ameaças de morte e confisco de bens.

Uma advogada que trabalha como assessora para assuntos jurídicos em uma das entidades de auxílio a trabalhadores migrantes na cidade, durante entrevista em que expunha as atividades e dificuldades das quais tratava nesta instituição, relatou que também havia sido emigrante e que possui diversos parentes (inclusive filhos e irmãos) emigrados ainda hoje. A advogada havia emigrado com passaporte e visto “montados” (termo local para documentos falsificados) e não teve problemas durante sua estadia nos EUA. Ela e sua família trabalharam para brasileiros em uma empresa que agenciava serviços de limpeza e seu contato com americanos foi bastante restrito, mas diz que os americanos gostam de brasileiros e que jamais fora hostilizada por ser imigrante.

Questionei-a acerca de seus documentos “montados” e ela afirmou que considera normal o que fez, pois é uma das maneiras mais seguras para emigrar, já que entra no país receptor “legalmente” (segundo sua interpretação) e não via travessia “clandestina” da fronteira com o México. Ela diz que os documentos “montados” são idênticos aos originais e que é raro que alguém tenha problemas com tais documentos, que foram encomendados a um falsificador “profissional”, que possui até mesmo os papéis oficiais para a confecção de seu material. A advogada afirma que na época em que “montou” seus documentos muitas pessoas na cidade estavam emigrando por esta via, e que eram muito poucos os que tinham problemas com isso. Antes de considerar a “montagem” de documentos algo “ilegal” (embora tenha plena consciência disso) ela vê a atividade como um dos melhores meios para emigrar para os EUA, pois quem utiliza esses documentos não precisa esconder-se da polícia de imigração e pode ter seguro social e documentos americanos como carteira de motorista, além de poder trabalhar “legalmente” e não precisar se sujeitar a trabalhos de “imigrantes ilegais”. O grande problema desta via se apresenta apenas quando os documentos são reconhecidos como falsificados, pois o imigrante se torna não apenas um “imigrante ilegal”, mas também um falsificador de documentos que precisa responder por formação de quadrilha, falsidade ideológica e outros crimes associados à falsificação de documentos oficiais e então é enquadrado em outra categoria de prisioneiro e as investigações sobre sua pessoa envolvem investigações acerca da “quadrilha” ou “máfia” que lhe forneceu os documentos falsificados.

Este caso demonstra que em diversas ocasiões situações consideradas “ilegais” são enquadradas dentro do universo de “normalidades” do cotidiano valadarense. É importante notar que na visão da própria população praticamente todos os emigrantes valadarenses são enquadrados em alguma categoria de “ilegalidade” (o que não significa “ilegitimidade”).

– *A prisão não é nada boa não, sabe, assim, em vista do Brasil né, em que fica 40 homens numa cela de 10, sim, ter certas regalias, mas não é nada interessante não sabe, a pressão psicológica acho que é dobrada, e o fato de que você sabe que você não tá pagando por alguma coisa, por nada, você não fez nada, entre aspas né, você tá no país ilegal, mas você não fez nada*  
(vendedor)

Na cidade é comum ouvirmos que só é possível emigrar atravessando a fronteira EUA-México ou “montando” documentos, e chamo a atenção para ressaltar o fato de que casos como o

desta advogada são muito mais a regra do que a exceção: das centenas de pessoas com quem realizei meus estudos foram raríssimas as que afirmaram terem emigrado “legalmente”, e mesmo estas tiveram visto para a permanência de 3 meses (como turistas, não como imigrantes documentados) e com o trabalho não permitido o que, dadas as condições jurídicas, “ilegaliza” seu trabalho e a estadia superior aos 3 meses, mas estas pessoas trabalharam e passaram anos nos EUA e ainda hoje dizem ter emigrado “legalmente”, o que não corresponde a suas reais condições jurídicas segundo a legislação do país receptor. Outros emigrantes, que atravessaram a fronteira pelo deserto “clandestinamente”, foram “legalizados” e obtiveram autorização de permanência e trabalho (e previdência e seguro social) graças a seus empregadores ou a políticas específicas para tal. Isso também interessa para vermos como as categorias “legal” e “ilegal” são muito particulares e negociáveis, e existem diferentes interpretações do que é “legal” e “ilegal” por parte das pessoas envolvidas. Como já atentei na introdução, existe uma dificuldade metodológica em tratar de temas como estes, também pelo fato de ser difícil levantar dados precisos acerca da abrangência destas condições.

Com diversos migrantes retornados pude verificar as considerações acerca da vida “clandestina” e “legalizada” nos países receptores. Muitos migrantes viveram sob as duas realidades (eram não documentados e em determinado momento tornaram-se documentados) e partindo de uma comparação entre as experiências de não documentados e documentados pude tentar verificar se há, de fato, substanciais diferenças entre a vida permeada por cada condição. Pode-se obter o tão famoso e desejado “*green card*” por diversos meios, os mais comuns entre os casos estudados são as políticas governamentais para a regularização dos migrantes não documentados que já residam no país (que surgem esporadicamente e regularizam os poucos imigrantes que se enquadram nas exigências), o casamento com um cidadão nacional, a produção de “americanos”, uma vez que os EUA consideram cidadão nacional quem tenha nascido no país, um dos meios mais fáceis de se conseguir um “*green card*” é gerando um filho em solo americano (notei em Governador Valadares uma grande quantidade de crianças na faixa dos 7 a 15 anos nascidas nos EUA), o que quase automaticamente documenta os pais, e por meio dos empregadores, uma vez que um empregador decida regulamentar seus funcionários não documentados esses facilmente conseguem seu “*green card*”, já que uma das exigências centrais para a “legalização” (inclusive nas políticas governamentais de “legalização”) é que o imigrante tenha um emprego formal. A responsabilidade e possibilidade efetivas de “legalização” estão nas mãos dos empregadores.

Frequentemente há o surgimento de formas mais rigorosas de legislação e controle de populações migrantes não documentadas, e o efeito deste maior rigor materializa-se na maior dificuldade na concessão de vistos, no reforço dos bloqueios fronteiriços, na perda de empregos

mais estáveis (dado o receio dos patrões em contratar mão de obra “ilegal”) e endurecimento das forças coercitivas. Isso faz com que os migrantes não documentados passem por situações cada vez mais extremas, e sintam a necessidade de maior invisibilização e de aceitar o trabalho oferecido pelos empregadores que ainda se dispõem a recrutar e contratar mão de obra “ilegal”, geralmente os piores. De Genova (2002) conta que em qualquer Estado a história da lei de imigração inclui intervenções intrincadas e calculadas, que não significam a afirmação de qualquer estratégia unificada ou lógica estrutural. Não existe exatamente uma coerência de compromissos e táticas nas intervenções legais, institucionais e policiais do Estado, que são o resultado de processos de hegemonia implementados na mediação de lutas sociais e políticas em espaços e tempos particulares. A sucessão destas intervenções Vão continuamente construindo a categoria oficial de “imigrante ilegal”, sujeitos que são “o excesso de um excesso”, algo ilícito; mas em suas vidas cotidianas, em suas experiências e relações com o mundo, as pessoas envolvidas pelo processo de migração constroem suas próprias categorias do “ilegal”, para eles, muitas vezes, atividades lícitas.

Na maior parte dos casos analisados, o maior impacto da documentação é psicológico, mas se faz sentir também no cotidiano. A possibilidade cotidiana de uma expulsão mantém os não documentados em constante ansiedade e senso de urgência, que o condiciona a aceitar todo tipo de condições. Não estar sob a constante ameaça de deportação e não precisar se sujeitar a trabalhos e situações demasiadamente degradantes gera substanciais modificações no cotidiano dos migrantes que se documentaram após terem passado pela situação de indocumentado, especialmente quanto ao medo e insegurança sempre presentes aos não documentados. Os documentados também sofrem com o medo e o preconceito, mas aquilo que praticamente todos os entrevistados sentiram foi uma transformação interna, a nível psicológico.

–  *você sente alguma diferença, de quando você não tinha documento pra trabalhar pra quando você conseguiu esses documentos?*

–  *Nossa, totalmente. Totalmente! Poxa, o imigrante que não tem é, é humilhante sabe, é sofrido, você fica naquela pressão de a qualquer momento você pode tá sendo preso, é uma vida assim, digamos assim pressionada, sabe, você tem que ter um psicológico assim bem moderado pra conseguir assimilar tudo e levar numa boa*

–  *aí depois que você conseguiu esses documentos...*

*Tranquilo, aí foi tranquilo.*

(vendedor)

– *E quando você tava ilegal e quando você ficou legal, qual foi a diferença?*

*É, assim, pelo fato de você não poder trabalhar em qualquer lugar, porque você não tem a documentação exigida, o fato de você tá sempre com medo, o fato de você não poder tá dirigindo, mas, acaba você sendo obrigado a dirigir e tal*

(estudante I)

Porém, mesmo aqueles que conseguiram alterar seu estatuto por via de uma “legalização” já passaram anos de “ilegalidade” que em termos práticos serviram de aprendizagem disciplinadora na subordinação em relação aos nacionais e às condições de trabalho. Os que possuem um estatuto “legal” experienciam uma maior estabilidade relativa, que se torna o elemento diferenciador na constituição da experiência de migrantes documentados e não documentados. Mas a invisibilidade continua a fazer parte da vida de todos os grupos de imigrantes. Os documentados também se disciplinam na invisibilidade social com a intenção de evitar problemas e atritos com os valores sociais e simbólicos da sociedade receptora, continuando afastados de uma integração com a comunidade local.

A regularização da condição de imigrante também confere diversos benefícios, como a possibilidade de ter seguro social e uma aposentadoria em dólares (na cidade de Governador Valadares algumas pessoas a recebem), sair do país e poder voltar quando se deseje e não ser deportado no caso de cometer um pequeno delito, por exemplo. Um contrato de trabalho também dá garantias de rendimento e a temporalidade do visto permite maior margem de manobra na organização de seu projeto. O cotidiano é relativamente mais seguro, e a perspectiva de um futuro garantido leva a algum investimento nas condições do presente. No trato com os cidadãos nacionais, pouco se modifica.

– *Lá você sentiu alguma diferença entre o tratamento que os americanos dão pros imigrantes legais e os ilegais?*

– *Engraçado, o (ex-marido) sempre trabalhou com americanos, e ele morria de rir porque os americanos*

*burros são burros mesmo, eles acham que nós, aqui, andamos de carroça, porque eles não tem estudo, tem americano lá que não tem estudo nenhum, nunca foi pra uma escola, entendeu, então assim, esses que são assim tratam o emigrante mal, agora os que são estudados, são pessoas formadas, eles tem conhecimento, aí eles já te tratam muitíssimo bem, entendeu*

– *eles tratam diferente os que estão clandestinos e os que estão legalizados?*

– *Trata igual.*

(corretora)

Praticamente todos os relatos afirmam que aqueles que não gostam de imigrantes não fazem distinção entre documentados e não documentados, e aqueles que não se incomodam com migrantes tampouco se incomodam com não documentados. Não existem diferenças absolutas entre as condições “legal” e “ilegal” dos imigrantes, mas sobretudo uma diferença relativa. A lei, no seu poder de constituir indivíduos através de suas categorias de diferenciação, nas suas consequências práticas e cotidianas, impõe a ambos uma necessária exclusão do corpo social da “nação”, dificulta ligações permanentes ao lugar de presença e opera uma redução prática e conceitual do migrante ao seu trabalho (Oliveira, 2004). De fato, os processos de “legalização” jamais eliminam o campo da “ilegalidade”.

Diversos migrantes documentados afirmaram ter passado por situações constrangedoras pelo fato de serem imigrantes, alguns afirmam terem sido tratados “como bichos” e ter sofrido preconceitos diversos, citarei alguns casos a título de demonstração. Uma amiga era documentada, não falsificou documentos para entrar no país e possuía visto de permanência válido, mas foi diversas vezes hostilizada por não saber falar inglês e quando estava grávida foi tratada como doente e viciada em drogas antes dos médicos estado-unidenses descobrirem que seu mal estar decorria da gravidez, vale notar que a cor da pele desta senhora era considerada negra nos EUA, embora em Governador Valadares seja considerada branca.

– *Eu passei mal, porque eu fiquei muito depressiva, daí eu tive ma convulsão em cima da cama, aí eu fui parar no hospital. Daí lá eles me colocaram numa sala de vidro, querendo saber o que é que eu tinha, fizeram exame de*

*droga, não era droga, perguntaram se eu era usuária de drogas, não, não era, perguntou se o (ex-marido) tinha me batido, não deixou ele ficar perto de mim, tirou todas as pessoas do meu redor, de família e amigos que estavam lá, que foram lá, daí ficou, eu fiquei um dia na sala de vidro, aí o que aconteceu, eles foram e iraram o líquido da minha medula, e eu fui pra casa, descobriram que não era nada, que era um stress que eu tinha sofrido porque eu tava com uma depressão muito forte e tal...(...) aí eu conversei com o médico o médico falou assim “eu vou te encaminhar pra uma psicóloga, pra uma psiquiatra, e você vai ficar com ela”, daí eu fui, cheguei lá no outro hospital que eu fiquei com ela, ela virou pra mim, pelo pouco que ela conversou comigo ela falou assim “eu queria que você fosse ali no banheiro, fizesse pipi, num copinho”, porque lá toda pessoa que entra no hospital, enquanto tá fazendo a sua ficha ela vai mandar você ir ao banheiro e te dão um copinho, você dá os documentos, eles te dão um copinho, você entrega a urina pra ela e ela encaminha a urina pra análise, aí quando você já tá na sala com o médico o médico já tem tudo seu, o seu diagnóstico todo, entendeu, aí ela já tinha o meu diagnóstico já, levou pra ela, eu tava grávida*

*– a primeira vez que você foi no hospital eles não fizeram isso?*

*– Não fizeram, daí por isso que eu podia ter processado eles, porque quando eu sofri a convulsão eu estava grávida, quando eles fizeram o exame na medula, tiraram líquido da minha medula eu estava grávida, e eles não fizeram, aí eles passaram muito aperto comigo, muito aperto, mas também assim, acho que nem a Xuxa nos EUA teve um tratamento de hospital que nem eu tive, de tanto medo que eles tinham depois que eles descobriram que eles erraram e tudo, aí assim, o meu tratamento foi de*

*graça em tudo, porque lá tudo é muito caro, entendeu*  
(corretora)

Um rapaz (documentado) era dono de uma empresa de embelezamento automotivo e, certo dia, na casa de um cliente de sua empresa, ao pedir um pouco de água, foi-lhe indicada a mangueira do quintal para que se servisse. Entre não documentados os relatos de hostilidade e preconceito se repetem, por vezes ainda mais dramáticos. Porém, muitos casos relatam histórias de poucas dificuldades e até mesmo boas relações com os estrangeiros e, novamente, indistintamente quanto à posse ou não de documentação.

Uma senhora muito festeira que conheci vive hoje nos EUA (estava em Governador Valadares visitando familiares, como faz duas vezes por ano) e possui o “*green card*”. Ela entrou no país atravessando “clandestinamente” a fronteira pelo México e durante anos teve uma vida muito difícil, não em suas relações com os estado-unidenses (talvez pelo fato de ter uma beleza de padrões europeus), mas em seu cotidiano de desconfiança e medo da deportação, que a fazia esconder-se nos fundos de sua casa a cada vez que a campainha tocava. Após certo tempo ela conseguiu abrir uma agência de limpeza que emprega apenas brasileiros (ela sempre trabalhou como faxineira para agências de brasileiros, empresas de brasileiros geralmente contratam apenas brasileiros) e conseguiu seu “*green card*”. Ela tem dois filhos nascidos lá (meio pelo qual conseguiu seu “*green card*”) e um deles está progredindo na carreira de modelo fotográfico. Ela o acompanha em suas viagens e diz que jamais teve problemas com “americanos”, que sempre lhe trataram com gentileza e atenção, mesmo quando ainda era uma faxineira “imigrante ilegal”. Hoje ela se considera rica, sua agência de faxineiras é próspera e ela viaja por todo o país como empresária do filho. Outras pessoas também afirmam que jamais tiveram problemas sérios por serem imigrantes não documentados, e a explicação que amplamente foi apresentada para justificar estas considerações resgata principalmente o empenho no trabalho. Muitos emigrantes que relataram jamais ter tido problemas por serem imigrantes não documentados não aprenderam a falar o idioma inglês e seus contatos com os “americanos” eram muito superficiais (mesmo os patrões, que muitas vezes consideram bondosos mesmo que pouco lhes tenham dirigido a palavra), pois é muito comum que os imigrantes valadarenses convivam com brasileiros e frequentem ambientes onde todos falam português, como na igreja, nos estabelecimentos brasileiros (como churrascarias e mercearias voltadas especificamente para o público brasileiro) e em suas principais atividades sociais.

Muitas pessoas relataram não terem tido nenhum tipo de constrangimento em sua vida cotidiana por serem imigrantes não documentados (além de eventuais prisões e deportações, o que é muito interessante, pois mesmo tendo sido presos e deportados algumas pessoas ainda dizem terem

sido bem tratadas por “americanos”; “bons tratos” são categoria subjetiva e o que é considerado “bom trato” para um pode ser considerado “mal trato” para outros, sem dúvidas, alguns se ressentem quando oferecem a mangueira do quintal como fonte de água para matar a sede, mas outros podem julgar a situação como algo “normal”). Porém, podemos também considerar que estes relatos demonstram uma necessidade de se mostrar bem sucedido, pois na cidade é raro que as pessoas relatem dificuldades para colegas e vizinhos, já que isso demonstraria certa fragilidade e insucesso no projeto migratório. Em algumas situações meus colegas pediram para que eu não comentasse com seus vizinhos as dificuldades que eles me relataram, outros disseram estar falando sobre isso pela primeira vez, pois afirmam que, se falam das dificuldades que viveram, especialmente as econômicas, seus vizinhos dizem que eles é que foram os responsáveis pela dificuldade, pois dizem que quem é trabalhador, em oposição aos “vagabundos”, não passam por dificuldades pois os EUA ainda são vistos como a terra das oportunidades, o que parece ser diferente para Portugal, por exemplo, que é visto como um país de pessoas brutas, ignorantes, estúpidas e hostis, para o qual é esperado que o emigrado passe por dificuldades. Muitas pessoas, mesmo tendo vivido dificuldades no exterior, diminuem estas dificuldades e podem mesmo considerar que tais dificuldades foram menores do que os benefícios alcançados, e relatam histórias de alto padrão de consumo e bem estar, símbolos de sucesso do projeto migratório, além de admiração por diversos aspectos da sociedade receptora.

*– eu cheguei no supermercado, o supermercado lotado, peguei as coisas que eu vi na promoção tal, e tava lá na fila, aí eu vi um item que o cara passou pra mim, passou lá no caixa, muito mais caro do que tava na promoção, porque as coisas quando tão em off lá é muito barato entendeu, é caro e é barato demais quando tá na promoção, aí eu fui, menina, foi assim, eu tentei falar com ele, mais ou menos, do jeito que qualquer um tava entendendo, qualquer um entenderia, falei com ele que tava na promoção e que ele tinha batido fora da promoção, que eu creio que era o preço que não era da promoção. Menina, esse cara começou a me xingar, a falar “porra desses imigrantes que vem pra cá, que não sabem conversar, que não sabem falar inglês, vem pra nossa terra...” e foi xingando, foi xingando, e eu fui*

*ficando com um medo, Thaisa, sabe assim, medo não, assim, pavor; todo mundo te olhando... falei “puta que pariu, o que é que eu tô arrumando aqui?!”, larguei tudo e fui direto pro carro, deixei tudo lá, tremia mais do que tudo, não conseguia nem sair do estacionamento, fiquei lá agarrada no estacionamento, aí liguei pro (ex-marido) e falei assim “ó, você vem me buscar aqui porque eu não tô conseguindo nem sair do lugar”, tremendo, tremendo, aí ele foi lá e me buscou, nunca mais eu consegui dentro dos EUA, vivi lá 4 anos, sair sozinha, ter minha vida própria, e... é um lugar que eu amei, olha só, eu creio que se eu não tivesse passado por isso eu tava lá até hoje, eu gostei de lá, apesar de qualquer coisa que acontece, mais ruim do que boa, eu acho que é um lugar bom de se viver né, não é ruim não.*

– *Porque que é bom?*

– *Primeiro porque você tem uma vida bacana, sabe, você trabalha muito mas você ganha muito, se você trabalhar pouco, você ganha pouco, se você não trabalhar nada você não ganha nada e não vive, porque lá é assim, não é igual aqui que você tem um salário aí tem pessoas que trabalham muito e ganham só um salário entendeu, agora tem pessoas que trabalham lá que ganham pelo tanto certo, entendeu, não é igual aqui, que você fala assim “puta merda, que absurdo um ministro ter esse salário”, “puta merda um advogado ganhar mais do que um juiz”, você tá entendendo, é umas coisas assim. Igual, lá eu trabalhava na área de faxina, eu limpava seis casas por dia, bastante, eu e mais uma, então eu entrava na primeira casa seis e meia da manhã, não tinha americano nenhum dentro de casa, não tinha ninguém, filhos... então lá o povo, a cultura deles é bem diferente da nossa, entendeu, aqui você vê esses pobres tudo dentro de casa, lá não, lá eu limpava casa de americano pobre que já tava*

*na rua há muito tempo, entendeu, trabalhando sei lá de quê... não é igual aqui. Então eu gosto dessa cultura do povo deles sabe, trabalhar, viver, ter o ganho do seu trabalho, entendeu.*

(corretora)

Podemos também interpretar que esta diminuição das dificuldades não tenha apenas relação com cálculos de ganhos e benefícios, mas ocorram porque não se espera ser bem tratado neste estado liminar-sacrificial que permeia a experiência migratória.

De qualquer modo, todo espaço público é reivindicado e contestado, e a visibilidade dos imigrantes tem diversas consequências. Tensões emergem a todo momento no cotidiano, na forma de práticas e discursos de discriminação. São frequentes os relatos de maus tratos psicológicos e comentários pejorativos em espaços públicos, e em toda parte a presença de imigrantes começou a ser associada a todo tipo de pequenos crimes, furtos, tráfico de drogas e degeneração. Em geral, o contato entre migrantes e nativos resume-se à relação patronal, sendo vivido através de relacionamentos instáveis e frágeis, marcados pela desconfiança.

## 6. COTIDIANO VALADARENSE

Governador Valadares é uma cidade que possui uma vida cotidiana bastante inusitada, onde podemos observar bares e alguns restaurantes abertos e frequentados no meio da manhã, que constituem ponto de encontro de amigos e importantes centros de sociabilidade, tanto no centro quanto nos bairros. Da mesma maneira, tanto no centro quanto nos bairros existe um comércio forte. O comércio é visivelmente intenso, a ponto de os valadarenses o considerarem a principal atividade econômica da região, e nos bairros pude observar e acompanhar diversos estabelecimentos (como restaurantes, lanchonetes, lojas de roupas e variedades) com caráter marcadamente familiar, muitas vezes informais, onde somos atendidos por crianças (via sempre crianças, algumas com apenas 6 ou 7 anos, “cuidando” do comércio de seus pais, o que juridicamente poderia ser considerado “ilegal”, mas é totalmente legítimo entre os envolvidos). É relevante que grande parte dos emigrantes de Governador Valadares investem seus recursos em estabelecimentos comerciais (a socióloga Sueli Siqueira dedica enorme parte de sua obra estudando a ligação entre o comércio, o empreendedorismo e a emigração), e lá vi por toda parte pequenas lojas construídas em frente às residências familiares, onde mulheres e crianças tratam do atendimento aos clientes. O forte comércio da região movimenta também uma ampla atividade “clandestina” de transporte de produtos trazidos do exterior, além das “excursões” de “sacoleiras” da cidade até a região do Brás, em São Paulo, onde ocorre o abastecimento de produtos para as pequenas lojas valadarenses. Todas as semanas de duas a três turmas são formadas e um ônibus realiza as viagens a São Paulo. O comércio local ainda tem outras características muito interessantes que se relacionam com as “redes de tráfico” de emigrantes.

Três entrevistados e um grupo de amigos me chamaram a atenção em momentos diferentes para as diversas lojinhas, tipo brechós, mas que vendem também produtos de perfumaria, brinquedos, etc., que existem em alguns bairros (como Santa Rita e Vila dos Montes, que eu visitava com maior frequência), afirmando que ali vendiam-se produtos com histórias relacionadas à “máfia da emigração”. As roupas e outros acessórios que estes brechós vendiam vinham do México e pertenciam a emigrantes da cidade. Uma pessoa me disse ter encontrado certa vez os pertences de sua filha emigrada em um dos brechós do bairro onde mora. Alguns agenciadores orientavam seus clientes para que levassem na bagagem artigos de qualidade, para que se passassem por turistas abastados nos aeroportos. Chegando ao México, os emigrantes eram direcionados para

alguma hospedagem e tinham todos os pertences tomados pelos aliciadores, pois dali sairiam a qualquer momento para cruzar a fronteira pelo deserto e não poderiam levar nada além de alimentos e água. As bagagens dos emigrantes eram então trazidas de volta para Governador Valadares e acabavam parando nas lojas que, segundo relatos, pertenciam a familiares dos agenciadores.

– *eles também fazem isso, toda a bagagem da gente que fica lá no México, que na hora que você vai pegar a trilha eles só dão uma roupa de frio, tênis, se você não tiver levado, e as famílias dessas pessoas [“cônsuls”] geralmente a maioria mora aqui em Valadares, daí eles de vez em quando vem aqui trazem, ou então mandam por contêiner aquele monte de mala, aí chega aqui a família abre, tem muita coisa boa, tem muito perfume caro, tem isso, tem aquilo, aí hoje existem ótimos brechós aqui em Valadares só com roupas de pessoas igual a mim e milhares de valadarenses. E antigamente esse tipo de comércio aqui em Valadares nunca existiu, brechó, e hoje em qualquer bairro que você vai tem, todo bairro tem um, no centro da cidade você encontra os melhores, porque vem direto já da América, que pega lá dos americanos, dos porto-riquenhos, agora nós, os brasileiros que paramos no México, as nossas bagagens volta tudo pra cá de novo (...) aí eles vem depois e trazem pros familiares deles venderem, aqui tem muito brechó agora, roupa com etiqueta, perfume...*

– *só grifes caras, de perfume, de creme, então se a pessoa for abrir sua mala lá no aeroporto se alguém for abrir sua mala tem uma coisinha mais ou menos né, eles levam com essa intenção*

– *e tem gente que vai, tem gente que compra, até conheci pessoas que falaram assim “tô indo embora” aí a pessoa compra uma malinha, umas roupinhas novas, pra levar né, achando que vai passar com aquilo lá*

– *e compra grife, porque eu vou falar, eu comprei o*

*que eu não podia, porque eles pedem que você vá bem vestido, aí quando chega em São Paulo lá você compra mais, você compra um blazer, você compra um sapato social, por causa do frio, e tem muitos que levam muitas joias, aí na hora que vai passar lá o cara da casa diz “ó, nós vamos sair cinco horas da manhã, mas aqui ó, você não precisa desse terno, você não precisa disso...”, aí você fala assim “como é que eu faço?”, “deixa aí que eu vou entregar pra sua família, me dá o endereço”. Nunca chega na casa da família*  
(casal)

É perceptível que na cidade surgiram diversos ramos de atividades comerciais relacionados à emigração, e que as “máfias da emigração” dependem da utilizam de atividades “legais” para seu funcionamento. Várias lojas são consideradas estabelecimentos de fachada por quase todos com quem conversei sobre o assunto. Dizem na cidade que um dos meios que muitos emigrantes utilizam para pagar a viagem ou as dívidas da viagem é dar um carro ou motocicleta como parte do pagamento. De um modo geral os aliciadores exigem algum bem como garantia de que a dívida será paga, geralmente automóveis e mesmo residências, e caso o emigrado não consiga pagar a dívida no tempo estipulado estes bens são tomados de sua família.

- *você tem que deixar alguma coisa, um bem, uma casa, um carro, alienado no nome deles, da empresa deles, ou do banco...*
  - *então eles usam o nome de uma empresa*
  - *olha, tem uns que usam nome de empresa fantasma, que existe e que não existe...*
- (advogado)

Quando os bens fazem parte do pagamento, teoricamente, a entrega do bem é feita apenas após a chegada do emigrante em seu destino, mas esforços são feitos por parte dos aliciadores para que se entregue o bem tão logo quanto possível.

– *parece que assim, é um sonho que é impossível de se realizar sabe, pra algumas pessoas, pra gente, pra aquela pessoa de baixa renda, é impossível. Então quando a pessoa chega aqui e te oferece né, “ó, você vai?” “ó, vamos comigo que tanto você me paga aqui, você dá seu carro...”, “você deixa seu carro que eu pego depois que você estiver lá”, o carro eles buscam antes, não é nada de depois que você tá lá não, é mentira*  
(comerciante)

– *Dessa ultima vez agora foi deixado minha moto, que tava avaliada em 5 mil reais, eu comprei minha própria passagem de ida e volta, deu 2500 dólares, o total deu 18 mil reais, da ultima vez, que o dólar tava baixo. Da primeira vez, igual eu te falei, foi 18000 cruzeiros, que era muito dinheiro, e depois eu gastei mais 20 mil, 15 mil, 20 mil, 20 mil, 15 mil, e dessa ultima agora 18 mil reais [foram sete tentativas frustradas], só que a moto eu não entreguei não, a moto ficou aqui com ela e nós fizemos um código, que quando eu estivesse lá dentro eu iria ligar e passar esse código pra ela, então só eu e ela que saberíamos desse código, mesmo assim eles te obrigam a ligar e falar, como ligaram pra ela falando que eu já estava nos EUA, só que ela não recebeu o código, então ela não entregou a moto, porque senão nós teríamos ficado sem a moto também. (...) Eles falam pra você ligar pra família “fala lá que você já tá quase chegando” “não, não vou falar, você não me passou ainda”, e geralmente as pessoas combinam isso, com a mãe, com o irmão, com o pai, com a pessoa que mora junto, e eu combinei com a (companheira), que só se eu falasse tal palavra que seria eu mesmo que estava no telefone. E tentaram, uma mulher tentou ligar e falar que eu estava la na casa do meu irmão e tal, porque eu tenho um irmão que mora lá 20 anos, mas*

*ele é naturalizado, minha sobrinha nasceu lá, minha cunhada é de lá, mas eu nunca consegui.*

(cozinheira)

Com todos os automóveis que a “máfia da emigração” recebeu dos emigrantes foram montadas diversas lojas de veículos que, dizem os valadarenses (e eu mesma pude perceber durante a etnografia), passam meses sem nada vender, apenas modificam a disposição dos carros no espaço da loja.

– *Tem uma agencia de uns caras ali, já tem seis anos que eu moro no mesmo lugar, e já faz cinco anos que tem agencia lá e os carros são os mesmos, sabe o que eles fazem, eles ficam trocando os carros de lugar; então os que estavam na frente eles colocam atrás, aí um dia eu fui ver um carro, fui perguntar só pra ver, mas você tem que ver a vontade com que eles me atenderam...*

(estudante M)

– *aqui 90% das lojas que vendia carros que alugava carro, tudo era pra lavagem de dinheiro, porque era o carro né, que eles pegavam do pessoal que não conseguia pagar e vendia.*

(funcionário)

Outros estabelecimentos que meus colegas dizem ter sido abertos para funcionar como fachada para branqueamento do dinheiro oriundo do “tráfico de emigrantes” são restaurantes, postos de combustível, lojas de material para construção, bares e casas noturnas. Muitos destes estabelecimentos são também investimentos da “indústria da migração” e eventualmente um lugar que surge como meio de “lavagem de dinheiro” pode ter sucesso comercial.

– *Alguns [“cônsuls”] tinham, assim, é dono de casa de tecido ou confecção, coisa mínima, não é grande coisa... tem às vezes uma casa de show, de seresta, uma academia, a maioria aqui tem academia, as melhores academias de*

*Valadares inclusive é de um deles, o outro sobrevive de uma mecânica de caminhões pesados... mas eles não vão lá no trabalho, lá trabalham outras pessoas, ali no que eles trabalham eles usam pra lavar dinheiro, entendeu, pra lavar o dinheiro... A maioria também que eu conheci lá no México, muito brasileiros que tem propriedades lá, tem restaurante, tem hotéis, tem pensão, já tem os hotelzinho que na hora de chegar já recebem a gente, e pertinho do aeroporto.*

(enfermeira)

É claro que nem todos os estabelecimentos destes tipos são posse de uma “rede de tráfico”, mas certamente todos se beneficiam da emigração, que os próprios valadarenses afirmam sustentar a economia da cidade. Ouvi inúmeras vezes que por certo tempo algumas lojas da cidade anunciavam seus produtos em dólares, e até mesmo os aluguéis, as mensalidades de faculdade, as propriedades rurais, os terrenos de loteamentos, o material para a construção, os móveis, os eletrodomésticos e os carros (bens que fazem parte dos planos da maioria das famílias da cidade) eram oferecidos, negociados e comprados pela moeda estado-unidense, e não é à toa que a cidade é conhecida como “Valadólares”.

*– imóveis aqui, o valor deles tá girando de acordo com a estabilidade da moeda, do dólar. (...) Até algum tempo atrás aqui as compras eram feitas em dólar, os contratos eram feitos em dólar (...) eu quando trabalhei com contratos imobiliários eu já cheguei a fazer bastante contratos em que a pessoa fazia em dólar ou a compra era feita por um procurador de alguém que estava no exterior, isso acontecia muito, era comum.*

(advogado)

Fica claro que a emigração movimentava toda uma economia, formal e informal, “legal” e “ilegal”, em toda a região (e, obviamente, também nos locais onde os emigrantes se encontram). Não são apenas os mercados negros de documentos falsos que muitos valadarenses utilizam para emigrar ou os produtos contrabandeados dos EUA e Europa (ou as pedras preciosas da região que

entram em território estrangeiro através das mesmas “redes de tráfico” dos emigrantes), são desde os bens mais básicos, como roupas e alimentos, até os mais supérfluos (que na verdade funcionam como símbolos de riqueza). E assim como a economia, muitas outras coisas na cidade são influenciadas, ou mesmo determinadas, pelas dídivas que os processos das experiências migratórias de seus habitantes desenrolam.

A circulação de produtos estrangeiros que acompanha a circulação dos emigrantes leva para a cidade diversos produtos que não chegariam a este mercado por outros meios. É comum ver nos bairros da cidade uma grande quantidade de bens que foram enviados ou trazidos por emigrantes, e os produtos prediletos são os eletrônicos e vestuário com logomarcas famosas estampadas. O preço destes produtos no mercado formal os torna praticamente inacessíveis para a maior parte da população, mas existe um mercado informal que, sem se deter por embargos, controles aduaneiros e interditos, e sem o ônus das altas taxas e impostos de importação, leva os produtos até para as camadas mais pobres da população de Governador Valadares. A circulação de pessoas e mercadorias que é articulada pelas redes de tráfico transnacionais depende de uma trama relacional que ocorre nas fronteiras do “legal” e do “ilegal”. Estas circulações dependem intimamente dos contatos e da competência dos agentes de uma rede que lida cotidianamente com o suborno nas alfândegas, corrupção de fiscais e policiais, trocas de influência, documentos falsos, compra de proteção, etc.

Muitas pessoas relataram que é necessário que os emigrantes levem uma determinada quantia em dinheiro para que sejam pagas as propinas às forças destinadas a combatê-los, que são requisitadas inúmeras vezes durante o trajeto. Quando os emigrantes não dispõem dessa quantia os próprios agenciadores da “indústria da migração” a fornecem, podendo inclusive financiar integralmente todas as despesas dos emigrantes, mas a altos juros, que criam uma dívida que interfere diretamente na vida familiar e no trabalho dos emigrados. Durante os primeiros anos a prioridade é o pagamento destas dívidas, que fazem com que a família viva sob constante pressão para que sejam realizados os menores gastos possíveis. Quando a dívida não é paga ocorre a tomada de bens e, em alguns casos, danos físicos e morais, ameaças e mesmo assassinatos, mas estes casos extremos não são frequentes, pois geralmente a dívida é paga regularmente. Aparentemente, represálias mais duras surgem apenas quando existe a denúncia de agenciadores. Uma pessoa que foi deportada relata:

– *ele [delegado] quer saber “quem que te levou, placa do carro, qual é a marca do carro que eles tem em Valadares?”, “não sei...”, “quanto te cobrou?”, “não,*

*não me cobrou, só ia pagar depois que eu chegasse lá”, mas eles ficam querendo pegar a pessoa, só que se a gente falar é pior, porque tem duas amigas minhas que são de Catas Altas, perto de Ouro Preto, que morreram porque entregaram os dois coiotes. Quando ele marcou com ela “vem aqui que eu vou te devolver o dinheiro”, aí quando elas chegaram na porta só deu os disparos. Morreram as duas meninas. E a família sabe disso, sabe que foram eles que mataram mas... não faz nada. Aí eu larguei pra lá, todo o dinheiro que eu perdi eu não ia atrás, porque é perigoso depois você cobrar esse pessoal. Aqui em Valadares o que mais tem são pessoas, coiotes, que aparecem mortos, igual apareceu ali no pico da Ibituruna um, que ninguém sabe quem foi, na avenida JK outro, outros tão foragidos, outros tão presos lá na penitenciária, mas daí a pouco eles saem e começam a fazer tudo de novo. Aqui no bairro mesmo tem uma porção que faz. É muito arriscado, é muito humilhante, não vale a pena.*

(cozinheira)

Outras atitudes intimidadoras surgem quando os emigrantes ou seus familiares procuram os aliciadores tentando recuperar o dinheiro do pagamento de uma tentativa que resultou frustrada.

– *Nossa vizinha ali, ela deu a casa como garantia pro rapaz levar a filha e o marido dela, na hora de ir o marido passou, a filha voltou, e eles vieram e levaram a casa dele. Mas a casa era garantia pros dois, correto. Ficou sem a casa. E a filha ficou aí, entendeu. E não adianta você ir atrás porque quando você os encontra você já leva um chumbo na cara e acabou, só acham seu corpo.*

(enfermeira)

Um relato, porém, mostra como podem ser violentos e traumáticos os confrontos com a

“indústria da migração” quando uma dívida não é paga. Uma senhora precisou fugir para diversas cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo pois era perseguida por agiotas que lhe ameaçavam de morte. Ela havia sido abandonada financeiramente pelo marido poucos meses após ele ter emigrado, pois ele dizia levar muitos “calotes” e nunca enviava remessas. Anos de fuga se passaram, seus filhos emigraram, ela descobriu que era judicialmente divorciada (o marido conseguiu o divórcio sem seu consentimento pelo tempo em que viviam distanciados). Ela se sentia abandonada por toda a família, que nunca lhe deu suporte emocional ou financeiro, diz que seus filhos não a procuram e que nenhum dos entes emigrados lhe envia remessas. E assim como ela, em Governador Valadares muitas mulheres vivem sozinhas, em condições precárias por diversos projetos migratórios mal sucedidos, tem suas casas, carros e qualquer bem de valor tomado como pagamento de dívidas e vivem constantemente medicadas por problemas psicológicos. Praticamente todas as esposas de emigrantes que conheci usavam algum tipo de medicação.

Os impactos da emigração de valadarenses se estendem desde problemas familiares e afetivos até a dinâmica econômica da cidade, a arquitetura das casas e várias outras peculiaridades.

– *Valadares é gerada em dólar, aqui tudo é em dólar. Se você vai comprar um carro é em dólar, se você vai comprar, principalmente eletrônicos, computadores, é tudo em dólar, se você reparar, o dólar hoje tá em baixa, tá num valor mais baixo, se visse aqui há uns dois anos atrás você ia ver que tava muito mais alto. Então a economia da cidade ela é gerada em comércio varejista, e em dólar também, essa é que é a economia da cidade. E não só em Valadares, mas na região toda de Valadares, é toda em dólar. É engraçado, você vai aqui numa cidade aqui de 10 mil habitantes, perto de Valadares, você vai comprar uma casa lá é 300 mil reais, 400 mil reais, 200 mil reais, é muito caro pra uma cidade de 10 mil habitantes. Por quê? Porque ela foi feita com o suor deles todo em dólar.*  
(advogado)

Diversos bairros tem características relacionadas à existência de grande numero de famílias transnacionais. Alguns bairros foram explicitamente construídos com moeda estrangeira, onde o próprio valor dos lotes era cobrado em dólares, bem como os materiais de construção (existem

diversos estudos que retratam o inflacionamento do mercado imobiliário e de construção civil em Governador Valadares). O que pude observar em grande parte dos bairros foi uma tendência a casas semi-terminadas e mesmo semi-construídas, e ao mesmo tempo distinções extremas como casas paupérrimas ao lado de construções suntuosas, que segundo o que pude analisar refletem diferentes histórias migratórias (mas que também é comum em outras partes do Brasil), além de construções vistosas em ruas sem calçamento. Me foi esclarecido que para a população residente nestes bairros (onde quase todas as casas foram construídas durante projetos migratórios) é bastante óbvio que estas distinções se dão por histórias de sucessos ou fracassos em projetos migratórios, o que reflete também juízos de valor e moralidades em relação ao trabalho do emigrado e comportamento familiar, pois entre os valadarenses que estudei existe uma noção coletiva que diz que quem trabalha “certinho” no exterior consegue enviar muito dinheiro para a família, que deve usá-lo para investimentos (na casa ou no comércio). Os casos de fracasso são frequentemente associados à falta de responsabilidade dos envolvidos, sejam emigrados que, ao encontrar amigos no exterior, “caem na farra” e não mandam dinheiro para a família, sejam familiares que recebem as remessas e antes de investir esbanjam o dinheiro que o ente envia a duras penas, sendo associada a este acontecimento a figura de um suposto amante, desconfiança sempre presente quando uma família se separa na emigração.

Durante o campo diversas vezes utilizei trajetos de ônibus tanto para chegar aos bairros que visitava quanto para fazer novos contatos. Certo dia puxei conversa no ônibus com o senhor que se sentou ao meu lado. Ele mora no bairro Santa Rita, fui à sua casa e conversei longamente com ele e seu filho. Seus três filhos foram emigrantes nos EUA, dois deles permanecem indeterminadamente, um retornou. Ele tem netos nascidos nos EUA que jamais conheceu. Toda a sua família trabalha com panificação, ele mesmo é padeiro, e todos os filhos são padeiros nas padarias dos tios, irmãos deste senhor que estão emigrados a décadas. Seu filho retornado teve duas investidas nos EUA, uma em 1989, quando passou um ano, e a segunda em 2002, quando passou 5 anos. Na última migração pagou 12 mil dólares para atravessar a deserta fronteira mexicana a pé, o que lhe arrancou a pele dos pés. Desde a primeira vez emprestou o dinheiro com um irmão, que já estava emigrado e lhe chamou para emigrar, o irmão não retornou. Como muitos, enviava dinheiro para sua esposa e filhos. Chegou a investir 80 mil dólares em imóveis na cidade de sua esposa e enviar mais de 100 mil dólares (quando um dólar valia quase 4 reais) para a esposa, que colocou todos os investimentos no nome dela e gastou todo o dinheiro que ele enviava, e quando ele retornou ela o abandonou, casando-se novamente com outro. (Esta situação é frequentemente narrada e parece ser algo corriqueiro, tornando-se já um estereótipo preconceituoso das “viúvas de marido vivo” de GV).

O pai é muito simples e simpático. Ele nasceu em GV e quando era criança a cidade ainda se

chamava Figueira do Rio Doce, pois havia uma enorme figueira na beira do rio, onde lembra-se que as tropas paravam para descansar e fazer negócios. Ele gostava de brincar perto desta árvore, que como todas as outras da região foram cortadas por madeiras. Este senhor diz que o bairro onde mora era uma mata virgem quando ele chegou para construir sua casa, mas que em pouco tempo as madeiras limpavam tudo, tirando toras de madeira de lei com espessura maior do que sua altura quando ele ficava em pé ao lado das gigantescas toras tombadas. As toras eram amarradas em bois que as transportavam, primeiro direto no chão. Por onde elas passavam já se formava um caminho. Depois vieram os carros de bois, que eram colocados em buracos no chão para as toras serem roladas por cima deles. O senhor padeiro me disse que até quando era já adulto a cidade era ainda muito pequena e em sua quase totalidade composta por roças, como a que morava, plantando café, outras criando gado, mas todas pequenas propriedades rurais. Segundo o que relata, a cidade só começou a crescer bem mais tarde, quando os dólares começaram a chegar. Ele se lembra de como era a vida na roça, com todas as dificuldades que seus pais passavam para criar 10 filhos homens, falou saudoso dos plantios e colheitas quando toda a família trabalhava e de sua mãe levando roupas para lavar na cisterna. Como ele disse, tudo mudou muito rápido.

Em toda a cidade podemos perceber uma desvalorização moral em relação ao consumo supérfluo dos emigrantes e seus familiares, pois ele equivaleria a uma desvalorização da própria família, pois não é legítimo ao ente emigrado “esbanjar” sozinho e no exterior o dinheiro que deveria ser endereçado para sua família se manter no Brasil (“ajudar” a família é frequentemente um dos motivos citados como elemento central e decisivo dos projetos migratórios) e nem a família deve “desperdiçar” o dinheiro que o emigrado envia.

– *A família nem sempre investe o dinheiro que o emigrado envia. A maioria literalmente torra o dinheiro todo que o cara manda, porque acha que ele vai ficar sempre lá mandando dinheiro, aí quando ele volta não tem nada. Aí o dinheiro acaba e a família acaba.*

(estudante C)

Mesmo assim, é esperado do emigrante e seus familiares que estes demonstrem materialmente o sucesso do projeto migratório, estabelecendo um padrão de consumo que indicaria uma ascensão social. Há um equilíbrio que deve ser mantido entre poupar e gastar, sendo ambas ações necessárias. As condenações surgem quando há gastos exagerados, desmedidos e desnecessários. Já entre muitos “cônsuls” (isso até meados dos anos 2000, pois hoje a maioria

precisa se manter discreta e não se revela) o consumo e a distribuição de riquezas acumuladas refletem não apenas símbolos de poder e *status* mas também a retribuição para a sociedade de parte das riquezas obtidas por meio dela e se tornou muito comum, especialmente a partir dos anos 90 até meados dos anos 2000, que os “cônsuls” realizassem grandes eventos redistributivos como festas, churrascos, etc.

Na cidade também visitei entidades de apoio a trabalhadores migrantes (como as já citadas ASPAEMIG e CIAAT) e ONG’s<sup>51</sup>, universidades, instituições públicas, associações de bairro e cooperativas populares onde pude discutir o tema, conhecer pessoas e ouvir diversos relatos importantes. Foram estabelecidas relações de confiança e amizade através de colaborações em festividades (entre o grupo com quem tive mais vivência, as reuniões festivas faziam parte do cotidiano), reuniões informais, participação em eventos sociais (como missas, festas de igrejas, quermesses, shows, eventos do governo da cidade, etc.) e em diversos eventos de grande visibilidade, como a exposição agropecuária, a festa à fantasia, a “expoleste” e outros grandes eventos que reúnem dezenas de milhares de pessoas de toda a região para a apreciação de apresentações artísticas e shows. Frequentemente era convidada para festas familiares, refeições e reuniões de amigos em bares e em suas residências, onde pude ter contato informal com meus colegas, travando relações de confiança e amizade onde pude observar o que dizem sobre si mesmos, desde a demasiada preocupação com a aparência (tanto homens quanto mulheres, mas de maneira mais acentuada as mulheres) até a dinâmica de seus relacionamentos amorosos e familiares.

Também tive contato com pessoas nascidas em Governador Valadares no início do século XX, que muito me instruíram acerca das transformações históricas que a cidade passou, relatando como viviam e como era a cidade em seus tempos de infância e juventude. Governador Valadares teve um crescimento acelerado, passando de um vilarejo de algumas centenas de habitantes no início do século XX à maior cidade do leste mineiro em poucas décadas, o que lhe confere um cosmopolitismo “caipira”, onde coexistem produtos de alta tecnologia e produtos “da roça”, onde o carroceiro que anda com seu jumento pelas ruas da cidade descansa vendo TV em seu “mp9”, como ocorre em diversos cantos deste país. Crianças também foram contatos importantes, em especial filhos de pais emigrados e crianças que nasceram em terras estrangeiras (no caso, nascidas nos EUA, Portugal e Itália). O contato com jovens permitiu compreender melhor como a emigração é para eles oferecida como uma oportunidade de vida, especialmente para crianças nascidas durante a emigração de seus pais, que tendo a nacionalidade estrangeira são consideradas pessoas afortunadas

---

<sup>51</sup>Uma ONG que visitei relata ter o objetivo de “dar uma identidade” para as pessoas da cidade (pois consideram que os valadarenses não tenham uma identidade local por conta da emigração) e realiza documentários resgatando a história da região por meio de relatos de idosos e pesquisadores.

pelo destino, pois podem emigrar quando queiram. Grande parte dos jovens valadarenses cresceu com algum ente emigrado e tratam com naturalidade a emigração como projeto de vida, muitas vezes sonhando em emigrar para se juntar aos pais.

Entre as diversas experiências que gostaria de apresentar (pois seria necessário um trabalho à parte para tratar com mais cuidado de questões tão importantes) vejo a necessidade de relatar alguns contatos que tive com políticos e jornalistas locais, que apresentaram-me o lado mais “formal” da importância das migrações na cidade. Também não poderia deixar de realizar considerações sobre a religiosidade marcante de algumas pessoas e lugares, um aspecto realmente interessante para ser abordado.

Durante o tempo que estive em Governador Valadares visitei algumas vezes a câmara municipal em eventos abertos (como reuniões da câmara e eventos cívicos) e entrevistei um vereador, indicado por muitos moradores do bairro Santa Rita, onde mora (bairro onde quase todas as residências possuem um ente emigrado) como o político ideal para falar sobre emigração na cidade. Conheci o vereador durante uma entrevista com um jornalista, então editor do jornal “The Immigrant” (que circula simultaneamente nos EUA e em Governador Valadares). Ele me recebeu com alguns exemplares do jornal. Quando o encontrei ele estava conversando com o vereador, que ao saber que iria entrevistar o jornalista ofereceu-se para uma entrevista.

O Jornal “The Immigrant” surgiu primeiramente nos Estados Unidos, voltado para o público valadarenses em especial, e é também publicado em Governador Valadares há anos. O jornalista que edita o jornal foi emigrante nos Estados Unidos, onde conheceu o jornal e envolveu-se com o projeto. Ele me ofereceu exemplares do jornal, que trata de assuntos diversos do cotidiano de comunidades de emigrantes e oferece propagandas de instituições de auxílio a imigrantes, escritórios de advogados que trabalham com causas de migrantes, propaganda de casas de câmbio, etc. O jornalista começou a falar da “estrutura” de tráfico de pessoas que se montou em Governador Valadares, disse que esta ficou tão grande e famosa que pessoas de todos os lugares iam para a cidade para emigrar para outro país, em especial as cidades próximas, mas mostrou desinteresse na questão e disse ser este um assunto para a polícia federal. Atualmente o jornalista é presidente de uma instituição fundada pelo vereador, a já citada ASPAEMIG.

Durante a entrevista com o vereador este parecia estar fazendo uma propaganda de sua instituição de apoio a famílias de emigrantes (ASPAEMIG), da qual falou por bastante tempo. Conversamos sobre a situação das famílias de emigrantes, comentamos sobre diversos casos destas famílias, inclusive sobre a experiência do próprio vereador, que durante anos trabalhou (como não documentado) nos EUA e ainda tem diversos irmãos e outros parentes emigrados. Tentei por alguns momentos falar sobre as “ilegalidades” relacionadas à emigração, mas ele não se mostrou disposto a

ponderar sobre o tema. O vereador disse que seu interesse (e o de sua instituição) é centrado somente nas famílias de emigrantes e no que pode ajudá-las, mas que não se envolve e não se preocupa com estas questões. Ele falou sobre o monumento ao emigrante e deu maiores informações sobre sua instituição, que procura auxiliar famílias de emigrantes em diversos assuntos, como traslado de corpos, documentação, aconselhamentos jurídicos nos EUA, orientações sobre o mercado imobiliário e investimentos em Governador Valadares, etc.

Senti a presença do vereador em diversos momentos. Seu rosto e seu nome estão estampados em cartazes e faixas que indicam obras e atividades do vereador, que foi também o presidente da câmara dos vereadores de Governador Valadares até o ano de 2008, quando houveram novas eleições. Muitas pessoas, em diversos bairros, nos falaram sobre sua influencia nos assuntos relacionados às migrações. Ele mora em um dos maiores bairros da cidade, onde o encontramos ocasionalmente durante visitas ao bairro. O vereador parece ter muito prestígio por lá, onde a maior parte das casas tem histórias de experiência migratória. A parte mais povoada do bairro fica distante do centro da cidade e ainda existem lotes à venda<sup>52</sup>. Verificamos a existência de uma grande diversidade de estilos de construções ao longo da área habitada; existem muitas casas vistosas na parte mais antiga do bairro, ocasionalmente ao lado de pequenos e pobres barracos, situação comum também em outros bairros. Outro lado do bairro é ocupado quase invariavelmente por edifícios em processo de construção, alguns parecem estar inacabados há muito tempo (percebi quase inalteradas em 2009 muitas das construções que havia visto em 2006). Diversos moradores relataram a existência de agenciadores da “indústria da emigração” em locais públicos do bairro e disseram ser fácil o contato com estes, que passam o dia em bares e praças locais à espera de “clientes”. O vereador tem o apoio (e a desconfiança) de muitas pessoas, é muito ativo e popular, estava no terceiro mandato como vereador, é fundador e ex-presidente da associação ASPAEMIG, que foi recebida com empolgação na região e já mantém laços com organizações nos EUA para atuação conjunta entre valadarenses.

Os jornais voltados para público de migrantes brasileiros nos EUA e a ASPAEMIG estabeleceram diversos vínculos e estão atuando conjuntamente na divulgação de atividades e serviços, a prefeitura de Valadares também organiza atos como passeatas simultâneas em Governador Valadares e nos EUA. Com os jornais, tudo o que ocorre em Governador Valadares (relacionado à emigração e eventos públicos) pode ser acompanhado por seus migrantes nos EUA e reciprocamente, assim como os projetos da prefeitura e da ASPAEMIG, que se beneficiam com a

---

<sup>52</sup> No bairro, que tem 40 anos de existência e se localiza no subúrbio da cidade, ainda existem lotes de 360m<sup>2</sup> a 420m<sup>2</sup> em seu lado leste, que recebe o nome fantasia de “Nova Santa Rita”, no valor de 40 a 50 mil reais à época da primeira inserção em campo, em 2006. A maioria dos compradores atuais prefere financiar o valor do imóvel, o que chega a dobrar o preço final.

exposição. Curiosamente, nenhuma destas pessoas se dispôs a conversar abertamente sobre qualquer assunto que pudesse indicar graves problemas relacionados à migração, falam apenas das coisas nas quais podem agir e qualquer assunto sobre investigações da policia federal ou “CPMI da emigração ilegal” na cidade logo tem seu fim. Atualmente, com a mudança do governo municipal, que era do PSDB (partido do vereador fundador da ASPAEMIG) e passou para a gestão do PT (partido da atual prefeita, que foi a criadora do CIAAT), a relação de influência das entidades começou a modificar-se. O CIAAT tem recebido mais auxílios, mas também tem mudado o foco de sua atuação, que era voltada a trabalhadores migrantes, para o auxílio a cooperativas populares por meio de sua encubadora, principal atividade realizada atualmente. O objetivo dos envolvidos no CIAAT é o desenvolvimento local, procurando criar meios de a cidade absorver a mão de obra local, buscando diminuir o contingente de emigrantes que sai da cidade. Em diversos relatos percebi a noção generalizada de que a cidade não oferece recursos para que se possa diminuir a emigração.

– *Há uma certa displicência por parte do governo, do estado e municipal, porque Valadares não tem uma indústria de base pra poder absorver as pessoas e não irem, pelo contrário, eles incentivam as pessoas a irem, por quê?, porque qual é, o que é que é o forte econômico de Valadares? Comércio. Então ou seja, não há interesse por base...*

(estudante M)

Outro relato descreve a falta de investimentos coletivos com o dinheiro da emigração, que poderiam melhorar as condições da cidade:

– *A diferença entre os emigrantes brasileiros e mexicanos, eles tem todo um sistema, né, os mexicanos, que formam cooperativas, então o dinheiro que eles arrecadam lá no exterior, eles canalizam isso pra área, pra região de onde eles vieram e isso é investido em forma de cooperativas, fomentando o desenvolvimento local, então a pessoa, quando ela volta ela tem um local onde ela possa se inserir no mercado. Aqui não, aqui rola muito individualismo, quer dizer, aqui como as pessoas não tem*

*essa execução de um investimento coletivo, o que é ganho no exterior acaba indo só pra família que muitas vezes não faz os investimentos, né, e até, em alguns lugares, algumas delas, acabam perdendo tudo o que tem porque não souberam gastar, né, então vai fazer compras no shopping, assim, como se pode dizer, na torração.*

(professora de história)

O CIAAT tem o financiamento e apoio da Western Union, entidade ligada ao Banco do Brasil utilizada para o envio de remessas de emigrantes para a cidade, que fomenta a formação de cooperativas populares nos bairros de Governador Valadares. Portanto, de certo modo, esta é uma tentativa de transferir uma parte do dinheiro da emigração para o desenvolvimento local, mas ao contrário do caso mexicano, esta transferência não é gestada pela população. Não parece existir, no imaginário valadarense, uma responsabilidade coletiva em relação ao desenvolvimento da cidade. Isso pode talvez ser explicado por uma lógica protestante característica da população valadarense.

Em Valadares percebi a existência de muitas igrejas e templos. Nos bairros praticamente todos frequentam algum culto religioso. Em praticamente todas as ruas da cidade existe uma igreja ou templo e grande parte da população é protestante<sup>53</sup>.

*– A primeira igreja aqui foi uma igreja protestante, e dizem que aqui é bem balanceado, aqui é 50/50 [percentual de católicos e protestantes] ou até mais da metade é protestante...*

(estudante O)

É notável a presença de variados “templos”, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que se associam a símbolos de internacionalidade, como bandeiras e nomes estadunidenses<sup>54</sup>, como a “River of Life Church”, que tem filiais em Governador Valadares e nos EUA (como ocorre com muitas outras igrejas, que realizam atividades simultâneas em Governador

---

<sup>53</sup> Na verdade é incorreto dizer que a maior parte da população é protestante (luteranos, metodistas, anabaptistas, etc), pois lá atuam diferentes vertentes do cristianismo que já não podem mais ser classificadas como protestantes, como evangélicas (denominações batistas, congregacionais, etc) e pentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Sara Nossa Terra, Renascer, etc.), mas estas vertentes descendem da tradição protestante. O termo é utilizado no sentido lato.

<sup>54</sup> As expressões da religiosidade protestante e “iurdiana” no contexto migratório é estudada por autores como Guilherme Mansur Dias (2006), Eric W. Kramer (2003) e Ana Cristina Braga Martes (2000).

Valadares e em suas filiais internacionais). A importância da igreja em alguns projetos migratórios foi lembrada por diversos entrevistados. Ainda em Governador Valadares diversas igrejas tem um dia de culto em apoio às pessoas que querem emigrar

– *tem uma menina, que eu trabalhava com ela antigamente, que lá na igreja dela, um igreja lá em frente ao teatro, tem um dia do mês que tem um culto pelas pessoas que estão buscando uma possibilidade na América.*

(Costureira)

– *ela ficou conversando, “ai meu sonho é ir pros EUA”, ela falando muito daqueles EUA (...) falou assim “ai é meu sonho, meu sonho”, aí eu falei “ô (amiga) com certeza esse seu sonho vai se realizar porque você pede muito pro senhor e o senhor vai te dar essa força”.*

(adolescente)

Alguns projetos migratórios incluem a Igreja como etapa, sendo em alguns casos o primeiro apoio em território estrangeiro, ou mesmo a “aliciadora” do migrante em alguns casos, embora muitos padres e pastores condenem a emigração realizada de maneira “ilegal”. Outros relatos apresentam a Igreja como a base da estabilidade emocional dos trabalhadores transmigrantes e das famílias transnacionais, e em alguns casos esta foi descrita como a operadora da “mudança de vida” de alguns migrantes que haviam sido “corrompidos” no outro país e a isso foi atribuída a reabilitação de relações conjugais. Como diz Almeida (1997) é fato que as igrejas pentecostais têm papel fundamental na integração social de inúmeros indivíduos que são “excluídos da sociedade”, sendo a pregação pentecostal é dirigida preferencialmente aos “excluídos”.

– *Até em questão religiosa o país [EUA] conseguiu mudar. Ele já é pastor de uma das igrejas lá, ela era católica aqui também e lá se converteu, tem uma vida muito saudável lá (...) Amigos eles criaram lá, tanto que essa questão de religião foi um fato que ajuda dessa*

*forma, ou seja, a igreja é que são os amigos deles lá, porque ou eles ficam na igreja ou eu casa mesmo, então a igreja possibilitou isso pra eles lá, a questão de amizade (policial)*

Entretanto, se a conversão significa a possibilidade de pertencimento a um grupo e, conseqüentemente, a criação de novos laços de sociabilidade, essa mesma conversão ao credo pentecostal implicará adoção de uma visão de mundo em que o acesso ao consumo, ao bem-estar social, à saúde, entre outras coisas, são direitos divinos oferecidos só àqueles que comungam na mesma fé. Não estão contemplados nos discursos religiosos do pentecostalismo (mais precisamente do neo-pentecostalismo) os direitos universalizados e estendidos a todos os homens. Não se percebe nessas igrejas a noção de direitos coletivos para além da porta de suas igrejas. O desemprego e a miséria não são resultados da estrutura social injusta e sim da ação do diabo (algo como um castigo pelo não seguimento da fé). A libertação desses males está condicionada ao pertencimento a esse grupo (Almeida, 1997; Mariano, 1999).

A filha de uma viúva está há alguns anos em Portugal. Ela tinha uma loja em GV e nunca havia trabalhado “pesado”. A mãe diz que a filha sempre teve quem fizesse seus trabalhos manuais (lavar, limpar, etc.), mas que tinha uma missão que Deus a designou, de levar “a Palavra” para outros povos e lugares. A filha nunca precisou sair do Brasil, mas que se esta era a missão que Deus havia lhe dado, ela precisaria realizá-la. A filha frequentou a igreja no Brasil (evangélica), mas a mãe diz que ela não aceitou sua missão, então Deus a castigou. Sua loja entrou em decadência, ela teve muitos prejuízos e contraiu muitas dívidas, então foi “forçada” a emigrar para tentar acertar sua vida. Em Portugal a filha encontrou diversas dificuldades. Inicialmente foi morar com uma amiga que cobrava abusivamente pela habitação<sup>55</sup>; teve dificuldades também para se adaptar ao tipo de trabalho que precisava realizar em um restaurante, lavando utensílios e louças. Mas a maior dificuldade que a filha encontrou refere-se ao marido português com quem a filha vive hoje. A mãe diz que o marido de sua filha é extremamente bruto e estúpido, não a deixa sair e controla todos os aspectos da vida de sua filha. Elas não podem comunicar-se durante muito tempo, ficam poucos minutos conversando ao telefone. Este português também não deixa a filha ter contato com outros brasileiros. Eles tiveram um filho recentemente, a mãe afirma que a filha tem vontade de visitar a família no Brasil, mas seu marido diz que se ela vier, o filho fica com ele. A mãe considera que a filha tem uma vida muito difícil em Portugal, mas diz que isso é culpa dela, pois mesmo já em

---

<sup>55</sup> Amiga que a mãe havia acolhido em sua casa em Governador Valadares “como uma filha”, sem nunca ter cobrado por nada, o que a deixa perplexa diante do fato de esta amiga ter abusado financeiramente de sua filha.

Portugal não aceitou a missão que Deus lhe incumbira, de pregar “a Palavra de Deus” por lá (onde, no início, teve ajuda da igreja que frequentava, mas não fez os trabalhos que deveria fazer dentro da igreja), e então ela teve seu castigo. A mãe diz que a filha nunca será feliz se não fizer a vontade de Deus, mas agora já está com mais desafios, pois o marido não a deixa sair, e a igreja que ela precisa frequentar fica em uma cidade muito distante da cidade em que foi morar com o marido.

O relato desta mãe é fortemente marcado pela religiosidade, sempre relacionando o insucesso do projeto migratório de sua filha como castigo divino referente a uma missão dada que não fora cumprida. Como ela, diversos outros relatos atribuem o insucesso no projeto migratório à falta de vínculo com a Igreja. Conforme a tradição cristã, as religiões citadas se empenham em realizar a ideia de missão: "ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura" (Marcos 16.15; Mateus 24.14, 28.19).

Segundo Eric Kramer (2003) podemos considerar que existam “religiões transnacionais” operando em Governador Valadares: “O termo religião transnacional denota um sistema religioso cuja organização transcende fronteiras de nação e cultura. O sistema funciona através de uma rede de comunidades locais que têm uma ideologia em comum e que são vinculadas a um centro único de administração. A Universal, assim como a Igreja Católica, certamente se enquadra dentro desta concepção. Ambas são organizações religiosas que estendem seus governos de almas além dos limites do Estado nacional, e podem ser um contraponto ao poder dele no contexto da modernidade. Existem outras definições de transnacionalismo religioso que enfocam a religião como um recurso ou foco de processos transnacionais em geral, como migração (Chafetz e Ebaugh, 2002; Martes, 2000; Menjívar, 2000; Vásquez, Marquardt e Gómez, 2001). Estudos recentes apontam para o papel importante, porém pouco investigado, da religião na formação e sustento dos vínculos e intercâmbios sociais, políticos, e econômicos entre migrantes e os seus países de origem, que se caracterizam como transnacionais” Kramer, 2003, pg. 73.

O autor estuda a Igreja Universal do Reino de Deus nos EUA e afirma que o crescimento da IURD por lá dependeu de processos transnacionais, como a migração, e diz ser evidente que a Igreja, no processo de evangelização, se aproveita das redes sociais de imigração e de parentesco. Porém, demonstra que “a IURD é uma denominação transnacional que se expande em vários países do mundo através de uma estrutura centralizada de autoridade institucional, cuja sede fica no Brasil. Esta qualidade organizacional permite que ela seja um agente transnacional mais do que uma igreja formada por processos transnacionais de fluxos migratórios. Em vez disso, ela cria espaço e imaginário de transformações de cunho individual que não dependem de campos sociais transnacionais entre imigrantes e suas comunidades de origem. Com esta estrutura, a IURD traduz e mantém o seu plano de cultos, discursos e rituais para uma comunidade hispânica diversa.”

Kramer, 2003, pg 81.

Considero que a lógica do sacrifício das religiões protestantes relaciona-se diretamente com uma lógica do trabalho que opera no contexto migratório de Governador Valadares. Os que valorizam o termo “emigrante” na cidade são os que se dedicam a acumular recursos, evitando gastos com lazer, por exemplo, e o sucesso financeiro é associado a um sucesso espiritual, já que as religiões protestantes defendem que o sucesso econômico é um sinal da aprovação e da bênção de Deus. Como foi demonstrado anteriormente, existem séries de exigências sociais em relação a emigrantes na cidade, e uma das mais expressivas é a de que os emigrados sacrifiquem-se, trabalhem intensamente e tenham o mínimo de gastos (de dinheiro e tempo) com lazer, sendo este comportamento frequentemente relacionado ao sucesso no projeto migratório. Percebemos a existência de um ideal de merecimento neste tipo de exigência, que podemos associar com a ideia de que “É impossível não haver retorno espiritual e financeiro para o ofertante quando sua oferta está de acordo com a vontade de Deus” (bispo Edir Macedo), se como “oferta” compreendermos não apenas o pagamento de dízimos e oferendas monetárias (que não deixam de operar como sacrifício ritual associado à lógica simbólica do dom, como demonstram Pedro Oro, 2001 e Drance Silva, 2000) mas também determinado “estilo de vida”, como o atribuído ao trabalhador migrante. Nesta perspectiva, este “estilo de vida” dos trabalhadores migrantes deixa de ser apenas uma estratégia e torna-se dádiva (não esbanjar dinheiro é, neste caso, um dom para Deus e para a família, assim como não pecar, e terá sua recompensa), assim como o dinheiro, que ao entrar no campo do sagrado, por meio de ritos deixa de ser apenas “moeda” para tornar-se um “dom”<sup>56</sup> (Silva, 2000).

Muitos relatos, tanto de migrantes retornados, famílias transnacionais e mesmo daqueles que nunca tiveram experiências migratórias na família nuclear demonstram que as pessoas de Governador Valadares frequentemente idealizam os EUA enquanto uma espécie de “terra prometida”, terra generosa onde a vida é próspera para quem trabalha, onde há esperanças de uma vida melhor.

– *isso daí também é alimentado pela própria imagem que os EUA exportam, essa imagem de que a América é um sonho tá posta no mundo inteiro.*  
(secretária)

---

<sup>56</sup> Talvez possamos estender esta análise de Silva da inserção do dinheiro na Igreja também às remessas que migrantes realizam para seus familiares, já que as remessas não seguem apenas a lógicas mercantis; elas operam como dádiva, assumindo a manutenção do laço familiar, uma vez que o fim das remessas correntemente significa a quebra da aliança.

Sair do país é um “sonho” pedido, planejado e esperado, e que quando alcançado parece ser o caminho para um futuro melhor. Muitas pessoas consideram ser a única maneira de “mudar de vida” e enriquecer. Podemos compreender os riscos que muitos permitem-se sofrer, como a travessia entre México e EUA pelo deserto, como uma espécie de provação. É dádiva pois se inicia a jornada em busca dela, jornada que talvez possa ser entendida como uma espécie de sacrifício ritual. Se não fosse não “valeria a pena” nem mesmo tentar, pois todos sabem dos riscos da travessia e das dificuldades de viver e trabalhar em outro país (como o risco de desconfiguração da família). Também são amplamente conhecidas as dificuldades e humilhações que os imigrantes, especialmente os não documentados, sofrem em solo estrangeiro. Mesmo assim, as dificuldades são minimizadas ou escondidas.

– *com essa ideia de que aqui “ah, vem porque aqui é tudo muito bom, é tudo muito fácil” e “mostra o currículo lá”, daí todo mundo vai pra lá, acreditando que vai, que vai conseguir e tudo mais, por quê, porque o que os próprios brasileiros trazem de lá dizendo que é tudo muito bom, igual tem as dançarinas, as goo goo girl, chegam aqui, chegam lindas, com roupas caras, mas não falam de lá a humilhação que passam, quando chegam aqui, porque eles próprios enganam de certa forma as pessoas daqui*

– *elas precisam mentir*

– *justamente, por quê, por medo elas precisam mentir...*

– *as mulheres praticamente babysiter, faxineiras, arrumadeiras, e os homens na construção civil, ganhando semanalmente em torno de 125 a 500 dólares semanais, muito pouco, as mais bem remuneradas são as goo goo girls, que sofrem preconceito tanto pelos imigrantes que ficam lá como pela população daqui*

– *a pessoa que tá lá, ela não vai te dizer que ela sofre*  
(conversa entre um grupo de jovens mulheres)

– *Ele se manifestava da seguinte forma de dizer: “os produtos americanos são ótimos”, ou tipo assim “a limpeza de americano é fácil”, só que aí pra que, pra tentar esconder a vergonha que ele tava sentindo. Aí com um tempo de conversa é que a pessoa vai se abrindo e dizendo a verdade do que realmente acontece lá, mas mesmo passando por isso tudo ela ainda acha, todos eles acham, que compensou ter vivido aquilo, devido ao ganho, primeiro que é em dólar, o tempo de trabalho lá é bem menor do que se você trabalhasse aqui pra você conseguir uma casa, então de certa forma mesmo passando por isso tudo compensa ainda por que, porque eu quero comprar uma casa, eu quero um carro, eu quero um status na cidade natal de onde eu saí.*

(estudante L)

Ocorrem inclusive processos de adoecimento quando este sonho lhes é negado. Muitas pessoas entraram em depressão quando seus sonhos de emigrar para os EUA não dão certo. Também muitos tem crises psicológicas quando são deportados ou não conseguem passar muito tempo nos EUA. Um jovem sonhava em trabalhar nos EUA e tentou emigrar pela travessia do deserto, mas foi pego pela polícia de fronteira e durante muito tempo teve depressão por conta disso, não tanto por possíveis maus tratos por parte da polícia (que relatou ser muito respeitosa), mas principalmente por não ter sido bem sucedido onde tantas pessoas que conhece o são, mesmo hoje em dia ele não gosta de tocar no assunto de sua tentativa frustrada e não fala mais em emigrar. Uma cabeleireira também passou muitos anos “obcecada” com a ideia de migrar, mas jamais conseguiu sair do país. Ela teve crises depressivas e se medicava cotidianamente.

Um aposentado também já esteve muito mal quando, há alguns anos, conheceu uma moça por quem se apaixonou e o fez ter vontade de ir para os EUA, ela foi primeiro, via aliciadores, com recursos dele (o senhor possuía alguns bens na cidade, e ao todo deu para a parceira cerca de R\$35.000,00), para se estabelecer no local antes de ele ir, mas ela tinha outros planos e quando ele se deu conta ela havia levado outro homem em seu lugar. Ele ficou, adoeceu, mas ainda assim acredita que foi bom ter dado a oportunidade para outras pessoas poderem tentar uma vida melhor nos EUA. Um rapaz pensava que só nos EUA sua vida seria completa, deu o dinheiro que havia juntado a uma pessoa que “arranjaria” a viagem (via México e agenciadores), mas esta pessoa o

roubou e ele passou dois anos com depressão e graças a sua irmã encontrou a pessoa que o roubou e conseguiu ter seu dinheiro de volta (sem juros ou correção monetária, como sua mãe fez questão de frisar), ele emigrou pelo deserto com sua atual esposa, chegou a ser deportado mas três dias depois tentou novamente e conseguiu (à mãe ele disse que o fato mais chocante da experiência ocorreu quando ele ajudou uma senhora grávida que seria deixada para trás pois não conseguia seguir o ritmo de caminhada). Uma senhora disse uma frase interessante quando falava o motivo pelo qual o filho, que está há 3 anos nos EUA e ainda não conseguiu recuperar o dinheiro gasto para emigrar, não retorna: “Meu filho não quer ser perdedor, diz que será perdedor se voltar agora”.

Entre os que são bem sucedidos na entrada em outro país, mesmo quando já não estão mais “encantados” (“encanto” é categoria nativa que associam tanto aos que desejam emigrar quanto aos primeiros meses no novo país) e reclamam do trabalho e do tratamento conferido aos imigrantes, ainda existe certo sentimento de gratidão em relação aos EUA ou Europa se o trabalho recompensa (ou, como em muitos casos estudados, se os filhos podem usufruir da vida por “lá”). Parece-me que em muitos casos trabalho árduo e vida difícil é aquilo que se tem de “pagar” pelo simples fato de ter conseguido sair do Brasil. Migrar também parece ser um devir para todo valadarense (ou para toda família valadarense), “emigrar” já me foi descrito como uma parte da vida, quando se faz a transição entre um valadarense incompleto para um valadarense completo. Há também outras visões, como a que entende “emigrar” como uma possibilidade para aqueles que estão em dificuldades, algo que está no limiar entre algo bom e algo ruim. Uma pequeníssima porção de entrevistados disse que emigrar é ruim, mas muitos afirmam ser uma ilusão. Estes juízos dependem muito das particularidades de cada história de vida, mas percebemos que entre aqueles que não migraram a possibilidade de o fazer é tentadora, e maiores são os “encantamentos” com a ideia.

Existem também diversos preconceitos contra os migrantes valadarenses dentro da cidade. As elites locais cultivam uma visão estereotipada dos migrantes e das pessoas que enriqueceram com a emigração. São ruralistas, famílias tradicionais, intelectuais e diversas camadas ricas da sociedade valadarense que cultivam a ideia de que os emigrantes são ignorantes, pessoas que não tem formação, pobres, desqualificados e por vezes vagabundos, pois lá trabalham duro mas cá não saem de casa para trabalhar como empregados, pessoas que abandonam seus filhos, que medem seu valor pelo valor que ostentam. Uma jovem herdeira da cidade, que cursou letras na universidade local, disse-me certa vez que foi para os EUA, mas não como “emigrante”. Ela passou 6 meses nos EUA fazendo um curso de inglês e disse que conseguiu visto e achou muito fácil, considerando que apenas os pobres emigrantes é que são obviamente recusados, e que ela não teve nenhum problema para conseguir seu visto mesmo sendo valadarense nativa, e afirma conclusivamente que não foi uma emigrante. Na mídia impressa e em outros meios de comunicação, como histórias em

quadrinhos, documentários, trabalhos acadêmicos e pesquisas sociais, entre outros, existem representações da ideia de “emigrante valadarense” pelo olhar dessa elite, que considera a emigração o principal problema econômico e social de Governador Valadares.



Fonte: “Um presente especial”, CIAAT, 2008, que é distribuída gratuitamente na rede pública de ensino de Governador Valadares, onde os alunos discutem as questões apresentadas pela história



Fonte: “Capitão Dólar”, Diário do Rio Doce, 13 de julho de 1990

Diversos intelectuais valadarenses também se preocupam principalmente com aspectos econômicos da migração, como investimentos feitos em moeda estrangeira, remessas, mercado imobiliário, dolarização do comércio, etc. Buscando um discurso para satisfazer as elites locais das quais fazem parte. E organizações da sociedade civil e do estado assumem que não há entre os valadarenses aquilo que eles chamam de “identidade”, e produzem pesquisas, documentários, revistas e outras obras destinadas a corroborar esta ideia e “dar uma identidade para o povo”, que por conta da migração ficou estrangeirizado. Eles não concebem a ideia de que a identidade de seu povo é justamente ser migrante. Algumas dessas organizações buscam criar alternativas, como cooperativas, para as pessoas que optaram por não emigrar. Isso envolve bancos, governo, associações de bairro e organizações civis. Existe o preconceito dos ricos tradicionais contra os novos ricos da migração, reforçado com ideias do senso comum que afirmam que quem emigra fica “metido” e que muitos emigrantes bem sucedidos são desqualificados que ganharam dinheiro com os piores trabalhos e hoje se recusam a trabalhar como empregados.

No contexto valadarense é frequente que um migrante encontre muitos amigos quando sai do Brasil. A própria jornada pode ter sido planejada entre amigos, e é comum que pessoas emigradas auxiliem amigos que querem migrar, às vezes sendo responsáveis pelo empréstimo que pagará a viagem. Muitas pessoas dependem inteiramente de amigos que estão emigrados para a concretização de seus próprios projetos migratórios, já que a estratégia de minimizar gastos durante o período de trabalho no exterior faz com que muitos migrantes morem com amigos também migrantes. O sucesso desse tipo de relação também depende do endividamento mútuo, mas o fato de estas relações se darem mais intensamente que em uma amizade qualquer (já que co-habitam o mesmo espaço), mas com menos intimidade que um casamento, pode gerar maiores problemas. De modo geral, mesmo quando moram juntos, cada amigo tem seu próprio projeto migratório, família,

etc. e competem no mesmo mercado de trabalho. Nestas situações, geralmente um dos amigos já estava emigrado e auxiliou o outro lhe conseguindo emprego, moradia ou tendo financiado sua viagem (e mesmo tudo ao mesmo tempo), o que já coloca o beneficiário em situação de dívida. Um dos principais dons que circulam entre os migrantes tem a ver com as estratégias de recrutamento de empresas e empreiteiros. Informações sobre lugares específicos onde se acumulam os imigrantes, que recebem ali a visita de recrutadores, contatos ou números de telefone ou indicações para patrões cuja circulação e troca estabelece redes de reciprocidade entre os imigrantes.

São muito frequentes histórias de pessoas que quando hospedam-se (mesmo que temporariamente) na casa de amigos durante um primeiro momento de imigrados acabam desentendendo-se com o anfitrião e rompendo alianças. Segundo relatos, isso ocorre pois quando uma pessoa emigra ela “para” de pensar nos amigos, pois a vida é tão precária e tem-se tanto em mente a ideia de juntar dinheiro o mais rápido possível para retornar que ocorre uma radicalização egoísta e a pessoa não mais mantém relações “desinteressadas”. Não é raro encontrar relatos de cobranças abusivas e falta de auxílio entre amigos (ou ex-amigos) e há uma ideia muito popular de que quem emigra começa a pensar só em dinheiro.

– *O meu marido, quando ele foi, quando ele foi pra lá [EUA] tinha a questão dos amigos. Amigo uma biboca né. O amigo do (marido) desde a infância, que cresceu com ele, o que ele fez com o (marido) lá, o pai dele falou que se o amigo dele voltar aqui ele mata ele, pelo que ele fez com o (marido) lá, porque cresceram juntos, brincavam juntos, o infeliz quando chegou lá, quando o (marido) chegou foi trabalhar com ele, ele fazia o (marido) de escravo, ele punha o (marido) pra trabalhar dia e noite, sem parar, debaixo de chuva, sem comida... deixou o (marido) de castigo! O (marido) um homem velho, me ligou chorando, desesperado, falou assim “ele me deixou de castigo”, “ele me deu balão”, ele deixou uma dívida com o (marido) de 5 mil dólares, não pagou o (marido), daí o (marido) ligava chorando, porque ele tinha que pagar uma dívida de 10 mil dólares com o irmão dele, porque o irmão dele vendeu o lote dele pra ele ir embora, e ele tinha que pagar essa dívida e o cara não pagava ele,*

*e então assim, o cara humilhou ele, tudo o que você imaginar, um dia falou que “tava chovendo, nós trabalhamos o dia inteiro, a noite inteira cortando toras e toras de aço, e ele xingando e gritando, me chamando de cachorro... A comida, ele comia a comida, e eu tava olhando ele comer, ele pegava e dava pros cachorros, porque um cachorro aqui tem mais valor o que um ser humano”, então assim, ele maltratou, o que ele fez com o (marido) lá, sabe, acho que ele não faria com um cachorro aqui no Brasil.*

(funcionária)

– *Um colega meu foi pros EUA, conseguiu arrumar um dinheiro lá, uma quantidade boa, e ia mandar pra esposa pra pagar a dívida, o melhor amigo dele descobriu, porque lá ele também não tem aonde guardar né, coloca debaixo do colchão, dentro de pote, descobriu onde que tava, acho que era 2000 dólares que ele tinha que mandar pra mulher pra poder pagar a dívida que ele tinha feito, foi lá, levou todo o dinheiro, e cadê o amigo? Sumiu. Desapareceu.*

(Estudante B)

– *Lá é a correria do emprego, por isso que os brasileiros discriminam os próprios brasileiros, porque emprego pra ilegal lá é concorrido.*

(advogado)

É interessante notar que nos casos de pessoas que migraram para os EUA os relatos desse tipo são menos frequentes do que nos casos referentes a Portugal. Mesmo pessoas que tiveram experiências em ambos os países dizem que nos EUA existe amizade e auxílio entre brasileiros e que em Portugal as pessoas ficam muito mais fechadas (alguns também afirmam ser mais fácil encontrar trabalho nos EUA do que em Portugal, e não podemos deixar de citar que nos EUA já existem redes sociais bem amplas e organizadas de migrantes brasileiros, em geral, e valadarenses,

em particular)<sup>57</sup>.

Como já foi dito, a cidade de Governador Valadares recebeu muitos recursos vindos da emigração. Podemos dizer que o dinheiro da migração construiu muito da Governador Valadares que existe hoje. A própria prefeitura reconhece a importância de moedas estrangeiras na economia da cidade. Segundo dados da prefeitura, no ano de 2008 o orçamento do município foi de R\$358 milhões, e destes, cerca de R\$ 120 milhões são reflexo direto do trabalho de emigrados que enviam remessas para suas famílias investirem em pequenos negócios na cidade. Os investimentos, a renda com impostos e diversos ramos de atividades só existem graças ao dinheiro vindo da emigração (desde agências de turismo, financeiras e pequenas empresas e negócios até imóveis, loteamentos, etc).

– *Aqui, por exemplo, preços de aluguéis e imóveis teve um preço muito alto devido a quantidade de remessas que tinha pra cá, isso afeta a economia inteira*  
(policia)

A representatividade da migração na mídia regional, as comemorações do “dia do emigrante”, os títulos de honra da cidade (como o recebido pelo jornalista emigrante Roberto Lima, fundador do jornal “Brazilian voice”, que circula em 5 estados da costa leste estado-unidense é o maior veículo de comunicação em língua portuguesa das comunidades residentes no país) o monumento ao emigrante, são diversas manifestações da honra de ser uma cidade transnacional. E há honra. Honra de ser um valadarense migrante, honra de ser “homem público” migrante, honra ter de políticas voltadas para a emigração. Há nomes, mais do que há em outras partes do Brasil. Diversos nomes pessoais com referências ou sonoridade estrangeiras como Wildenberg, Marlom, Wallace, etc., nomes de estabelecimentos (como “padaria Califórnia”, “Toronto Star Bar”, “restaurante Mama and Brothers”, etc.), nomes de igrejas (como a “River of Life Church”). Símbolos de estrangeiridade, produtos enviados por emigrados, entre diversas outras coisas que acontecem na cidade podem ser vistos em Governador Valadares de modo mais condensado do que em outras partes do Brasil.

---

<sup>57</sup> Nos EUA, muitos migrantes valadarenses trabalham em empresas de brasileiros e vivem em comunidades de brasileiros. Para Portugal são mais frequentes os relatos de “calote” por parte do empregador e parece não haver tanto contato entre brasileiros. O contato com portugueses geralmente é descrito como mais tenso do que com os estado-unidenses

## 7. CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho procurei responder às questões que me propus no início da pesquisa (apresentadas na introdução do presente texto), tarefa que considero cumprida. Demonstrei que a emigração faz parte da história de Governador Valadares, tendo sido iniciada pelos próprios estado-unidenses que estavam presentes na região quando a localidade ainda era uma vila de poucas centenas de habitantes, que levaram os primeiros emigrantes para os EUA. Estes emigrantes iniciaram as redes migratórias que ganharam força e expressão e até hoje se mantêm. Mostrei que o projeto migratório é um projeto coletivo e que em Governador Valadares são reproduzidas estrangeiridades e criadas noções do que é concebido como ser “emigrante”, “ilegal”, “brasileiro” e “valadarense”. Na cidade a dinâmica social e econômica também é em grande medida determinada pelas influências e remessas de moeda estrangeira. Demonstrei também que um contingente de “imigrantes ilegais” é totalmente útil como exército industrial de reserva, mão de obra barata e desqualificada, disposta a trabalhar muito por pouca remuneração, sob condições que trabalhadores nacionais dos países de destino não aceitariam. Fazem parte de um grupo semi-escravizável que se adequa perfeitamente às necessidades e demandas da economia capitalista, que não demandou gastos com sua formação e não representará gastos previdenciários para os países de destino.

A circulação internacional de pessoas assume diversos sentidos, inclusive o de “ilegal”. É importante esclarecer que não existe uma lei abstrata, e sim diversas leis, de vários países, e mesmo diversas leis diferentes em cada estado de um país, que versam sobre temas correlatos. Neste trabalho não foi minha intenção abordar estas leis específicas, e sim tentar uma abordagem mais genérica, me preocupando especialmente com o caráter subjetivo da compreensão daquilo que é considerado “ilegal”, ou seja, não abordando as leis, e sim sua compreensão no imaginário dos nativos. Na verdade, considero que as diferenças entre os termos “legal”/“ilegal” são muito mais subjetivas do que objetivas, por isso a abordagem do ponto de vista dos nativos. É óbvio que há diferenças entre ser imigrante em países diferentes, assim como cada situação é específica de cada migrante.

As leis são uma forma de constituir os indivíduos, de cima para baixo, ordenando-os, classificando-os e categorizando-os. Produzem uma interpretação do que é entendido como “imigrante ilegal” e implica suas condições. Mas além disso, as leis são apropriadas pelos indivíduos e por eles são reinterpretadas. A cada instante e contexto os sujeitos escolhem uma

apreensão específica das situações de “ilegalidade”, suas ou de outrem, a partir de várias definições e interpretações que lhes são apresentadas, e isso ocorre com os migrantes, com os cidadãos nacionais dos países de destino destes migrantes e com os integrantes da “indústria da migração”. O fator jurídico-legal, a lei em sua forma escrita, geralmente não é o que marca a ilegalidade para o emigrante, mas são suas implicações, que a ela se relacionam produtiva e derivativamente (tanto demandando por leis quanto delas decorrendo), que ficam marcadas no corpo e na alma do migrante. Ao mesmo tempo, as leis de imigração (novamente, falo de maneira genérica) tem caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que procuram impedir a “imigração clandestina”, gerando preconceito e extermínio de migrantes, as leis também oferecem ajuda e proteção aos imigrantes não documentados que procuram fugir dos abusos e explorações. Em Governador Valadares, por exemplo, conversei com advogados que se especializaram em casos de migrantes que sofreram acidentes de trabalho nos EUA e que mesmo sendo não documentados eles tem o direito de reivindicar indenizações. Ser “imigrante ilegal” não exclui o migrante do amparo da lei. Mas o fato é que muito poucos migrantes não documentados buscam o amparo das leis. No cotidiano dos “imigrantes ilegais” em geral as leis são mais contornadas do que reivindicadas; e mesmo nos grupos civis anti-imigração, algumas leis são burladas pela reivindicação de outras (como no caso dos grupos de extermínio de imigrantes, que reivindicam as leis anti-imigração ao mesmo tempo em que praticam ações consideradas criminosas). Há maior ou menor possibilidade de legalização dependendo do contexto. Existem diversas leis, diversos programas de legalização, e é possível a passagem da “ilegalidade” para a “legalidade”.

Demonstrei que os conceitos de “ilegalidade” dos migrantes não correspondem aos do Estado e, em diversas ocasiões, situações que são consideradas “ilegais” pelo Estado não são ilegítimas para os sujeitos envolvidos, uma vez que aquilo que é considerado “errado”, “ilegal” ou “crime” é muito pontual, mutável e questionável, podendo algo ser legítimo sem ser “legal” (como a própria emigração “clandestina”), ser “ilegal” sem ser “imoral” (como a atuação de “cônsuls” e “coiotes”), etc. Questionei ainda o caráter negociável de nossa moralidade, mostrando que em algumas situações o incomum é que se cumpra a lei (como no trânsito, por exemplo). É ainda notável que em nossa sociedade o exemplo de apropriação e reinterpretção da legislação venha de cima, dos altos escalões do governo e das autoridades policiais do país, que reivindicam um direito que não é lei. Cotidianamente convivemos com notícias de corrupção, sonegação de impostos e outras atividades irregulares nos mais variados níveis hierárquicos da sociedade, e é uma velha máxima genuinamente brasileira o jargão: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”. No Brasil é legítimo e mesmo esperado que se burle a legislação, sob a pena de quem a seguir ao pé da letra ser considerado excessivamente correto, um “caxias”, figura da pessoa chata e certinha que segue a

burocracia e dificulta a vida de todos. Na realidade de nosso país, a lei é sempre para os outros, especialmente se os outros forem pobres. Assim que passam a provocar embaraço a nossas atividades ou à de pessoas próximas a nós, estamos dispostos a ignorá-las ou mesmo burlá-las, e isso ocorre institucionalmente, da Praça dos Três Poderes em Brasília a qualquer posto de polícia rodoviária, passando pelo comércio, indústrias e universidades.

É importante notar também que existem diferentes esferas de “ilegalidade” e que há muita diferença entre “crime”, “ilegal”, “ilícito” e “imoral”. Mas mesmo estes termos não se equivalendo, existe uma negociação entre eles. Aqueles que realizam atividades “ilegais” podem não se considerar “criminosos”, e mesmo o “crime” tem sua moral. A figura do traficante de migrantes, o “cônsul”, é ao mesmo tempo também coronel e empresário; hibridiza a relação “legal”/“ilegal”, pois é moralista, tem ética e “proceder”. Os “cônsuls” são uma classe que se organizou e criou regimes disciplinares, valores e punições. Eles controlam e são gestores da violência, reivindicando o uso legítimo da força, que é legitimado para considerável parte da sociedade, que muitas vezes identificam o “cônsul” como o único capaz de realizar o “sonho” da migração, por vezes considerando que suas atividades são “trabalho honesto” e dizendo que “se você assumiu um compromisso [de pagar pela travessia não documentada] você tem que honrar este compromisso”. Honrar a dívida com a “máfia da emigração” tem a ver com o correto “proceder”, é honrar uma moral relacionada à “máfia”. Os riscos e ameaças são conhecidos e esperados caso não se honre a dívida.

Constatei a existência de diferentes circuitos de emigração, acionados por pessoas diversas e que não parecem seguir exatamente as mesmas lógicas de funcionamento. Cada “cônsul” cria sua própria rede, com estrutura de funcionamento e estratégias próprias. Os circuitos mais comuns utilizam o México como entreposto (e a Guatemala como porta de entrada para o México), e mesmo estes tem diferenças marcantes. Cada rota tem um preço, e cada “cônsul” tem uma rota. As mais baratas custam de 6 mil a 7 mil dólares e implicam em mais riscos e abusos por parte dos “coiotes”. Nestes circuitos geralmente os migrantes precisam comprar as próprias passagens para o transporte, tem menos suporte da rede de tráfico e uma vez iniciado o circuito não tem mais contato com a pessoa que primeiramente lhes aliciou. Durante o trajeto ficam hospedados em hotéis ou pensões baratos ou mesmo presos em cárcere privado nas propriedades da “máfia” que os levou, comem mal e atravessam o deserto e o rio que separam o México dos EUA a pé e a nado, estando vulneráveis às chantagens de “coiotes” e à ameaça dos grupos de extermínio de imigrantes que patrulham as fronteiras estado-unidenses. As rotas mais caras, que chegam a custar mais de 25 mil dólares, providenciam todas as comodidades para os migrantes, compram suas passagens, enviam “guias turísticos” para lhes ajudar durante todo o trajeto, ficam hospedados em hotéis 5 estrelas e fazem

suas refeições em bons restaurantes. Quando fazem a travessia de fronteiras vão acomodados (embora não tão confortavelmente) em vans, caminhões ou carros e em geral não passam por nenhum constrangimento nem por parte dos coiotes nem por parte da patrulha de imigração dos EUA (que apenas esporadicamente apreende algumas dezenas dos milhares de emigrantes que atravessam a fronteira desta maneira diariamente).

É a habilidade do “cônsul” de estabelecer acordos com agentes policiais, do governo e aeroportuários e a habilidade dos “coiotes” de burlar a fiscalização nas fronteiras que definem a segurança de um circuito. Os “cônsuls” que oferecem rotas mais dispendiosas tem contatos pessoais em todas as etapas da viagem (inclusive com autoridades e agentes aeroportuários) e às vezes até propriedades na fronteira, o que em certa medida assegura que o emigrante que utiliza seu circuito não passará por constrangimentos, e nestas rotas os emigrantes tem suporte da rede de tráfico e do “cônsul” durante todo o trajeto e até mesmo dentro dos EUA. Os “cônsuls” que oferecem rotas mais baratas geralmente tem apenas o contato com o “coiote” no México (e outros facilitadores nos diversos entrepostos da viagem), e não se responsabiliza pelas atitudes deste “coiote”, que podem ser abusivas. Neste caso, a responsabilidade pelo emigrante é do “coiote”, e não do “cônsul” (por isso nas rotas mais baratas é difícil localizar o aliciador após o início da viagem), que passa a ser apenas algo como um revendedor/representante dos serviços do coiote.

As “máfias da emigração” também se relacionam a diversos ramos da economia formal, uma vez que dependem e se utilizam das vias “legais” para branquear o dinheiro do tráfico. Diversos estabelecimentos comerciais e pequenas indústrias são investimentos da “indústria da migração”, e por vezes estabelecimentos utilizados como fachada para a lavagem de dinheiro podem ser bem sucedidos nos ramos em que atuam.

O custo dos diferentes circuitos de circulação não documentada de migrantes também varia segundo a quantidade de intermediários entre o migrante (que podemos posicionar como o “consumidor final”) e o “cônsul” (que pode ser entendido como “produtor” ou “empresário”). Em geral, os custos são altos pois a estrutura é ampla, seguindo uma cadeia de aliciadores em diversos níveis hierárquicos (ver Figura 1). A rede de aliciadores pode ter diversos integrantes, e um “cônsul” que cobra 6 mil dólares por seu circuito pode ter seus serviços revendidos aos migrantes por até 16 mil dólares ou mais, já que grande parte do valor fica entre os aliciadores intermediários, por exemplo, 5 mil dólares para o aliciador de aliciadores que tem contato direto com o “cônsul” e pode ser considerado a primeira esfera de aliciamento, 3 mil dólares para o aliciador aliciado na segunda esfera, mil dólares para o aliciador da terceira esfera, 500 dólares para o aliciador da quarta esfera e 100 dólares para o aliciador menor. Nos dias atuais, geralmente apenas os aliciadores da primeira esfera conhecem o “cônsul”, sendo pessoas de sua confiança, por vezes seus parentes. As

redes de tráfico de migrantes são redes profissionais, mas também podem se relacionar com as redes de parentesco. Pode se configurar a partir de uma rede de parentesco que começa a se especializar em determinado ramo, assim como ocorre também em outras ocasiões da economia brasileira e mundial, quando famílias se tornam possuidoras de grandes indústrias, bancos, empresas e outros negócios. No Brasil, as famílias formam até mesmo grupos políticos.

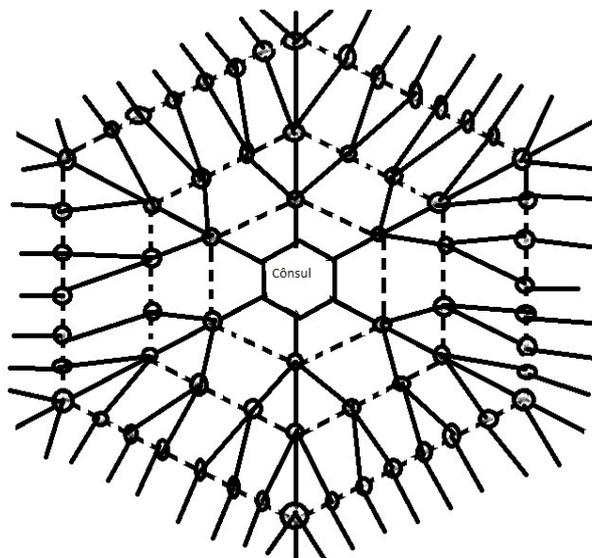


Figura 1. Estrutura organizacional das redes de tráfico de emigrantes. Ao centro o “cônsul”, chefe da rede.

Os migrantes podem negociar sua circulação tanto entre os aliciadores menores como com os aliciadores com relação mais próxima com o “cônsul”, e até mesmo com o próprio “cônsul”, caso o conheçam. Como já demonstrei anteriormente, os aliciadores menores da “máfia” tem pouco conhecimento sobre os detalhes da organização da qual fazem parte, e podem nem mesmo conhecer o “cônsul” para o qual trabalham. Em geral, não se consideram participantes da “máfia” do tráfico de emigrantes e utilizam seus contatos para “ajudar” amigos e parentes que desejam emigrar. As redes profissionais de tráfico de migrantes e as redes de parentesco e amizade dependem-se mutuamente. Os aliciadores podem não ter contato entre si, respondendo apenas ao seu superior imediato.

Outros circuitos incluem países caribenhos como porta de entrada para os EUA e realizam a travessia pelo mar. Estas rotas são menos comuns, assim como os circuitos que utilizam o Canadá. São circuitos mais novos, que surgiram apenas quando a travessia pelo México começou a oferecer muitas dificuldades e riscos. Seus custos não ultrapassam os custos dos circuitos tradicionais que utilizam o México e não existem tantos riscos quanto os existentes na travessia pelo deserto mexicano (que incluem animais peçonhentos, exaustão física e inanição, abusos de “coiotes” e

principalmente fazendeiros e grupos de extermínio estado-unidenses que matam migrantes na fronteira). Apesar de os valadarenses terem começado a utilizar estes circuitos recentemente, eles já existiam há tempos. Os valadarenses, tanto no caribe quanto no México, utilizam as rotas já existentes, das quais também se utilizam outros migrantes de diversas partes da América Latina e podemos dizer que os circuitos utilizados pelos valadarenses são circuitos internacionais de tráfico de migrantes.

Embora os “cônsuls”(como uma categoria) tenham diversas similaridades (todos organizam e chefiam redes, criam suas regras e códigos de conduta, etc.), eles não tem “sentimento de classe”. Cada um trabalha em sua própria rede, com seus próprios “esquemas”, segundo objetivos e interesses próprios. Os aliciadores também trabalham apenas para um “cônsul”, cada integrante responde a uma autoridade, ao chefe/patrão da rede específica para a qual trabalha, e existem inclusive rivalidades entre as redes, que podem gerar denúncias, sendo esta a causa de assassinatos de aliciadores em Governador Valadares. Mas isso ocorre especialmente entre as chefias das redes, e menos entre os aliciadores menores que, como demonstrei, podem não conhecer os chefes das redes para as quais trabalham, respondendo apenas ao seu superior direto, que é a pessoa que os convidou para aliciar, ela mesma podendo ter sido aliciada por outro aliciador, também não conhecendo a chefia da rede para qual trabalham. Para os aliciadores menores, as atividades relacionadas à rede de tráfico são algo como um “bico”, uma opção de renda viável e legítima, que pode se confundir com uma “ajuda” aos amigos que desejam emigrar. Por este motivo a maior parte dos aliciadores que pouco ganham com a atividade não se consideram integrantes das “máfias” da emigração.

Outra figura da “indústria da migração” é a do falsificador de documentos. Falsificadores de documentos trabalham de maneira diferente. Não tive contato com falsificadores profissionais e não posso dizer ao certo como organizam suas atividades, mas entre falsificadores amadores não existem intermediários e todas as negociações são diretas. A emigração realizada com documentos falsificados e a emigração realizada via travessia clandestina de fronteiras são muito diferentes. Quando os emigrantes viajam com visto “montado” entram por via aérea “legalmente” nos EUA (segundo suas considerações) e não passam pelo México. São rotas diferentes e envolvem profissionais que trabalham de maneiras diferentes, separadamente. Emigrar com documentos falsificados é uma das maneiras mais seguras de entrar no país de destino, mas caso a fraude seja descoberta as acusações contra os migrantes envolvem falsificação de documentos, formação de quadrilha e outras que são muito mais agravantes do que a entrada clandestina pela fronteira.

A “ilegalidade” de que trato só existe quando é vivida. É a categoria subjetiva, vivenciada pelos migrantes, que existe em seus imaginários. É a “ilegalidade” que se faz presente nas

condições de trabalho, no tipo de atividade, no recrutamento e remuneração, no trato com outros migrantes documentados e não documentados e com cidadãos nacionais. Não é a “ilegalidade” da lei, é a “ilegalidade” dos sujeitos. Esta “ilegalidade” é sentida ao longo de toda a experiência de ser migrante, começando pelo aliciamento e trajeto, quando passam pela primeira experiência que marca a “ilegalidade” na travessia clandestina de fronteiras. Vive-se a “ilegalidade” também no cotidiano nos EUA, que exige condutas específicas para evitar prisões e deportações; e além destas atitudes auto-disciplinares, há também as humilhações, tanto por parte dos cidadãos nacionais como por parte de outros migrantes. As humilhações são uma forma de controle e posicionamento dentro de uma hierarquia que tem como base os “imigrantes ilegais”. Os cidadãos nacionais, no topo da hierarquia étnica de um território nacional, por vezes humilham tanto os migrantes “ilegais” quanto os “legais”, e os “legais” humilham os “ilegais”. Como observei, a diferença na vida das pessoas documentadas e não documentadas é essencialmente psicológica. O trato com os cidadãos nacionais é similar em ambos os casos. Os “nacionais” que não gostam de imigrantes não distinguem “legais” de “ilegais”. É, portanto, na interação entre migrantes documentados e não documentados que marca-se a “ilegalidade” dos últimos em oposição à “legalidade” dos primeiros, já que perante os “nacionais” a diferenciação maior é entre eles e os “imigrantes”. Já em Governador Valadares as humilhações seguem uma lógica diferente. Na cidade não há tanta depreciação pelo fato de alguém ser ou ter sido migrante “ilegal”, embora haja valorização dos migrantes que tem “visto” no passaporte. A humilhação, em Governador Valadares, responde quase exclusivamente ao sucesso ou fracasso do projeto migratório, que sempre inclui alguma intenção de acumular riqueza e redistribuí-la na origem (na forma de festas, ofertas aos parentes, etc.), portanto, posso dizer que na cidade a humilhação responde majoritariamente ao fracasso financeiro, e em menor escala à não obtenção de atributos que marcam a estrangeiridade, como não ter aprendido o idioma inglês e não ter produtos importados.

Existe, porém, uma elite valadareense que vê a migração como algo ruim, e tem certo preconceito contra os emigrantes, que são vistos como “pobres” financeira e culturalmente. Existem inclusive instituições relacionadas à prefeitura, deputados e à sociedade civil que buscam mostrar em trabalhos, vídeos, histórias em quadrinhos distribuídas nas escolas, documentários e outros meios o quanto a emigração de valadarenses é prejudicial, dizendo que os valadarenses “não tem identidade” e que isso é causa e consequência da migração. Muitos intelectuais locais pesquisam quase exclusivamente aspectos econômicos da experiência migratória de seus cidadãos e a mídia local retrata os emigrantes como seres estereotipados, desqualificados, pobres e ignorantes. Educadores, jornalistas, intelectuais, médicos e outros profissionais de saúde (que relacionam a emigração com doenças psíquicas) e outras elites locais tratam a emigração como um problema.

Para os emigrantes e suas famílias, a emigração não é problema, pelo contrário, é a solução. A migração não documentada é considerada uma opção válida e viável para “melhorar de vida”, facilitada por uma ampla rede especializada na migração, que reúne diferentes esferas: parentesco, amizade/afinidade e profissionais da “indústria da migração”. As “máfias da emigração” e as redes pessoais, de amizade e parentesco, dependem-se mutuamente quanto à emigração e deslegitimar as “máfias” equivale a deslegitimar o próprio projeto migratório. Um emigrante só entra em contato com o aliciador através do acionamento de sua rede de relações, e a “máfia da emigração” só consegue aliciar emigrantes se utilizar uma extensa rede de aliciadores que se associam por relações de parentesco e amizade. Por um lado, é pelas redes sociais que as “máfias” conseguem dinheiro, clientes, bens e funcionários, por outro, é pela “máfia” que as redes sociais conseguem concretizar planos, trabalho e projetos que são coletivos. Em geral, não há em Governador Valadares a deslegitimação da emigração clandestina e nem das organizações que a realizam.

Existem séries de transformações nas estratégias familiares com a emigração de alguns entes. Em boa parte dos casos que estudei houve uma intensificação da vigilância de esposas de emigrados, que às vezes precisam permanecer em casa para receber os telefonemas constantes do marido e de seus familiares e justificar qualquer saída. A família transnacional utiliza trocas de afetos, presentes, ideias, projetos e planos, dinheiro, palavras e orientações como meio de realizar-se na distância física que os separa na migração. São estas trocas que mantêm o vínculo familiar na não co-substancialidade, e se tornam os meios e substâncias pelos quais a família existe, já que são a única maneira de manter o vínculo afetivo que caracteriza a família, pois as trocas se traduzem em sentimento. A manutenção do vínculo familiar depende destas trocas, e se elas começam a escassear ou cessam, isso também pode significar que a família não mais se mantém. Com os bens conquistados com a emigração a família transnacional reproduz a estrangeiridade do destino do emigrado na origem, reivindicando associações com produtos e marcas estrangeiras, reproduzindo modos e jargões estrangeiros, às vezes organizando circulações de dinheiro, mercadorias, bens e pessoas entre a origem e o destino da migração de seu ente.

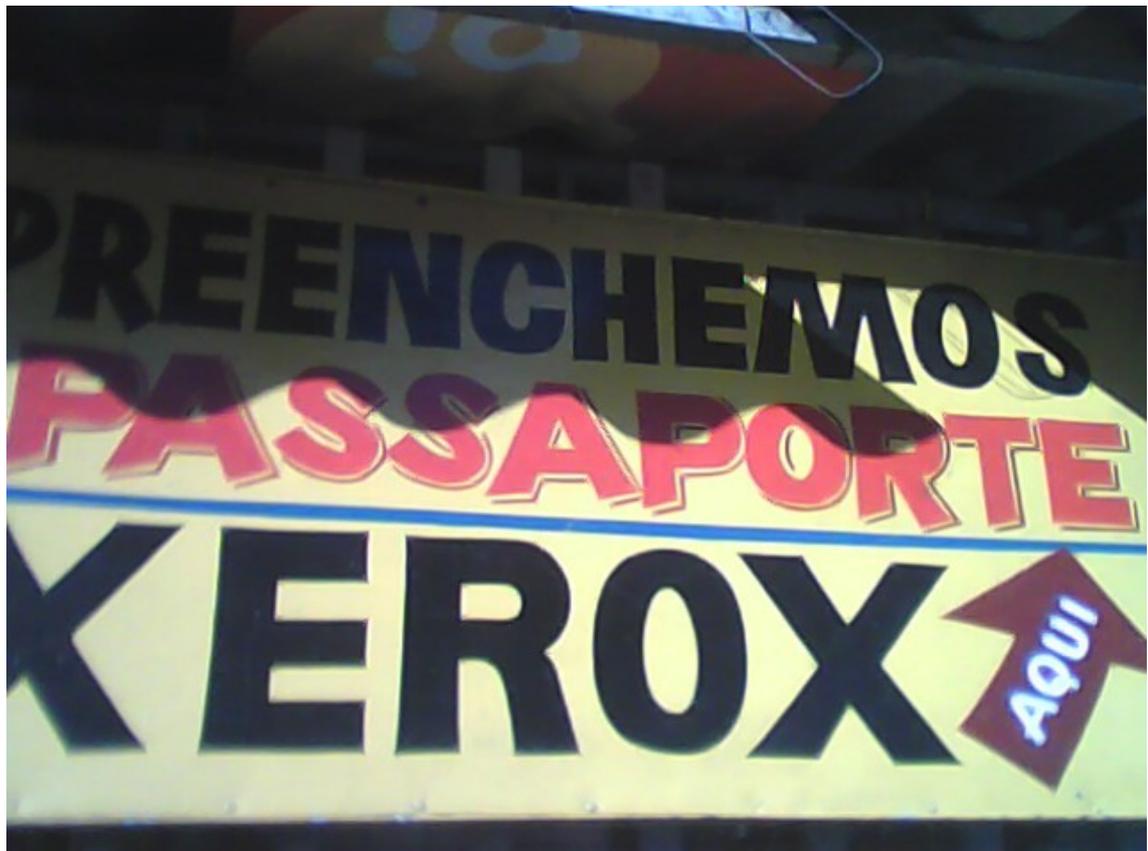
Vimos que a emigração não é apenas uma opção. Não é apenas uma busca por acúmulo de dinheiro. A emigração pode ser motivada pela busca de aventura, de um reencontro ou mesmo uma fuga, pelo desejo por um *status* na cidade de origem. Os profissionais que atuam na “indústria da migração” em geral são legitimados como os únicos capazes de realizar o “sonho” de emigrar, e embora existam considerações negativas sobre suas ações, a “ilegalidade” relacionada a suas atividades não causam mais impacto do que a “ilegalidade” relacionada aos próprios migrantes “ilegais”. Em Governador Valadares as “ilegalidades” são vistas como um contorno, uma condição legítima moralmente aceitável. A migração não documentada é a principal opção para “melhorar de

vida”, e os valores relacionados a ela são em geral positivos. O projeto migratório envolve desde o início a perspectiva da “ilegalidade”, que é inerente à própria migração. Não se condena as “máfias” e nem a migração não documentada, já que deslegitimá-los equivaleria a deslegitimar o projeto migratório e a própria identidade do emigrante valadarense. Para um valadarense, é por vezes mais fácil migrar para os EUA ou Europa do que para São Paulo ou Rio de Janeiro, tamanha é a rede de sociabilidades que vincula Governador Valadares às localidades estrangeiras. A emigração é parte da cultura valadarense, uma opção de vida viável e legítima, que se tornou parte de sua identidade, a ela sendo atribuídos o crescimento metropolitano e as dinâmicas econômicas e sociais de toda a região.

FOTOS









## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ronaldo R. M. “Escolhas religiosas e Cidadania”. Cadernos de Pesquisa Cebrap. São Paulo, v. 5, 1997
- ALMEIDA, Zenólia Maria de. “Fazer a América: inserção e mobilidade do imigrante brasileiro em uma economia de base étnica”. Coronel Fabriciano: Unileste, 2003.
- ALVAREZ, R. R. Jr. “The Mexican\_US Border: The Making of an Anthropology of Borderlands” In: *Annual Review of Anthropology*, vol 24:447-470, 1995
- ANDERSON, Benedict. “Nação e Consciência Nacional”. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDREAS, Peter. “Redrawing the Line: Borders and Security in the Twenty-first Century”, in *:International Security - Volume 28, Number 2*, The MIT press, 2003
- AMARAL, Joaquim Campos. “História de Nossa Terra”. Governador Valadares: Ed. do autor/Museu da Cidade, sem data.
- ASSIS, Gláucia O. “Rupturas e Permanências: A emigração de brasileiros para os EUA e as transformações nas relações familiares e de gênero”. In: *XXIV Encontro Nacional da ANPOCS*, Petrópolis, 2000
- Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF - <http://www.antfferrovias.org.br/> .  
Página visitada em 13 de Novembro de 2009.
- BECKER, Howard. “Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais”. São Paulo: Hucitec, 1993
- BHABHA. Homi K. “O Local da Cultura”. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.
- BOSI, Ecléa . “Memória e sociedade”. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre “A economia das trocas simbólicas” 5º edição, São Paulo: editora Perspectiva, 2003.

CAILLÈ, Alain “Nem Holismo Nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 13, n.38, São Paulo, 1998

-----“Antropologia do Dom – o terceiro paradigma”, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

-----Cf. GODBOUT, Jacques T., 1999

CARDOSO, R. C. L. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.” In: Cardoso, R.C.L. (org.). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. 2 ed., Rio de Janeiro:Paz e Terra, p. 95-105. 1986

CASTRO, Mary Garcia. “Migrações Internacionais e Políticas: Algumas Experiências Internacionais”. In: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*. CNPD, Brasília, agosto de 2001.

COSTA, Paulo. “Tráfico de pessoas – Algumas considerações legais” In: *SOCIUS Working Papers* N°8/2004. Lisboa

DE GENOVA, Nicholas P. “Migrant ‘illegality’ and deportability in everyday life” In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 31: 419-447, 2002

Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008).

[http://geofitp.ibge.gov.br/organizacao/divisaoterritorial/2008/DTB\\_2008.zip](http://geofitp.ibge.gov.br/organizacao/divisaoterritorial/2008/DTB_2008.zip) Página visitada em 11 de outubro de 2008.

DUMONT, Louis “O individualismo; uma perspectiva antropológica da ideologia moderna” Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1993

ESPINDOLA, Haruf Salmen. “Sertão do Rio Doce”. Bauru, SP: EDUSC (co-edição com a editora Univale e Instituto Terra), 2005.

Estimativas da população para 1º de julho de 2009. Estimativas de População. Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) (14 de agosto de 2009).  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf) Página visitada em 16 de agosto de 2009.

FAWCETT, J. “Networks, Linkages and Migration Systems”, in *International Migration Review*, 23 (3): 671-680, 1989

FLEISCHER, Soraya e MARTES, Ana C. Braga (orgs) “Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais” São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003

FAUSTO, Boris (org). “Fazer a América”. -2º edição- São Paulo: Edusp, 2000

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference”. *Identities* Vol 8(4): 607-650, 2001

----- “Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada” In: *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas. 9(1). 1992

-----“Entre a ‘fortaleza’ da Europa e os laços afetivos da ‘irmandade’ luso-brasileira: um drama familiar em um só ato” In: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*

FONSECA, Cláudia. “Família, Fofoca e Honra - Etnografia de gênero e violência em grupos populares”. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FONSECA, Lucinda. “Reagrupamento familiar e imigração em Portugal” *ACIME*, 2003

FOUCAULT, Michel, “Estruturalismo e Teoria da Linguagem”, Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1971

\_\_\_\_\_ “Microfísica do Poder” 22º edição, Rio de Janeiro: edições Graal, 2006a

\_\_\_\_\_, “Vigiar e punir” Petrópolis: Vozes, 2006b

FRIEDMAN, Raymond A. & MCDANIEL, Darren C. “In the Eye of the Beholder: Ethnography in

the Study of Work”. In: WHITFIELD, Keith and STRAUSS, George (Eds). *Researching the World of Work. Strategies and Methods in Studying Industrial Relations*. Ithaca, Cornell University Press, 1998.

FUSCO, Wilson. “Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos” In: *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*

GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges. “Laços de Sangue: Os fundamentos do Estado Nação Transnacional”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs): *Identidades- Estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec. 2000.

GODBOUT, Jacques T. “Introdução à Dádiva” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 13, n.38, 1998

GODBOUT, Jacques e CAILLÉ, Alain “O espírito da dádiva”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

GODELIER, Maurice “O Enigma do Dom” Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001

GOZA, Franklin. “A imigração brasileira na América do Norte” In: *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas. 9(1). 1992

GUIA VALADARENSE. Governador Valadares, Cássia Publicidade Ltda., 1958.

GUIMARÃES Jr, Mário J. L. “O ciber-espço como cenário para as ciências sociais” In: [http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber\\_cenario.html](http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber_cenario.html)

HALL, Sturart. “Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais”. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

HONDAGNEU-STOTELO, Pierrette e AVILA, Ernestine. "'I'm here, but I'm there': the meanings of Latina transitional motherhood." In: *Gender & Society* 11.n5, 548(22), 1997

KEARNEY, M. “The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism” In *Annual Review of Anthropology*, Vol 24: 547-565, 1995

KRAMER, Eric W. “A Expansão da Igreja Universal do Reino de Deus nos EUA” In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, nº 1, jun. 2003.

KRITZ, M. e ZLOTNIK, H. “Global Interactions: Migration Systems, Processes and Policies”, In Mary Kritz et Alli (ed.) *International Migration Systems, A Global Approach*, Clarendon Press, Oxford, 1992.

LANNA, Marcos P. D. “A Dívida Divina”. Campinas: editora da UNICAMP, 1995

----- “Reciprocidade e Hierarquia”. In: *Revista de Antropologia*, 39(1): 111-144, 1996.

-----“Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva”, In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2000

-----“ Sobre a Comunicação entre Diferentes Antropologias”, In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 42, p. 239-265, 1999a

-----“ De Sahlins a Claude Lévi-strauss: no setor transpacífico do sistema mundial”, In: *Horizontes Antropológicos*, UFRGS, 1999b

-----“As Sociedades Contra o Estado Existem? Reciprocidade e Poder em Pierre Clastres”. In: *Mana*, 11(2):419-448, 2005

LANNA, M. ; D. Graeber . “Comunismo ou comunalismo? A política no ‘Ensaio sobre o dom’”. In: *Revista de Antropologia* São Paulo, v. 48, p. 501-523, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude “ Tristes trópicos. São Paulo : Cia. das Letras, 1999.

-----“Introdução à obra de Marcel Mauss” In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac Naify, 2003

MACHADO, Igor J. R. “Considerações sobre a construção de identidades brasileiras em Portugal e suas relações com categorias étnicas”. In: *XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, 2005

------(a)“Afetividade e Poder entre os imigrantes brasileiros no Porto” In: *Cadernos Pagu* (23) pp. 256-278. 2004

------(c)“ Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação” In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 47, n. nº 1, p. 207-234, 2004.

-----“ Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o ‘parente ausente’ no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares” *ABA*, Goiânia, 2006.

------(b) “Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento – o caso dos brasileiros em Portugal” In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências*, 2004.

-----“Exclusão anunciada: reflexões sobre a nova lei de imigração ortuguesa”. In: *Temáticas, Revista dos pós-graduandos em Ciências Sociais do IFCH*, Unicamp, Campinas, ano 8, n.15/16, 2000.

------(org) “Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal” São Carlos: EDUFSCar, 2006

MARGOLIS, Maxine “Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York”, Campinas: Papyrus, 1974.

MARIANO, Ricardo. “Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil”. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARTES, Ana Cristina Braga. “Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts”. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALOCA, Paulo (Paulo Orlando Rodrigues de Mattos). “Detetive Paulo Maloca: Só os Fortes Sobreviverão”, Governador Valadares, MG: Gráfica e Editora Valadarense, 2008

MAUSS, Marcel. “Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas” In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac & Naify, [1925] 2003

MELLO, Ediméia R., DE PAULA, Sermano. “Mineração de ferro e enclave. Estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce”. In: [www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2000/MELLO.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2000/MELLO.pdf).

MIRANDA, Salm de. “Rio Doce: Impressões de uma época”, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército editora, volume CXLIII, sem data.

OLIVEIRA, Sérgio P. “Sem lenço, sem documento: brasileiros não documentados em Portugal” In: MACHADO, I. J. R. (org.) *Um mar de identidades: a imigração brasileira para Portugal*, EdUFSCar, São Carlos, 2006

\_\_\_\_\_ “Espaços e Tempos de Ilegalidade: A Construção Cotidiana do ‘Imigrante Ilegal” In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: “A Questão Social no Novo Milênio”*, Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Tatiana S. “O Jogo das Dádivas: considerações sobre a prática da aposta na Igreja Universal do Reino de Deus”. Dissertação de mestrado UFPR, Curitiba, 2006

PATARRA, Neide Lopes. “Migrações Internacionais: teorias políticas e movimentos sociais”. In: *Estudos Avançado 20: Dossiê Migrações*, n. (57) (maio-agosto), p 07-24. . São Paulo. IEA. 2006.

PELUCIO, Larissa. “Na rede com os T-Lovers” In: *Encontro Bianual da Sociedade Brasileira de Sociologia*, 2005

PÓVOA, Helion Neto. “A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira”. In: *Estudos Avançado 20: Dossiê Migrações*, n. (57) (maio-agosto), p 25-39 . São Paulo. IEA. 2006.

Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (19 de dezembro de 2007). <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/tab01.pdf> Página visitada em 11 de outubro de 2008.

PORTES, Alejandro. "Conclusion: Theoretical Convergences and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism." *International Migration Review* 37: 874–93, 2003

PEIXOTO, João. “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal” In: *SOCIUS Working Papers* Nº 2, Lisboa, 2004

RELATÓRIO final da comissão parlamentar mista de inquérito “da Emigração Ilegal” – Presidente: senador Marcelo Crivella, Relator: deputado João Magno, BRASÍLIA, 2006

RELATÓRIO do Observatório da Imigração: “O TRÁFICO DE MIGRANTES EM PORTUGAL: Perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas” / João Peixoto... (et. Al.). Lisboa: *Observatório da Imigração*: 12, 2005

RIBEIRO, Gustavo Lins, “O Que faz o Brasil, Brazil. Jogos Identitários em San Francisco (Califórnia)”. In: *Série Antropologia*, v. 237, Brasília, 1998a.

\_\_\_\_\_. “Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Hibridismos em San Francisco”. In: *Série Antropologia*, v. 241, Brasília, 1998b.

\_\_\_\_\_. “O Que faz o Brasil, Brazil.” In: Rossana Rocha Reis; Teresa Sales. (Org.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, v. , p. 45-85.

\_\_\_\_\_. “A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico”. In: *Série Antropologia*, v. 432, Brasília, 2010.

RIBON, José. “O Rio Doce e sua história”. Prefeitura Municipal de Colatina, Colatina, 1984

ROSSI, Pedro L. “Remessas de imigrantes brasileiros em Portugal – inquérito por amostragem a imigrantes brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal” In: *SOCIUS Working Papers* Nº10/2004. Lisboa

SAHLINS, Marshall. “Ilhas de História”, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. “Cultura na Prática”, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

SALES, Teresa. “Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e

algumas anotações para pesquisa”. In: *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas. 9(1). 1992

-----“Brasil, país de emigração”. Campinas NEPO – UNICAMP, 2005

SALES, Teresa e Reis, Rossana R. (orgs) “Cenas do Brasil Migrante”. São Paulo: Boitempo editorial, 1999

SANTORO, Mauricio, “Brasileiros no Paraguai” in:  
<http://todososfogos.blogspot.com/2009/10/brasileiros-no-oaraguai.html>, 2009

SASSEN Saskia. “Globalization and Its Discontents: Essays on the New Mobility of People and Money”. New York: New Press, 1998

SAYAD, Abdelmalek. “A Imigração”. São Paulo: Edusp, 1998

SCUDELER, Valeria “A inserção de Imigrantes Brasileiros no Mercado de Trabalho dos EUA” dissertação de mestrado UNICAMP, campinas, 1999

SILVA, Drance Elias. “A representação social do dinheiro entre os Neopentecostais”. Dissertação de Mestrado, Recife, 2000

SILVA FILHO, Alpiniano. “A Epidemia Valadarenses que Contaminou a América”. Governador Valadares, Ed. do autor, 1995.

SILVERSTEIN, Paul A. “Immigrant Racialization and the New Savage Slot: Race, Migration, and Immigration in the New Europe” In: *Annual Review of Anthropology*, Vol 34:363-384, 2005

SIQUEIRA, Sueli. “Emigrantes da Microrregião de Governador Valadares nos EUA: Projeto de Retorno e Investimento”, Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2004

SOARES, Weber. (2003), “A migração valadarenses à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais”, in A. C. B. Martes e S. Fleischer (orgs.), *Fronteiras cruzadas: etnicidades, gênero e redes sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SPRANDEL, Marcia A., “Brasileiros na fronteira com o Paraguai”, in: *Estudos Avançados* vol. 20, no. 57. São Paulo, 2006

TELLES, Vera S., “Ilegalismos urbanos e a cidade”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, no.84, São Paulo, 2009

TELLES, V. S. ; HIRATA, D. V. . “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. In: *Estudos Avançados*, v. 61, p. 173-192, 2007.

VAINER, Carlos B. “As Novas Categorias de uma Sociologia dos Deslocamentos Compulsórios e das Restrições Migratórias”. In CASTRO, Mary G. (coord.). “*Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas*”, Brasília: CNPD, 2001

VÄYRYNEN, Raimo. “Illegal Immigration, Human Trafficking, and Organized Crime”, In *United Nations University - World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER)*, ISBN 92-9190-531-3, 2003.

VELHO, G. “Observando o familiar”. In NUNES, Edson de O.(org). *A aventura sociológica*. Rio,Zahar Editores, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “A antropologia de cabeça para baixo. Entrevista com Claude Lévi-Strauss”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 119-126, 1988.

\_\_\_\_\_”O conceito de sociedade em antropologia”. In. “*A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*”. Editora: Cosac & Naify. 2002.